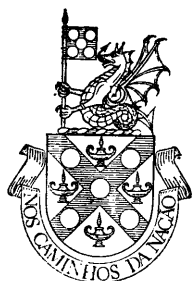

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIII — N.º 48 — OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1988
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Antunes de Sousa (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
------------------	---

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»	11
--	----

Victor M. F. Marques dos Santos

SOVIET ACTIONS IN THE THIRD WORLD	29
--	----

G. A. do Espírito Santo

A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL: SINOPSE HISTÓRICA E DEVIR EXISTENCIAL	47
---	----

José Manuel da Costa Arsénio

PORTUGAL E O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO	63
--	----

José Manuel da Costa Neves

AS RELAÇÕES ESTE-OESTE E O CONTROLO DE ARMAMENTOS	99
---	----

Sérgio Carrilho Pinto

A DEFESA NO MUNDO	143
--------------------------	-----

EDITORIAL

EDITORIAL

O sistema formativo da juventude nacional acaba de ficar mais rico, actual e prospectivo: outorgou-se, institucionalmente, uma dedicada atenção à vertente promotora dos direitos humanos e da igualdade na educação.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e em direitos.

São-lhes reconhecidos direitos naturais, sagrados e inalienáveis.

Direitos onde avultam o da vida, o da liberdade e o da busca da felicidade, *no dizer histórico de Thomas Jefferson.*

Essa meta concreta da Felicidade, porventura algo de idealístico no nosso quotidiano social, será aquilo que permita sentirmo-nos melhor, mais satisfeitos e realizados, num viver tranquilo, em ambiente de segurança e de justiça uniforme.

Do conhecimento e da interiorização destas submetas, a conseguir através da Educação, dependerá o almejado ser feliz para cada conjunto sociocultural específico.

Importará, portanto, educar consentaneamente, na Escola e na Família.

Educar, tendo em vista a formação das personalidades, individuais e colectivas, capazes de desempenharem convenientemente as tarefas e responsabilidades, cívicas e sociais, atinentes ao bem comum, o que implicará, necessariamente, para além de suficiente informação e de uma capacidade de reflexão desenvolvida, a existência de motivações e a aquisição de atitudes, de normas e de comportamentos positivos e aceites.

Obter esse desiderato implicará, contudo e antes do mais, uma habituação saudável, mesmo que não consciente, ao procedimento cívico correcto, à prevenção, sempre pronta, em rela-

ção à novidade eventualmente perversa, à resistência corajosa perante a adversidade a transpor.

Bons hábitos serão autodefesa; se disciplinados, eliminarão hesitações e conduzirão, de qualquer modo, a esquemas sólidos de orientação da própria Vida.

Esquemas susceptíveis de oferecer tempo adicional e disponível para a construção plena da Felicidade, a partir de um módulo mínimo que, à partida, satisfaça e motive.

Se assim for, tudo aquilo que, não sendo habitual, reduza os campos da Felicidade, será naturalmente rejeitado.

Os bons hábitos tornam o homem receptivo e sensível aos pólos positivos da vivência que partilhe e levá-lo-ão a renascer em cada impulso que lhe provejam, aprofundando e enriquecendo a informação fornecida e o potencial reflexivo de que disponha.

A disciplina que veiculam será propiciadora da sua própria retenção, criando atitudes e comportamentos imediatos, reactivos e até inconscientes às inovações que não tornem o homem mais feliz.

Os hábitos apoiarão, pode dizer-se, uma adesão total e consciente, voluntária e desinibida, aos projectos de vida que conduzam à Felicidade.

Educação será preparar as pessoas para alcançarem a vida melhor que tenham por desejo, pese embora o grau de desconhecimento dos contornos definitivos em que esta se possa articular.

Daí que, só os bons hábitos criados por aprendidos, possam alertar para o mal que se ignore prevenindo contra perigos, engodos e tentações. Isto pressupõe que a Felicidade a que conduzem não isente de um percurso de limitações e sacrifícios, dos quais a própria vida será limite.

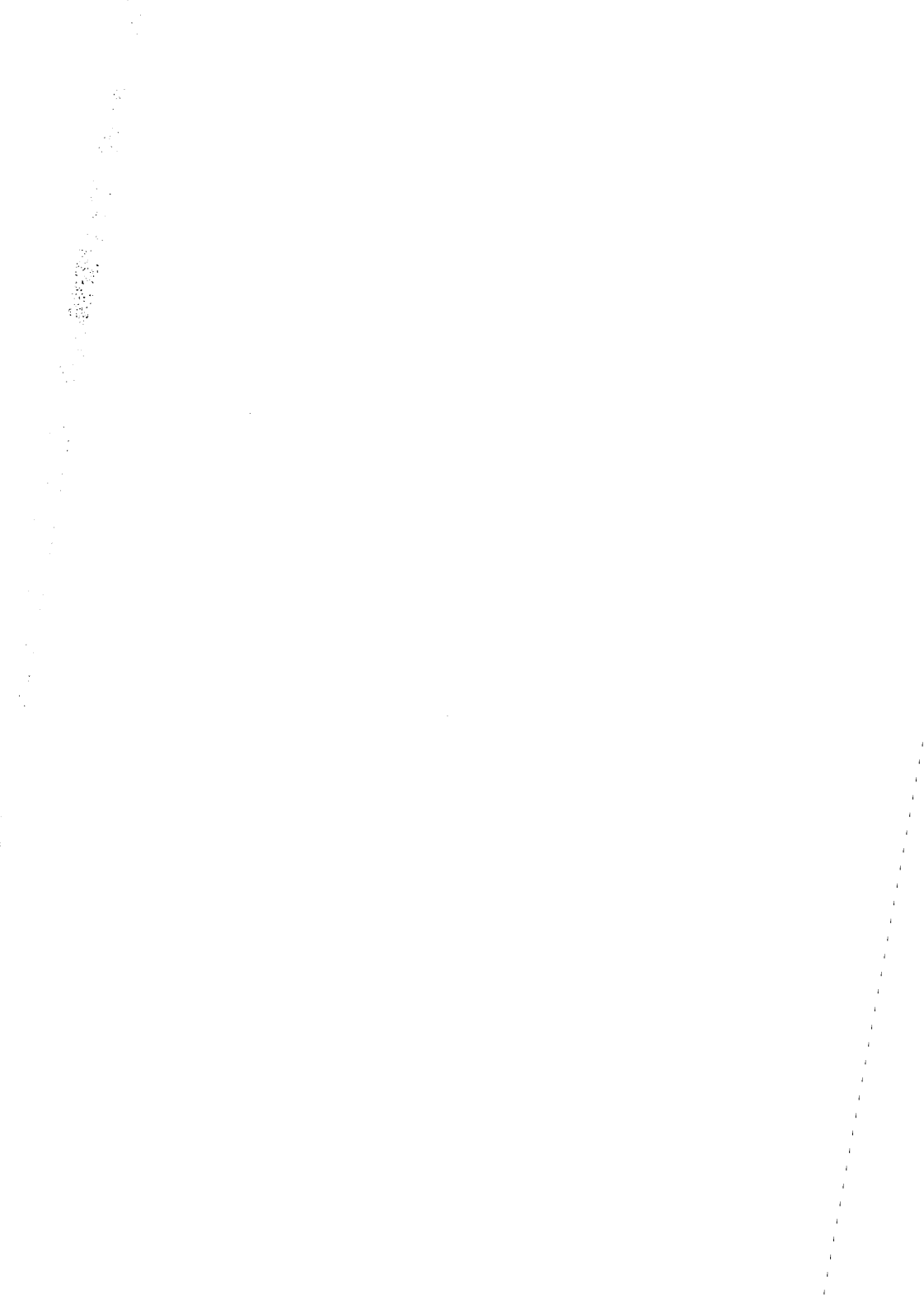
Felicidade que provirá, não se duvide, de uma sólida formação cívica geradora de normas, de comportamentos e de atitudes assentes numa preparada habituação a valores e a padrões socioculturais superiores, de igualdade e de respeito pela dignidade do Homem Livre.

Formação, por um lado, de autoprotecção que se apreende no seio da Família e nos bancos da Escola.

Preparação, por outro, indispensável à criação de um verdadeiro espírito colectivo de defesa, sem o qual as sociedades e as Nações não podem sobreviver.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

Victor M. F. Marques dos Santos



COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

Coexistir pacificamente tem constituído uma característica assaz frequente do processo de relacionamento entre conjuntos sociais ou unidades políticas.

Esse processo de relacionamento evolui de acordo com a especificidade ecológica envolvente, condicionado pela exigência dialéctica de acção/reacção, de desafio/resposta, inerente ao contacto inevitável entre o homem e o meio e também, em larga medida, dependente do tipo de contactos estabelecidos com outros conjuntos sociais.

Quando falamos de coexistência pacífica referimo-nos, no entanto, geralmente, a um período determinado das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética ou, se preferirmos entre o Ocidente e o Leste.

Ignoramos, assim, neste contexto relacional, tanto a situação empírica da coexistência pacífica, como a verdadeira extensão e o significado operativo estratégico do conceito, reduzindo ambos os aspectos à dimensão política específica que os teóricos da coexistência pacífica lhe conferiram durante o período referido.

Consideraremos, pois, em primeiro lugar, a coexistência pacífica como situação empírica característica do processo de relacionamento entre conjuntos sociais politicamente organizados. Referiremos, seguidamente, as fases de conceptualização teórica e de adaptação estratégica da coexistência pacífica. Procuraremos, finalmente, estabelecer a relação entre o conteúdo operativo do conceito, e as alterações introduzidas pelas novas atitudes políticas soviéticas de relacionamento internacional, enquadradas no âmbito estratégico e político da «perestroika».

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA COMO SITUAÇÃO EMPÍRICA

Situação alternativa e transitória

Uma situação de coexistência pacífica pressupõe a existência de dois ou mais conjuntos sociais politicamente organizados, de expressão territorial

concreta — ainda que, por vezes, em fase de definição — e cujos contactos decorram da vontade política de, pelo menos, um deles e da consequente inevitabilidade de imposição desse contacto ao outro.

Quando estiverem reunidos estes pressupostos, a natureza e o grau da relação que se estabelece, dependerá dos interesses específicos envolvidos, evoluindo ao longo do tempo entre formas de cooperação e de competição, das quais poderão surgir uma aliança, p. ex., face a um desafio externo comum, ou — no outro extremo qualitativo do processo relacional — a formas violentas de relação. Neste caso, o conflito poderá terminar pela destruição mútua total, pela subjugação total do mais fraco pelo mais forte, ou ainda pelo regresso a posições próximas das originais, com algumas alterações de domínio territorial mas sem modificações sensíveis no plano das estruturas sócio-culturais, ideológicas ou políticas fundamentais.

A coexistência pacífica corresponde exactamente a esta última hipótese. Isto é, ela decorre da incapacidade de o mais forte — o agressor — alcançar a totalidade dos seus objectivos e impor o seu domínio hegemónico, conjugada com a incapacidade de o mais fraco defender eficazmente a totalidade dos seus interesses.

Podemos considerar então:

- 1) Que a passagem à fase violenta do processo relacional foi determinada, em última análise, por uma percepção incorrecta da correlação de forças e capacidades; e
- 2) Que o período de coexistência pacífica que antecedeu a fase violenta do processo relacional, bem como aquele que lhe sucederá, constituem períodos transitórios durante os quais o agressor procurará aumentar o seu potencial de modo a que, numa futura tentativa, os seus objectivos de domínio sejam preenchidos.

A coexistência pacífica surge, assim, como uma situação de facto, que não corresponde à situação de paz — visto que o conflito se matém — mas que significa apenas uma interrupção transitória da expressão violenta do processo relacional. Trata-se da situação possível, inevitável, mas não desejada. É a situação objectiva mas não fora a situação objectivada. E é nesta

inevitabilidade, mutuamente reconhecida, que os adversários encontram os pontos de interesse comum que lhes permitem retomar a forma não-violenta de relacionamento.

Enquanto situação de facto, a coexistência pacífica constitui, pois, uma alternativa temporária, não ao conflito em si mesmo, mas sim à sua forma de expressão violenta e corresponde, em termos políticos, à aceitação de uma partilha inevitável de poder, por parte do mais forte, perante a evidente inviabilidade conjuntural de imposição do seu domínio hegemónico.

Contrariamente à paz, a coexistência pacífica é uma situação de «não-guerra», que nunca poderá significar a eliminação ou a ultrapassagem do conflito fundamental.

Situação inevitável e permanente

Após vários ciclos da alternância entre coexistência pacífica e coexistência violenta, a experiência empírica permite, geralmente, uma percepção da realidade que tende a fazer evoluir a coexistência pacífica para uma situação inevitável e permanente.

O processo de percepção é lento. Mas o reconhecimento e a aceitação política do facto — que, aliás, nem sempre se verificam — levam ainda mais tempo a consolidar-se. No entanto, o reconhecimento da impossibilidade de impor um domínio hegemónico e da consequente inevitabilidade de partilhar do poder, acabam por induzir, ao longo da prática dos contactos, a elevação qualitativa gradual das formas não violentas de relação.

Recorrem, efectivamente, desse reconhecimento, a aceitação mútua de áreas de influência exclusiva, de limitação de áreas de competição, bem como dos acordos quanto ao grau de envolvimento, localização e alastramento dimensional aceitável de futuras manifestações violentas do conflito.

Tal como anteriormente estabelecemos uma diferença de natureza entre paz e coexistência pacífica, do mesmo modo deveremos distinguir entre estas manifestações violentas do conflito — que se verificam no âmbito do enquadramento vigente e mutuamente aceite de preservação do «status quo» essencial — e a guerra propriamente dita, que envolve os princípios sistémicos estruturais, a matriz ideológica conceptual fundamentadora do próprio conflito, e em cujas expressões de violência homens e deuses combatem lado a lado até à destruição completa das forças do mal — que o inimigo personifica — ou até ao seu próprio aniquilamento.

O poder negocial, a capacidade diplomática e a vontade política são, no entanto, algumas das variáveis condicionantes do relacionamento. E perante a evolução das conjunturas, a violência continua a verificar-se, alternando com períodos de «não guerra».

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA COMO CONCEITO ESTRATÉGICO

A fase de conceptualização teórica

Em 1915/16, durante a Primeira Guerra Mundial, entrava-se na fase de conceptualização teórica da coexistência pacífica. Poderá perguntar-se porquê só então, e não antes. Talvez pelo eminente significado político-estratégico que a coexistência pacífica adquiria. Quer dizer, para além de constituir uma situação de facto que, até então, resultava das capacidades limitadas e mutuamente reconhecidas das forças em presença, a coexistência pacífica tornava-se agora uma atitude política activa, conscientemente assumida, de valor estratégico decisivo.

A coexistência pacífica era, assim, de novo perspectivada enquanto situação de facto, na sua aceção de alternativa transitória, não já como inevitabilidade permanente, mas, a partir de agora, como enquadramento teórico de uma prática política de relacionamento internacional.

Isto é, na impossibilidade de exportação imediata do processo revolucionário, o bolchevismo russo assumia, por um lado, a vocação universalista do comunismo marxista e, por outro lado, o compromisso de uma fase transitória de convivência pacífica com o adversário, implicando simultaneamente uma contradição ideológica de efeitos imediatos nas atitudes políticas e exigindo, por isso mesmo, uma adaptação doutrinal consequente.

Entrava-se, assim, na fase embrionária de conceptualização teórica da coexistência pacífica como estratégia de enquadramento, não apenas da política externa bolchevista mas de um vasto conjunto de acções de relacionamento internacional.

A dimensão estratégica desta atitude reside no facto de a coexistência pacífica ter sido conceptualizada a partir do reconhecimento efectivo de uma situação concreta que a evidenciava como exigência indeclinável do processo revolucionário.

A coexistência pacífica tornava-se, pois, a única atitude política que, perante as circunstâncias, permitiria aos bolchevistas a sua participação ao

sistema «burguês» de relacionamento internacional — que ideológica e doutrinalmente repudiavam — por forma a conseguirem a consolidação do poder no plano interno para, de acordo com os mesmos princípios ideológicos e doutrinais, passarem posteriormente à fase de exportação da revolução, de avanço progressivo até à destruição total do sistema capitalista e à imposição definitiva do domínio hegemónico comunista.

A fase de adaptação estratégica

A partir do Tratado de Brest-Litovsk — que corresponde à primeira expressão político-diplomática do compromisso com o sistema adversário e do desvio à ortodoxia doutrinal bolchevique — a coexistência pacífica tem constituído tema de contínuo debate interno na URSS, enriquecido pelas experiências relacionais entre o Ocidente e o Leste e pelas decorrentes adaptações constantes às realidades conjunturais.

A evolução conceptual tem-se caracterizado pela crescente operacionalidade do conteúdo que transformou a coexistência pacífica, sucessivamente, de atitude política de defesa passiva, em estratégia de relacionamento internacional, primeiramente caracterizada pela passividade dos posicionamentos e, posteriormente, pelo surgimento de uma actividade sistematicamente orientada segundo planos globalizantes e compreendendo em permanência acções combinadas de estratégia directa e indirecta, que se desenvolvem em graus variáveis de agressividade, assegurando em cada momento a optimização sinérgica potencial.

Ao longo deste período, que se estende até aos nossos dias, tem sido possível referenciar alguns aspectos fundamentais da evolução conceptual.

Os mais evidentes desses aspectos são, sem dúvida, a crescente operacionalidade do conteúdo conceptual, perante as necessidades estratégicas conjunturais, e a correspondente adaptação dos princípios ideológicos e doutrinais à evolução conceptual e a prática política.

O primeiro aspecto refere-se à evolução qualitativa do relacionamento e à evolução dimensional da extensão de aplicabilidade estratégica da coexistência pacífica.

No que concerne à evolução qualitativa do relacionamento, enquanto na época de Lenine os limites qualitativos da relação eram, por um lado, o tratado de paz com o adversário, e, por outro, a guerra generalizada,

gradualmente foram aparecendo áreas de cooperação com o sistema adversário que permitiram alcançar níveis de entendimento progressivos, a começar pelo Tratado de Rapallo, com a Alemanha de Weimar, e, posteriormente, aproveitando as «contradições capitalistas», o pacto sovieto-nazi e a aliança com os EUA.

O aparecimento da arma atômica viria impor um novo limite no outro extremo da escala qualitativa de relacionamento. Este novo condicionalismo, que foi publicamente reconhecido por Krushev, torna-se com Gorbachev um dado adquirido como limite inaceitável do grau de conflitualidade violenta potencial, donde o conceito da crise adquire nova dimensão operacional, constituindo o confronto violento convencional indirecto o novo limite aceitável da expressão violenta da conflitualidade inter-sistémica.

Quer dizer, a coexistência pacífica é agora, de novo, tendencialmente perspectivada como situação inevitável e, se não permanente, pelo menos de duração indefinida, devendo, no entanto, continuar a preencher o seu objectivo fundamental, isto é, operar a passagem gradual ao socialismo comunista pela degradação progressiva do sistema capitalista.

Quanto à evolução dimensional da extensão de aplicabilidade estratégica do conceito, esta adquire por seu lado expressão acentuada na aplicação espacial do conceito. De facto, a coexistência pacífica enquanto estratégia política de relacionamento internacional, começou por ter uma aplicação limitada aos contactos entre a Rússia bolchevique e as restantes potências beligerantes intervenientes no primeiro conflito mundial. Mais tarde, com Staline, passava a constituir, na prática, a estratégia utilizada em relação aos países limitrofes da URSS e, posteriormente, no XX Congresso do PCUS, já com Krushev seria, como vimos, adoptada como «linha central» da política externa soviética, ao mesmo tempo que se começava a levantar a questão da sua divisibilidade. Isto é, da possibilidade de alargar as áreas e aprofundar os níveis de cooperação com o Ocidente, e de, em simultâneo, desenvolver a agressividade ideológica e militar através da penetração no Terceiro Mundo, concretizado no auxílio aos movimentos de libertação e à guerrilha comunista, respectivamente em áreas colonizadas e em países de regime pró-occidental.

Com Brejnev assistiu-se à confirmação desta divisibilidade quando, por um lado, se construía a *détente* (considerada por alguns autores como o grau qualitativo mais elevado da coexistência pacífica) e, por outro lado, se assistia à expansão africana e asiática da influência soviética.

A coexistência pacífica adquiriria, assim, o seu grau mais aperfeiçoado de estratégia global do expansionismo soviético.

Quanto ao segundo aspecto, de adaptação dos princípios ideológicos e doutrinais à evolução conceptual e estratégica, será suficiente recordar que Lenine se referia à coexistência pacífica acentuando o seu carácter transitório, e à consequente inevitabilidade do conflito violento entre os dois sistemas político-ideológicos e sócio-económicos em presença. Mas, trinta e cinco anos volvidos, Krushev, ao erigir a coexistência pacífica como linha central da política externa da URSS, pronunciava-se pela não-inevitabilidade do conflito violento, que passava a constituir apenas uma possibilidade entre outras, e agora, de novo trinta e cinco anos depois, Gorbachev advoga a exigência objectiva de, a todo o custo, se evitar o conflito violento.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

A constante ideológica marxista-leninista

O conceito marxista-leninista de política internacional considera a diplomacia e o conflito violento como formas instrumentais complementares da acção revolucionária, numa perspectiva conceptual estratégica herdada de Clausewitz, mas acentuando a inevitabilidade do conflito violento.

Estabelece, por outro lado, uma relação de complexidade causal entre guerra e revolução, criando níveis de relacionamento internacional que ultrapassam as estruturas político-diplomáticas básicas do Estado-nação, para se alargarem às áreas do social com expressão na solidariedade internacional das classes operárias, tidas como representativas do trabalho, por oposição ao capital detentor do poder, por ocupação do aparelho de Estado.

Após Brest-Litovsk e o decorrente compromisso de um período de coabitação pacífica e temporária entre sistemas opostos, Lenine admitia, em 1919, a viabilidade de uma convivência entre regimes antagonistas e formulava «o princípio da coexistência pacífica como linha estratégica fundamental das relações entre a Rússia bolchevique e os Estados capitalistas» (1).

Lenine concebia a coexistência pacífica como a luta contínua entre sistemas sociais e económicos antagónicos, no sentido de assegurar o êxito

(1) Cfr. Vitali Koriónov, «La Coexistência Pacífica en Acción», Moscovo ed. Progreso, 1975, p. 21.

interno da revolução. Introduzia-se aqui, de novo, a componente ideológica no processo de justificação do conflito, que gradualmente desaparecera durante o século XVIII.

Em 1956 Krushev abandonava a tese da inevitabilidade do conflito, mas seria essa a única concessão ao reformismo doutrinal, na medida em que defendia a coexistência pacífica como «um processo dialéctico combinando organicamente a mais enérgica luta de classes entre o socialismo e o capitalismo, e a cooperação de Estados dos dois sistemas com o fim da manutenção da paz» (2).

Em Outubro de 1974 o «Pravda» confirma a permanência dos princípios fundamentais do conceito, acentuando que «a coexistência pacífica não significa nem a preservação do *status quo* social e político nem o enfraquecimento da luta ideológica e da actividade dos partidos comunistas» (3).

Em Fevereiro de 1976, Brejnev afirmava perante o XXV Congresso do PCUS, que «a *détente* não exclui minimamente, nem pode alterar, as leis da luta de classes», e acrescentava, «não fazemos segredo do facto de que consideramos a *détente* como o modo de criar condições favoráveis para a construção pacífica do socialismo e do comunismo» (4).

Volvida uma década, o general soviético Dmitri Volkogónov vem comprovar a continuidade de princípios e a coerência de acções dessa «forma específica de confrontação de classes, a coexistência pacífica, [que] contribui para o debilitamento do complexo militar-industrial dos países capitalistas e cria condições mais favoráveis à luta política, económica e ideológica do proletariado» (5). E seguidamente caracteriza a coexistência pacífica através das suas áreas de «luta política, teórica, ideológica, diplomática, alguns aspectos de competição económica pacífica entre os dois sistemas mundiais, etc., exceptuando a violência militar propriamente dita» (6). Esta distinção de violência militar, em relação a outros tipos de

(2) Citado por Juan Cassiers, «The Hazards of Peace: A European View of *Détente*», Cambridge, Massachusetts, ed. Harvard University Center for international Affairs, 1976, p. 25.

(3) Citada por R. W. Stevenson, «The Rise and Fall of *Détente*», London, ed. Macmillan, 1985, p. 3.

(4) Cfr. L. Brejnev, «Report (...) To the 25th Party Congress», in R. W. Stevenson, ob. cit., pp. 2-3.

(5) Cfr. Dmitri Volkogónov, «O Exército e o Progresso Social», Moscovo, ed. Progresso, 1987, pp. 30-31.

(6) *Idem, ibidem*, pp. 30-31.

violência potencial, confere aliás um estatuto de grande actualidade ao conteúdo operatório do conceito.

É relativamente a esta permanente reafirmação de princípios, que Gorbachev opera uma viragem gradual, tanto no plano ideológico como no plano teórico conceptual.

A inovação conceptual da «Perestroika»

A inovação conceptualizante evidenciada nos textos de Gorbachev não só introduz características operacionais evolutivas no conteúdo conceptual, como altera a própria natureza do conceito ao questionar a premissa ideológica legitimizadora subjacente, que confere à coexistência pacífica o estatuto de situação temporária visando a transição para o socialismo.

Em Abril de 1985, na reunião do Comité Central do PCUS, e posteriormente, em Fevereiro de 1986, no XXVII Congresso do PCUS, Gorbachev enuncia as primeiras alterações de fundo.

Para o actual líder soviético, o conflito violento está totalmente fora de questão. No seu relatório ao XXVII Congresso, salienta que «É precisamente em torno das questões do conteúdo real da política capaz de preservar a paz que se desenvolverá, tanto quanto podemos prever, a luta principal no decurso dos próximos anos» (7). E mais adiante, partindo do princípio que um conflito nuclear significaria a destruição mútua inevitável, acrescenta: «na situação contemporânea não existe qualquer alternativa à cooperação e à interacção entre todos os Estados. Por consequência, as condições objectivas — eu sublinho, objectivas — estão constituídas para que a confrontação entre o capitalismo e o socialismo se possa desenrolar única e exclusivamente sob forma de competição pacífica e de rivalidade pacífica. Para nós a coexistência pacífica é uma política que a URSS tem intenção de prosseguir infalivelmente» (8).

No ano seguinte, 1987, na sua «Perestroika», não se limita a acentuar a exclusão definitiva da hipótese de conflito violento. De facto, ultrapassa essa reforma doutrinal para se demarcar claramente em relação ao Congresso do PCUS, de 1956, à luz do chamado «novo pensamento político»

(7) Cfr. M. Gorbachev, «Rapport (...) Au XXVIII Congrès du PCUS», Moscovo, ed. Progresso, 1986, p. 15.

(8) *Idem, ibidem*, p. 84.

ou «nova mentalidade política»: «foram introduzidas alterações na nova edição do programa do PCUS adoptado pelo XXVII Congresso do Partido. Concretamente, consideramos já não ser possível manter nele a definição de coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes, como 'forma específica de luta de classes'» ⁽⁹⁾, pois o perigo da guerra nuclear e o interesse comum da humanidade em evitá-la, justifica que «Estados que pertencem a sistemas sociais diferentes possam e devam cooperar uns com os outros em nome da paz» ⁽¹⁰⁾.

Enquanto no XX Congresso, em 1956, com Krushev, «as perspectivas do progresso social 'coincidião' com a prevenção da guerra nuclear», trinta anos mais tarde, no XXVII Congresso, em 1986, com Gorbachev, são totalmente separados os temas da guerra e da revolução pois a posição teórica que ainda admitia a possibilidade de guerra não corresponde «às realidades da guerra nuclear».

Após a exclusão conceptual do possível recurso ao conflito violento, esta posição constitui o segundo grande corte com a ortodoxia oficial anterior. Perante os resultados iniludíveis de uma terceira guerra mundial, a «nova filosofia da paz» exige o abandono da noção de interdependência entre guerra e revolução, pela qual a primeira é geradora da segunda, estabelecendo-se entre ambas uma relação de causa-efeito.

Mas, para além destes desvios doutrinais, as inovações introduzidas por Gorbachev permitem, como referimos, questionar a própria natureza do conceito.

De facto, desde Lenine até à actualidade, apesar de toda a evolução do conteúdo conceptual — quer nos seus aspectos qualitativos operatórios, quer na dimensão estratégica da sua aplicabilidade — tem-se mantido em permanência, através de um processo de conciliação ideológica de grau variável, a premissa fundamental do conceito, isto é, o carácter indiscutivelmente transitório da coexistência pacífica como modalidade de relacionamento entre sistemas sociais, económicos e políticos diferenciados e opostos.

De facto, quer consideremos a coexistência pacífica como situação alternativa temporária ao conflito violento, quer a consideremos como alternativa permanente e inevitável a esse mesmo conflito violento, ela constitui sempre, em qualquer dos dois casos, um conceito estratégico operacio-

⁽⁹⁾ Cfr. M. Gorbachev, «Perestroika», Lisboa, ed. Publicações Europa-América, 1987, p. 163.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 163.

nal de relacionamento externo da política soviética, que corresponde doutrinária e especificamente ao período de transição para o socialismo, para o fim da luta de classes, para o fim do capitalismo, e para a vitória do comunismo.

É exactamente em relação a esta constante essencial, justificadora doutrinária do estado de transição a que chamamos coexistência pacífica, que Gorbachev parece introduzir a sua inovação conceptual decisiva, ao admitir e prever que o fim da coexistência pacífica possa não ser inevitavelmente o socialismo, e que ela se mantenha indefinidamente, não como estádio de transição para o socialismo, mas como uma inevitabilidade histórica permanente.

Esta posição parece pôr em causa os próprios fundamentos do edifício teórico do marxismo-leninismo. A primeira alusão a esta possibilidade aparece já na «Perestroika», quando Gorbachev escreve que «A competição económica, política e ideológica entre países capitalistas e socialistas é inevitável. Porém, pode e deve ser mantida num quadro de competição pacífica que encare necessariamente a cooperação (...) Que cada nação decida qual o melhor sistema e qual a melhor ideologia. Que isto seja decidido por competição pacífica, que cada sistema prove a sua capacidade de corresponder às necessidades e interesses do homem (...) Esta compreensão de uma unidade dialéctica de sistemas opostos enquadra-se no conceito de coexistência pacífica» (11).

E a confirmação mais recente destas posições aparece em Julho de 1988 no Relatório do SG do Comité Central à XIX Conferência Nacional do PCUS: «O lugar-chave da nova mentalidade é ocupado pela concepção da liberdade de escolha (...) determinada pela diversidade sem precedentes e crescente do mundo (...) Num clima marcado pelo esforço generalizado de uma tomada de consciência nacional (milhares de milhões de pessoas) irão ainda dizer a sua palavra na escolha do seu próprio caminho.»

«Nesta situação, tentar impor do exterior — não importa qual o meio, para já não falar dos meios militares — um regime social, um modo de vida, ou uma política, significa retomar as práticas perigosas de épocas passadas. A soberania, a independência, a igualdade de direitos e a não ingerência, tornaram-se normas universalmente aceites nas relações internacionais, o que, só por si, constitui uma grande conquista do século XX.

(11) *Idem, ibidem*, pp. 164-165.

Opor-se à liberdade de escolha equivale a opor-se à marcha objectiva da própria História» (12).

Sem recusar o princípio teleológico nem o determinismo objectivo da marcha da História, numa perspectiva marxista, Gorbachev acentua a característica flexibilidde teórico-conceptual e doutrinal, ao admitir, entretanto, que essa marcha possa não conduzir necessariamente ao socialismo e que poderá prolongar-se indefinidamente à luz dessa premissa fundamental da «nova mentalidade política», que é o conceito da liberdade de escolha.

Estes novos posicionamentos constituem alterações radicais na conceptualização teórica da coexistência pacífica, mas também, e principalmente, na natureza conflitual inter-sistémica que lhe está subjacente e que, em última análise, lhe confere legitimação ideológica como conceito estratégico operatório de relacionamento internacional da política externa soviética, na fase de transição do mundo para o socialismo comunista.

Se, a toda esta profunda evolução teórico-conceptual, juntarmos as acções concretas da «realpolitik» soviética verificada no relacionamento internacional da URSS desde 1985, poderemos perspectivar a tendência do contexto internacional para uma fase de apaziguamento geral, correspondente ao limiar de um novo período de *détente*.

Com efeito, o início da retirada soviética do Afeganistão e das conversações sobre o conflito angolano e sobre a independência da Namíbia, a melhoria das relações com a China, o tratado INF e a preparação de um novo tratado sobre mísseis estratégicos, as propostas para redução de armamento convencional na Europa no âmbito das conversações de Viena, a viabilização da operacionalidade da ONU, o pedido soviético de adesão ao FMI e ao Banco Mundial, a recente proposta de desanuviamento do Sudoeste Asiático através da eliminação das bases soviéticas de Da Nangh e Kam Ran Bay e das bases americanas de Subic Bay e Clark, nas Filipinas, constituem sinais concretos que parecem confirmar, no plano das relações internacionais, as intenções previamente anunciadas no quarto da «perestroika».

Considerações Finais

Extraír conclusões sobre a «perestroika» seria obviamente prematuro. Fazer previsões nesta fase embrionária do processo tornar-se-ia extremamente complexo, pelo elevado número de desenvolvimentos sectoriais simultâneos

(12) Cfr. M. Gorbachev, «Aprofundar a 'Perestroika'», Lisboa, ed. Avante, 1988, p. 40.

e interactivos, sendo os potenciais resultados inevitável e tendencialmente influenciados pela actual conjuntura.

Parece, no entanto, ser possível, conveniente e oportuno acentuar alguns aspectos que poderão constituir pontos de partida ou referências básicas às futuras tentativas de análise prospectiva.

Em primeiro lugar, o conjunto de acções que actualmente se inscreve no processo chamado «perestroika», encontra a sua plena justificação na exigência inequívoca de reformas estruturais internas reconhecidamente inadivéis do sistema soviético, à qual corresponde uma conjuntura de desenvolvimento científico, tecnológico e económico internacional que ameaça a viabilidade do estatuto de superpotência mundial da URSS, pelo gradual desfasamento de ritmos de crescimento integrado.

Em segundo lugar, a viabilidade das reformas internas das quais depende o futuro do sistema soviético pressupõe uma «fuga para a frente» que se traduz pela espectacular reformulação das linhas de força da política externa soviética — mas não necessariamente dos seus objectivos finais — com vista à potenciação optimizada das virtualidades do relacionamento internacional, que permitam ou induzam a realização das referidas reformas estruturais internas.

Em terceiro lugar, essa reformulação, compreendendo novas premissas de relacionamento, inscreve-se empírica e estrategicamente no quadro conceptual teórico e operativo da coexistência pacífica.

De facto, a chamada «nova mentalidade política» e o seu conceito-chave da liberdade de escolha não representam qualquer tipo de corte ideológico fundamental com o marxismo-leninismo, mas, pelo contrário, constituem o esquema de conciliação teórica doutrinal conjunturalmente exigido para o seu permanente reforço.

Na chamada «nova mentalidade política», o triunfo final do socialismo sobre o capitalismo nunca é posto em causa, continuando a constituir o objectivo central do programa do Comité Central do PCUS.

Reconhece-se apenas que o período de transição para o socialismo não tem uma duração previsível e, principalmente, que essa transição não será conseguida sem profundas transformações sociais, que exigem a mobilização de todas as forças, energias e recursos da sociedade.

Do mesmo modo, ao elevar a premissa da livre escolha ao nível de conceito fundamental da sua «nova mentalidade política», Gorbachev limi-

ta-se a retomar o programa do «proletariado vencedor» inscrito no Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848, em cujo último ponto se salienta que «o livre desenvolvimento de cada um é condição necessária do livre desenvolvimento de todos».

Estabelece-se, assim, uma relação de continuidade entre o pensamento de Marx e a praxis gorbachevina de tentativa de democratização da sociedade soviética. Foi, aliás, com esse objectivo de conciliação teórico-empírica que se realizou, em Julho de 1988, a XIX Conferência Nacional do PCUS.

«Nós, marxistas, acreditamos que a revolução ocorrerá também noutros países. Mas isso acontecerá apenas e quando for considerado necessário pelos revolucionários desses países. Exportar a revolução é um contra-senso. Cada país, se assim o desejar, fará a sua própria revolução... Mas dizer que nós desejamos provocar a revolução noutros países, interferindo no seu modo de vida, é falar de algo que não existe e que nunca advogámos» (13).

Declarações como esta, que se inserem inequivocamente no espírito do chamado «novo pensamento político», não são, no entanto, novas no discurso oficial soviético. Com efeito, a citação anterior refere uma afirmação de Staline proferida em Março de 1936, quando o Ocidente, a um tempo receoso e curioso em relação ao processo interno soviético, demonstrava a sua tradicional capacidade de espanto, de incredulidade e de repúdio perante a realidade dos factos: a brutalidade dos julgamentos de Moscovo e os resultados da estratégia internacional das «frentes populares» na Europa Ocidental.

Tal como há cinquenta anos, o Ocidente constitui hoje o terreno fértil do *wishful thinking* onde os *media* cultivam e promovem de forma intensiva e sistemática a imagem gorbacheviana de revolucionário-romântico em versão adaptada a este final de século, veiculada pela campanha de relações públicas organizada pelo Kremlin, segundo padrões de *marketing*, também estes importados do Ocidente.

Mas se a questão de fundo, ao reflectirmos sobre a coexistência pacífica, é saber se este processo transitório de relacionamento entrou de novo numa fase de aprefeioamento e evolução conducentes a um aumento qualitativo gradual, através do aproveitamento das especificidades da conjuntura inter-

(13) Cfr. J. Staline, citado por T. T. Hammond, «The Anatomy of Communist Takeovers», New Haven, ed. Yale University Press, 1975, pp. 17-18.

nacional, ou se, por outro lado, o regime que conceptualizou teoricamente a coexistência pacífica deixou ele próprio de necessitar desse suporte instrumental de relacionamento estratégico internacional, devido à evolução ideológica operada e da consequente transformação hipotética da sua natureza intrínseca, pensamos que, por enquanto, não podem subsistir dúvidas quanto à conclusão possível.

De facto, parecem não existir ainda provas evidentes, conclusivas, que permitam a verificação desta última hipótese.

No Ocidente estão, no entanto, reunidas as condições óptimas para a preservação e o aprofundamento do tradicional equívoco prevalecente sobre a coexistência pacífica, bem como para as decorrentes atitudes e acções que se enquadram na teoria dos «coveiros» de Marx ou a teoria leninista da «corda para a forca».

Parece, pois, oportuno relembrar, com Jacques Lévesque, que «à partida, a própria existência de uma política externa do Estado soviético constitui em si mesma um compromisso. À medida que esses compromissos se sucederam, a ideologia sofreu certamente desvios e mutações, mas demonstrou uma espantosa capacidade de sobrevivência através de dificuldades e contradições» (14).

Aliás, tal como anteriormente referimos, a sistemática conciliação doutrinal dos princípios ideológicos à evolução da prática política, condicionada esta pelas exigências conjunturais da realidade internacional, constitui, de facto, uma das características operatórias mais evidentes e intrínsecas da coexistência pacífica.

E se estas percepções ocidentais podem conter erros de perspectiva, é o próprio Gorbachev que, no essencial, as confirma ao acentuar, perante a XIX Conferência Nacional do PCUS, que «a nova mentalidade política não é uma doutrina fechada e acabada. É dialéctica, o que permite que a política seja constantemente aperfeiçoada e desenvolvida em consonância com a marcha da vida real. E, como é óbvio», acrescenta, «com a nossa opção socialista, e com os princípios leninistas» (15).

Deveremos, pois, questionar de forma objectiva, isenta e em permanência, esta dramática alteração de atitudes, sem as confundir ou interpretar — de forma tentadoramente fácil, mas certamente controversa — como sinais de

(14) Cfr. Jacques Lévesque, «L'URSS et sa Politique Internationale», Paris, ed. Armand Colin, 1980, p. 37.

(15) Cfr. M. Gorbachev, «Aprofundar a 'Perestroika'», Lisboa, ed. Avante, 1988, p. 37.

uma hipotética, mas altamente improvável, evolução fundamental da ideologia marxista-leninista, ou dos grandes objectivos doutrinais permanentes do regime soviético e do seu suporte teórico-conceptual, político e estratégico, que é a coexistência pacífica.

Mas a conjuntura internacional e as exigências inadiáveis de reestruturação interna do regime soviético reúnem também as condições necessárias para uma alteração fundamental das atitudes ocidentais.

De facto, o Ocidente, agora de novo tão intensamente solicitado para uma cooperação mais activa e consequente com a URSS, deverá fazer compreender inequivocamente à nova sensibilidade política soviética que a pretendida evolução qualitativa do processo relacional deverá conter elementos positivos de interesse recíproco, e que estará, em última análise, dependente, não apenas das necessidades internas do processo soviético, prespectivadas por Gorbachev e enquadradas pela «perestroika», mas que será, sobretudo, condicionada pelos indícios — ainda pouco perceptíveis — de que as novas atitudes estratégicas da política externa da URSS e do seu relacionamento internacional, significarão e corresponderão também, futuramente, a uma evolução gradual, sensível e evidente dos grandes objectivos permanentes do marxismo-leninismo e do comunismo internacional.

Outubro de 1988.

Victor M. F. Marques dos Santos

Mestre em Relações Internacionais.

Assessor do Instituto da Defesa Nacional.

SOVIET ACTIONS IN THE THIRD WORLD

G. A. do Espírito Santo

SOVIET ACTIONS IN THE THIRD WORLD (*)

I — *THE THIRD WORLD IN SOVIET FOREIGN POLICY*

1. That rather abstract and misleading term «The Third World», or the equally unsatisfactory and nearly synonymous phrase, «underdeveloped countries», still assumes a fairly concrete meaning within the conceptual framework of Soviet foreign policy. For Lenin and his generation of Soviet leaders, the colonial and semicolonial dependencies of the West appeared to be the crucial future battlegrounds of the struggle between the worlds of socialism and capitalism.

At the 1920 Conference of the Comintern, Lenin spoke eloquently about the connection between the revolutionary struggle of the working class and the situation of oppressed colonial peoples.

To him, national liberation of the colonial peoples was a two stage process — the first stage of rapprochement involves the victims of colonialism in the beginnings of their national liberation struggle against their oppressors who are, by definition, capitalist imperialism.

There are those who argue that ideology is dead, and that MOSCOW is merely interested in maintaining and advancing the national interest of the Russian State, developing the theory of «correlation of forces» instead of «balance of powers». Anything that happens anywhere in the world affects the correlation in some way, and everything is systematically connected with everything else.

That theory of correlation of forces provided a conceptually flexible tool enabling its practitioners to define, pursue, and rationalise their policies,

(*) Trabalho apresentado no NATO Symposium, realizado em Maio de 1987, em Roma, sob a responsabilidade do NATO Defense College e US National Defense University, sob o tema: «East-West Relations Three Years After Gorbachev's Accession to Power: Implications for NATO».

simultaneously, at the complementary levels of ideology and power politics. Soviet policy in Africa and Asia followed that conciliatory pattern between the Soviet national interest and the requirements of revolutionary theory.

2. In «Patterns of Soviet Third World Policy», Francis Fukuyama (1) expressed a very interesting analysis of Soviet Foreign policy in the Third World since the Bolsheviks came to power in 1917. That policy has been an alternation between what have come to be known as «left-wing» and «right-wing» strategies.

Table 1: Ten Periods of Soviet Third World Policy			
	Dates	Orientation	Characterization
1.	1917 — 1921	left	War Communism
2.	1921 — 1928	right	New Economic Policy (NEP)
3.	1928 — 1935	left	«Third Period»
4.	1935 — 1939	right	Popular Front
5.	1939 — 1941	left	Nazi-Soviet Pact
6.	1941 — 1947	right	Wartime alliance
7.	1947 — 1952	left	Zhdanovshchina
8.	1954 — 1964	right	Khrushchev's opening to «bourgeois nationalists»
8a.	1964 — 1972	right	Moribund Khrushchevism
9.	1973 — 1982	left	Support for Marxist-Leninist vanguard parties
10.	1982 —	right	Andropov-Gorbachev policy

Source: «Patterns of Soviet Third World Policy», F. Fukuyama (2).

The distinction between left and right revolves around the issue of the appropriate choice of allies in the West for communist power or Soviet influence. In left-wing periods, communist parties have tended to avoid alliances of any sort, concentrating instead on maintaining their internal orthodoxy and discipline. Right-wing periods, by contrast, have been ones of broad alliance between communist parties and other sympathetic non-communist groups. In the case of the colonial Third World, these have been local «bourgeois» nationalists, national liberation movements, and other «anti-imperialist» groups.

II—THE COMPETING COMMUNISMS IN THE THIRD WORLD

1. The ideological objective of spreading communism in the Third World became, after 1949, a very difficult area of understanding between the two great motherlands of revolution: Soviet Union and China. Soviet Union's approach to the socialist revolution was more oriented to the role of the political «elites», the class struggle, and the political fight developed by the local communist parties. The Bolshevik prototype gave support to this approach, since the instruments of success has been the social class struggle, the movements of people masses in towns, the political urbanism in huge rallies, and the role of the Red Army. On the other side, the success of the Chinese Revolution was much more attained in the fields, the concept of the People's War, with the use of guerrilla techniques, and the support of the people to the fighting arm of the revolution.

The controversies between the Soviet Union and China on the issue of how, when, where, and under what circumstances communist countries should support revolutionary movements had too strong an importance during the 50's and the 60's. The Chinese accused the Soviets of having abandoned the cause of revolution and of preaching the following false doctrines: (1) Imperialism can be overthrown peacefully, without violence. (2) War is so terrible, and in the nuclear age so dangerous, that it must be avoided at all costs. By contrast, the Chinese said that their views were the following:

Revolutions cannot be carried out by peaceful means, but only through violence, through «people's wars», «national liberation wars», «revolutionary wars». (2) Such wars do not inevitably escalate into nuclear wars. Revolutionary wars, therefore, must not be feared, for otherwise the peoples of the underdeveloped countries would be doomed to perpetual slavery. If the imperialists or «social-imperialists» (i. e. the Soviets) unleashed wars, this would bring revolutions, but if the people overthrew imperialism, there would be more wars. As Mao expressed it, «with regard to the question of world war, there are but two possibilities: one is that war will give rise to revolution and the other is that revolution will prevent war».

2. It will be irrelevant to explore and relate the history of the last three decades of international influence in important areas of the Third World. The actors have been the United States, China, Europe, and the Soviet Union, and new ones are coming. The interests have been quite different, but have moved abruptly from ideology to economic and military influence. The doctrines comprised of several factors like the spread of socialist revolution, elevating peoples to human levels, democracy building, and containment of communist influence. The instruments were different ranging from recruiting and training cadres to economic aid.

The objects, and the suffering ones, had been the peoples of those regions, where war, different every day, continues to produce pain, death, famine and very difficult times. The definition of a model matrix, in order to study the actual situation, is a difficult task, but, in order to avoid it, let us advance some postulates which will make more understandable the actual military apparatus of the Soviet Union in such distant areas as CUBA or ANGOLA.

First Postulate

The competing interests of the Soviet Union and China in expanding communism have been evident in areas like ASIA, LATIN AMERICA, and AFRICA. China's support to liberation movements, in Asia and in Africa, was much more evident and successful than that of the Soviet Union, which insisted in the role of some elites and the influence of the Communist Parties in the European colonial powers. China developed relations with liberation movements such as ZANU (RHODESIA), SWAPO (NAMÍBIA), FRELIMO (MOZAMBIQUE), FLNA and UNITA (ANGOLA) surpassing the Soviet Union in the ammount of assistance given to African States. In 1974 Chinese aid totaled, in US dollars, \$237 million, while the Soviets provided only \$17 million. In fact, the Chinese had outdistanced the Soviets in terms of total aid to Africa over the previous 20 years, and had concentrated their largesse in the southern half of the continent. Chinese aid to TANZANIA, ZAMBIA, ZAIRE and even CONGO far exceeded that provided by the Soviets.

Second Postulate

Fidel Castro and Che Guevara were two different approaches to the spread of communism in Latin America. The Che Guevara theory of «armed focus», theorized by Regis Debray, failed while the Cuban experience, and the role of strong communist parties succeeded and almost added Chile to the Soviet Union sphere of influence. In the Cuban experience, the military aid provided by the Soviet Union was as decisive a factor in the initial success as the Security Services and Intelligence were decisive in consolidating political power, and spreading influence in all the countries of Central America to this day. It is my perception that Latin America will be an area of insecurity, where competing interests of the Soviet Union and the United States have to look carefully at the diverse players: the political process of democracy, the very unstable social fabric, the Catholic Church, and the public opinion. How to make one's neighbours safe or how to influence them from a distance is the real question between the United States and the Soviet Union, given the small influence of China in the area. MEXICO, BRASIL, ARGENTINA, PERU and VENEZUELA are great players which will have a very important role in the future.

Third Postulate

ASIA has been a «though nut to crack» for the Soviet Union, and is becoming more so. Soviet policy has to accommodate to Asia's size, to its four different main subregions, and to the other global actors in the area: CHINA, the UNITED STATES and JAPAN. It is perceived that the foreign policy of the Soviet Union in the area has been more defensive than offensive, and oriented to containing difficult neighbours more than to spreading influence. Afghanistan, not finished yet, it a very good example of the flexible approach in the area.

Fourth Postulate

Since the Fundamentalist Revolution in Iran, Islam overlaps Socialism in some areas of the globe, and is followed by regional conflits declared in the Middle East and potential ones in North Africa. The Soviet Union

is following the problem of Islam and the Middle East very carefully, not only for internal reasons and the upheaval of the Muslim minorities within its borders, but for external reasons too, given the military build-up in the area, and the danger of escalation of the conflict either horizontally or vertically.

Fifth Postulate

For much of the postwar era, arms transfers have been a crucial part of Soviet relations with the Third World. This emphasis on military aid is estimated as 120.6 billion US dollars between 1974 and 1986 (SYRIA, IRAQ, LIBA, VIETNAM, INDIA, ALGERIA, CUBA, ETHIOPIA and ANGOLA received almost 80 % of the total deliveries). Although the Soviet Union has tried to establish close ties with the developing countries through a variety of nonmilitary means (including economic assistance, trade, educational exchanges, and political cooperation), it has been unable to sustain its economic aid at more than token levels in recent years, and has lost nearly all of its appeal as a model for development. Consequently, arms transfers have become the primary instrument that enables the Soviet Union to compete with Western countries and China for influence in Third World. In the 1980's military exports have also been a key source of hard currency, although problems have begun to arise for the Soviet Union in this lucrative trade because of the growing financial constraints that many of its Third World customers are experiencing.

III — RECENT SOVIET ACTIONS IN THE THIRD WORLD

1. The Soviet Union's policy in the Third World has produced both successes and failures. What can we, in conclusion, say of Soviet efforts in the Third World? Have they been more or less successful? Does the answer to this question depend upon region? Can we identify success with proximity to the Soviet Union, cultural environment, type of instruments used, or degree of commitment made by Moscow? What have been the

important instruments of Soviet policy in the Third World? Antecedent to all of these questions, of course, is the fundamental question:

What are the Soviet objectives in the Third World?

Although varying in the four main regions of the Third World considered (Latin America, Africa, The Middle East and Asia), some or all of the following objectives seem to apply in most Soviet Third World activities:

- to gain control over raw materials vital to Western economies;
- to demonstrate support for left-wing regimes;
- to «capture» Third World States for the Communist Bloc;
- to keep Chinese influence out of the Third World;
- to gain strategic advantage, through the acquisition of military facilities that might be useful in war;
- to acquire footholds for use in peace as a means of extending influence;
- to divert the attention of Western powers away from Soviet borders;
- to obtain useful economic concessions, as in fishing rights.

This list has looked much the same since the death of Stalin, but very few of these objectives began to be realised until the latter part of the 1960's.

What has made their realization possible has been the growth of the military component of Soviet power, which began in those years when, after the Cuban crisis, the Soviet Union realized its low capacity to project power from a distance. Almost simultaneously, the Soviet Union also began to realize that, in competition with the West, the other instruments of influence — political, cultural, diplomatic and economic — were not those which she could wield with any great success. Only the military instruments remained, and this has been refined over the past decade to the point where it is responsive and subtle in application whether through the supply of arms, through supportive military activity or through direct military intervention in many different guises. In the early 1960's, the Soviet Union lacked an ocean-going navy, sea-based air power, long range transport aircraft and amphibious shipping. She could not maintain a fleet at sea and had few friendly ports of call. Even her marchant marine was small and lacked the kind of heavy-lift equipment needed to off-load cargo like tanks in countries with minimal dock facilities. She had no specialised roll-on/roll-off shipping for rapid disembarkation of vehicles.

By the end of the 1970's, all but one of these disadvantages had been corrected. The one that still remains is the lack of sea-based airpower, but the Soviet Union has gone way to make up for the lack of reconnaissance at sea by the extensive deployment of land-based maritime patrol aircrafts and maritime reconnaissance satellites.

2. Since the late 1970's the Soviet Union has been the largest supplier of military equipment and services to the Third World, having dislodged the United States from the top position: for the period from 1981 through 1985 Soviet arms transfers accounted, in value terms, for 33 percent of all weapons exported to the Third World, compared to only 19 percent supplied by the United States.

Soviet Military deliveries to noncomunist Third World States during this seven-year period were worth nearly four times as much as the Soviet arms supplied during the 20 years from 1955 through 1974. Even if, as some estimates suggest, Soviet arms shipments to most regions have leveled off or declined since the early 1980's, as a result of the reduced demand for weapons among indebted Third World states, both the quantity and the quality of arms supplied by the USSR remain at very high levels.

From 1954 through 1981, approximately two-thirds of total Soviet arms shipments went to countries in the Middle East and South Asia, the remainder going largely to East Asian states, primarily Vietnam, North Korea, and (before 1960) China.

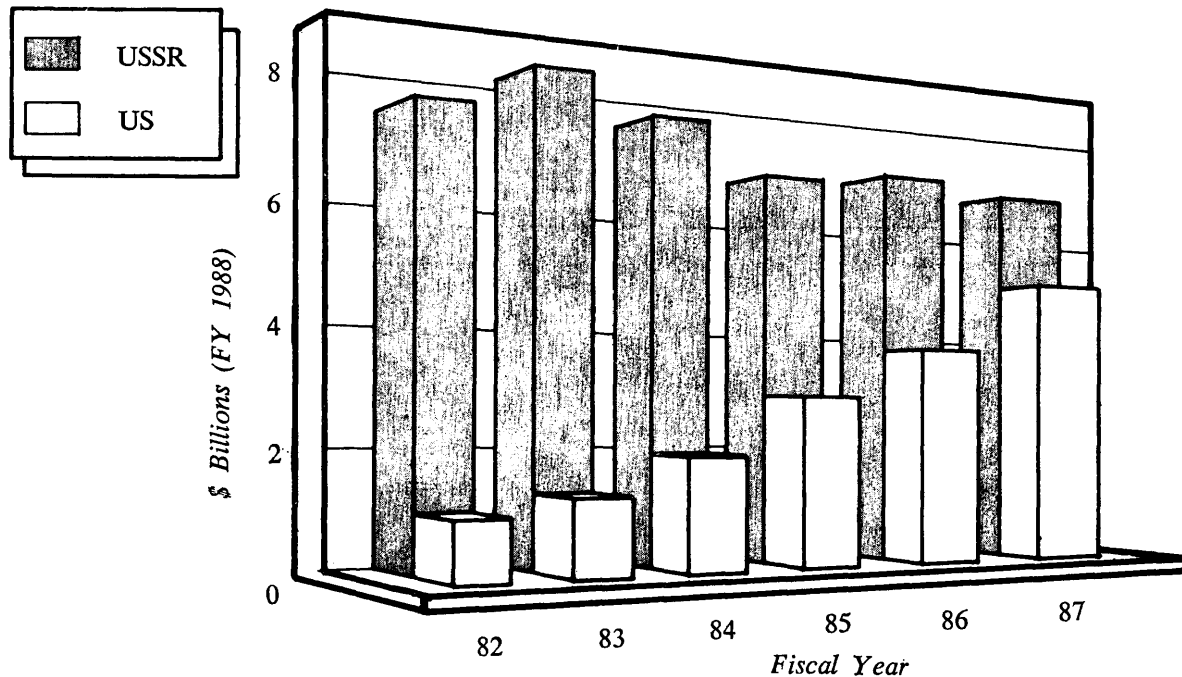
Over the past decade, the share of total Soviet arms shipments going to the Middle East and Southern Africa has become even more disproportionate, rising to 74 percent. The non communist Third World countries that received the largest amounts of Soviet weapons are all located in the Middle East and South Asia, with Syria. Iraq and Lybia actually surpassing communist states such as Vietnam and Cuba in the value of military equipment received from the Soviet Union.

The Soviets continue to demonstrate a great appreciation for the ability of arms transfers to serve as a lever in gaining political influence. Moscow continues providing large ammounts of military equipment and material to strategically located lesser developed countries on an outright grant basis.

(Table 2)

During the last five years over 40% or an average 6 or 7 billion US dol per year, of the Soviet arms deliveries to the Third World were made

**Table 2: USSR and US Grand Military Aid to the Third World
(1982 through 1987)**



SOURCE: *The Annual Report of Secretary of Defense 1987/88*

Table 3: Numbers of Soviet Weapons Delivered to the Third World, Cumulative Totals, 1981-85

(Absolute numbers and share of total deliveries, by type, to Third World)

Weapon type	To Africa		To East Asia		To Latin America	
	Number	Percent	Number	Percent	Number	Percent
Tanks	1.070	51	483	38	443	54
Anti-aircraft artillery	1.095	73	180	62	220	52
Field artillery	1.750	55	295	21	555	45
Armored personnel carriers	1.915	45	430	33	185	16
Major naval surface combatants	19	44	4	15	4	7
Other naval surface combatants	17	12	31	53	36	40
Submarines	5	100	0	0	1	11
Missile attack boats	9	47	2	20	6	100
Supersonic combat aircraft	535	82	193	55	100	55
Subsonic combat aircraft	15	13	0	0	0	0
Other aircraft	110	20	75	22	40	12
Helicopters	253	57	60	22	85	27
Surface-to-air missiles	4.745	89	320	12	1.293	69
Weapon type	To Middle East		To South Asia		Third World Total	
	Number	Percent	Number	Percent	Number	Percent
Tanks	1.790	20	605	77	4.395	52 (12)
Anti-aircraft artillery	340	10	130	50	1.965	33 (2)
Field artillery	825	8	455	60	3.880	23 (17)
Armored personnel carriers	3.210	30	1.000	87	6.760	36 (21)
Major naval surface combatants	4	20	2	20	33	24 (11)
Other naval surface combatants	17	11	6	14	107	22 (5)
Submarines	2	20	0	0	8	31 (0)
Missile attack boats	9	23	0	0	26	26 (0)
Supersonic combat aircraft	625	49	165	46	1.620	57 (14)
Subsonic combat aircraft	85	61	0	0	100	17 (46)
Other aircraft	35	18	125	37	385	22 (2)
Helicopters	340	69	130	93	870	53 (11)
Surface-to-air missiles	5.385	38	520	72	12.265	50 (15)

In parentheses US share of total shipments to Third World

on a grant basis. In fact, the Soviets allocated over \$3 billion a year in outright military grants to only five countries (CUBA, VIETNAM, NICARAGUA, ANGOLA and SYRIA).

Even the minor recipients of Soviet arms receive approximately 30 to 45 percent of their arms on a grant basis.

In addition to this grant aid the Soviets are providing other financial concessions, including offering credit at concessionary rates, accepting payment in soft currency or in commodity shipments, and rescheduling or forgiving long-term debts.

Soviet arms transfers have also provided a means for gaining basing rights abroad, as well as an entry for Soviet advisors to the receiving country.

For example, Soviet involvement in Sub-Saharan Africa remains high. In Ethiopia there are approximately 1,700 military advisors. Likewise, in Mozambique about 850 Soviet military advisors train Mozambique's Armed Forces. In Angola, the presence of 45,000 Cuban military surrogates augments direct Soviet support which in 1987 consisted of deliveries of additional FLOGGER fighter aircraft, HIP H helicopters, SA-2 and SA-8 surface-to-air missiles (SAMS), and numerous tanks, artillery pieces and BMP airmoved vehicles.

3. As a result of this policy of arms transfer and military aid, the Soviet Union, either directly or indirectly by surrogates, specially Cubans, projected power to important areas of the Third World. This projection of power began in the early of the cold war, and has not finished up to now, being an important and decisive factor in some important conflicts in the last decades. After some failures and inconclusive actions, the Soviet Union, especially at the time when Portugal finished what European misperceptions called, regretfully, the «last empire» made an important change of methods in supporting marxist régimes in Southern Africa and Latin America. The supportive action of players dealing with low intensity conflicts gave place to extraordinary build-up of conventional forces that had unbalanced the military power in such countries as ANGOLA, MOZAMBIQUE, ETHIOPIA, NICARAGUA and AFGANHISTAN.

For example, and this is very important, after the independence of ANGOLA and MOZAMBIQUE, in 1974-75, where no battle tank, APC

or significant air defense systems existed at the time, the actual picture of sophisticated weapons systems and equipment that is challenging regional security is the following:

	<i>Tanks</i>	<i>APC's</i>	<i>AA</i>	<i>Air Fighters Groun Attackers</i>	<i>Helicopters</i>
ANGOLA	175 - T34	200 - BRDM	ZU - 23 - 2	40 - MIG 23	Mi - 24
	150 - T54	150 - BTR	ZPU 14,5		35 - Mi 8
	120 - T62	100/150 - BTRGO	SA - 3/6/7/ /8/9/14	25 - MIG 17	
	50-PT - 76			40 - MIG 21	
MOZAM- BIQUE	300 - T34	150 - BRDM	ZU - 23		
	54/SS	300 - BTR-60	SU - 23.4 SP	35 - MIG 19/ /21	7 - Mi 8 S
	42-PT - 76		SA 3/7	24 - MIG 17	

SOURCE: «World Defense Almanac Military Techonology», 1987-88

The deliveries of these weapons and equipments began in 1975/76, but the majority of them ocured after 1983. The military inbalance produced in Southern Africa results from simple facts:

- (1) The actual Angola Air Force is the second largest in Africa, consisting of 40 Mig-21 Fishbed, 40 Mig-23 Flogger and a smaller, but undisclosed number of Su-22 figther aircraft. The Mig-21's are flown by Soviet trained Angolan pilots, while Mig-23's and SU-22's are thought to be flown by Cuban and a smaller number of East German and/or soviet pilots.
- (2) After the raids by the South Africa Air Force, a very complete and sophisticated Soviet supplied air defense system is being installed. Over 75 mobile radar sets, of seven different types, based on 23 sites, form the basis of a comprehensive command and control network.

The fighting arm of this consists of three types of jet fighters, six anti-aircraft (AA) missile systems and four calibres of anti-aircraft guns. In addition, field units are reported to employ three forms of shoulder-launched missile weapons.

The radar network apparently consists of eight sector operations centres, and 15 control and reporting centres. (Chart 2-Annex). Mobile AA missile systems operational in Angola are the SA-2 Guideline, SA-3 Goa, SA-6 Gainful, SA-8 series B Gecko, SA-9 Gaskin and SA-13 Gopher.

AA guns include the 14.5 mm KPV on various mountings, 23 mm ZSU twin-barrel wheeled and ZSU-23-4 quadruple barrel tracked, 37 mm M 1939 and 57 mm 5-60. Portable shoulder-launched AA missiles consist of the SA-7 Grail and SA-14 Gremlin. There is also a report of a Soviet rival to the Stinger, designated S-16, being used.

IV — PROBABLE DEVELOPMENTS

1. By the early 1980's, there was a general recognition, in the Soviet theoretical literature, that earlier hopes for strong clients, and lasting influence resulting from the promotion of Marxist-Leninist vanguard party-states were not being realized. Though the new generation of Marxist-Leninist allies willingly cooperated with Moscow, both politically and militarily, they themselves were not doing well. They tended to be economically backward, even by Third World standards, and this condition was made worse by the premature introduction of such socialist «measures» as collectivization of agriculture and wholesale nationalization of foreign property. Due to their small domestic political base and ideological narrowness, many of these regimes were perceived as illegitimate by a sizeable segment of their own population. Several, including those in ANGOLA, MOZAMBIQUE, AFGHANISTAN, CAMBODIA and NICARAGUA, faced internal guerrilla insurgencies.

Rather than having the need for Soviet military and economic assistance taper off when Marxist-Leninist regimes came to power, in many cases, the need for assistance grew substantially over time, to the point of making the Soviet Third World «empire» a considerable drain on Soviet resources. It is also noticed that the role of ideology in defining Soviet foreign policy objectives, and in providing political instruments for expansion has been steadily declining in the postwar period. The changes already brought about by Gorbachev have further accelerated that decline.

Whatever the real-world implications of the «new political thinking», the old ideological language of Marxism-Leninism and vanguard parties is now seldom heard. Moscow no longer has at its disposal a world communist movement through which it can work, and to which it can give orders, because international communism has not recovered, and is unlikely to recover, from the splits with Yugoslavia in the 1940's and with China in the 1950's and 1960's.

2. Searching for new ways and approaches for a «real-politik» of a superpower, the Soviet Union is moving in a right-wing period of its foreign policy. The «Gorbachev doctrine» needs to spent much more internally than abroad, to expand influence for some people in the Politburo, and the new International Department will be worth much more if it is oriented toward capitalist-oriented countries like INDIA, MEXICO, ARGENTINA and BRAZIL.

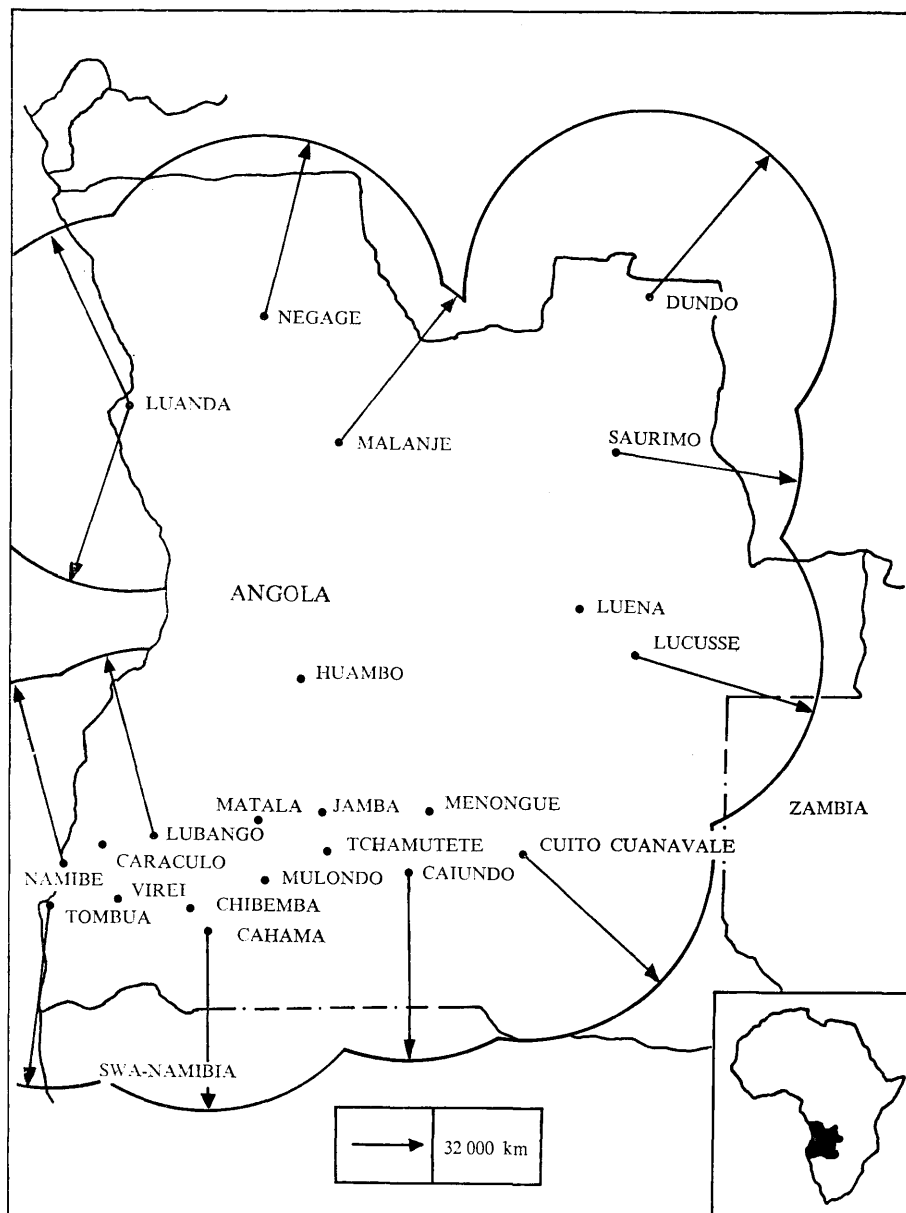
Contrary to the Khushchev doctrine that «believed in a one-generation transformation from national liberation to socialism», the Kremlin is reverting to orthodox Marxism, which says that countries must go through a capitalist phase before they can achieve communism.

As Gorbachev said recently, «We favour socialism, but we do not impose our convictions on anyone. Let everyone choose for himself, and will eventually put everything in its place».

Realistically the West has to understand that where the Kremlin has longstanding commitments, as in Cuba and Vietnam, its promises are kept, although Moscow is eager to cease the burden. In other more promising areas, the Kremlin is using shrewd diplomatic and trade tactics to gain leverage. It threatens to undercut U. S. influence by playing both sides in the Iran-Iraq war, by making up with China, and by offering to help mediate the Palestinian problem. But nowhere is Moscow launching any new military adventures, and it is trying to get out of some old ones. The withdrawal from Afghanistan is a Soviet defeat, and the peace agreement still could be a disaster for Moscow if the pro-Soviet Afghan government is quickly overwhelmed by the Islamic rebels who refuse to stop fighting.

In China, the Middle East, and the Gulf, Moscow will try to expand its influence at Washington expense. In other areas, the United States might be able to rearrange the balance of power in its own favor by cutting deals with Cuba, Nicaragua and Vietnam.

Soviet-supplied air defence systems in Angola



Marxist Mozambique may already receive more aid from the West than from the Soviet Union, and it isn't clear whether Moscow is ready to write off Angola where, for 12 years now, Western backed rebels have stood off the Marxist government and 45.000 Cuban troops and advisors. US officials say that the Soviets are not cooperating with Washington's efforts to negotiate a settlement, in part because Angola's oil fields still earn hard currency.

Does Gorbachev mean what he says about wanting peaceful solutions?

A quick way to find out be to challenge him, once again, to help with negotiated settlements in Angola or the Iran-Iraq war. Even if Gorbachev keeps his side of the bargain, détente will not necessarily be at hand.

The Soviet leader still means to compete for global influence. If he fails in his attempt to promote «new thinking» at home and abroad, Gorbachev probably will be replaced, according some Kremlinologists.

11th May, 1988

G. A. do Espírito Santo
MG-PO Army

SELECTED BIBLIOGRAPHY

- «The Soviet Union and the Third World», Ed. by E. J. Feuchtwanger and Peter Nailor (St Martin's Press, N. York).
- «The Soviet Union in the Third World — Successes and Failures», Ed. by Robert H. Donaldson (Croom Helm, London).
- «Problems of Communism».
- «The Military Balance», 1988/89, Military Technology.

**A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL:
SINOPSE HISTÓRICA E DEVIR EXISTENCIAL**

José Manuel da Costa Arsénio

A UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL: SINOPSE HISTÓRICA E DEVIR EXISTENCIAL

SUMÁRIO

1. *GÊNESE E EVOLUÇÃO ESTRUTURAL*
2. *A REVITALIZAÇÃO DA UEO*
3. *A UEO NO QUADRO MULTILATERAL DA SEGURANÇA OCIDENTAL EUROPEIA*
4. *PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO E A RECENTE ADESAO DE PORTUGAL*

1. *GÊNESE E EVOLUÇÃO ESTRUTURAL*

As origens da União Europeia Ocidental (UEO) assentam no Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de Março de 1948 pelos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), a França e a Grã-Bretanha, tendo em vista uma colaboração económica, social e cultural, bem como um objectivo de defesa comum, nos termos do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, no sentido de poder ser detida uma eventual retomada da política de agressão da Alemanha, tendo em mente, por outro lado, o estabelecimento de um sistema defensivo contra a hegemonia soviética no Bloco Leste.

O Tratado, com uma duração de 50 anos, previa, no âmbito da sua organização — mais vulgarmente conhecida por União Ocidental —, a criação de um órgão supremo, o Conselho Consultivo, que incluía os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países membros.

Em Setembro de 1948 foi criado um órgão militar, a Organização de Defesa da União Ocidental, com um Estado-Maior presidido pelo General Montgomery e integrado pelos três Comandantes das forças navais, terrestres e aéreas.

A breve trecho, porém, a Organização do Tratado de Bruxelas se revelou insuficiente para assegurar, por si só, a defesa do Ocidente, o que veio demonstrar à evidência a necessidade de uma maior abrangência geoestratégica à escala atlântica, envolvendo os Estados Unidos da América. Tal insuficiência veio dar origem à fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja assinatura teve lugar em Washington, em 4 de Abril de 1949, como corolário de esforços desenvolvidos em ambos os lados do Atlântico, com especial saliência para Paul-Henri Spaak, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, e Harry Truman, Presidente dos Estados Unidos, que, assumindo uma nova doutrina, pôs termo ao isolacionismo a que a América se votara desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

Em Dezembro de 1950, os países membros do Tratado de Bruxelas concordaram em transferir para a OTAN a responsabilidade da defesa da Europa Ocidental, mas mantiveram a sua competência em matéria cultural, económica e social, apesar da criação do Conselho da Europa em 1949.

Entretanto, um dos motivos determinantes do espírito do Tratado de Bruxelas — a ameaça alemã — passou a ser encarado sob óptica diversa, o que conduziu à Declaração de Washington, de 14 de Setembro de 1951, na qual os Ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Grã-Bretanha e Estados Unidos expressaram o desejo de participação da Alemanha na defesa do Ocidente, através da Comunidade de Defesa Europeia, cuja criação, no âmbito da OTAN, foi proposta pela França e reiterada na reunião do Conselho do Atlântico Norte, realizada em Lisboa, em Fevereiro de 1952.

A Comunidade de Defesa Europeia, cujo Tratado foi assinado em 27 de Maio de 1952 pelos Governos da Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e República Federal da Alemanha, fora concebida como mais uma etapa da via para a constituição de uma Federação Europeia, tal como idealizada pelo Plano Schuman, de 1950. Em 30 de Agosto de 1954, porém, o Parlamento Francês recusou-se a ratificar a Comunidade de Defesa Europeia, para o que terá contribuído o facto de a Grã-Bretanha não haver aderido à organização, por força da sua política de sistemática recusa de integrar um federalismo europeu.

Não obstante o colapso prematuro da Comunidade de Defesa Europeia, não cessaram os esforços tendentes à organização da defesa do Ocidente

com a participação da República Federal da Alemanha. Na procura de uma solução alternativa, destacou-se o Ministro Britânico dos Negócios Estrangeiros, Sir Anthony Eden, que logrou a realização de uma conferência em Londres, de 28 de Setembro a 3 de Outubro de 1954, com a participação dos cinco países signatários do Tratado de Bruxelas, a que se juntaram o Canadá, a República Federal da Alemanha, a Itália e os Estados Unidos.

A conferência procurou a revisão e alargamento do Tratado de Bruxelas, de forma a incluir a Itália e a República Federal da Alemanha como novos membros, e tendo em vista a subsequente admissão deste último país na OTAN. Na sequência da Conferência de Londres, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países concernidos reuniram-se em Paris, de 20 a 23 de Outubro seguinte, para aprovação de uma série de Protocolos Adicionais ao Tratado de Bruxelas, preconizando, «inter alia», a inclusão da República Federal da Alemanha e da Itália como membros plenos; o termo do regime de ocupação da República Federal da Alemanha; o estabelecimento de uma mais estreita cooperação com a OTAN; a passagem do primitivo Conselho Consultivo a Conselho da União Europeia Ocidental, doravante investido de poderes deliberativos; a criação da Assembleia da União Europeia Ocidental; e a implantação, em Paris, da Agência para o Controlo de Armamentos, visando a observância da proibição imposta à República Federal da Alemanha, no tocante ao fabrico de armas atómicas, químicas ou biológicas, para além de outras constantes de uma lista pré-elaborada.

Todavia, a pedra angular do Tratado de Bruxelas, então modificado, foi o Artigo V, que define a UEO como uma aliança mais adstringente do que a própria OTAN, dado que pressupõe a mobilização das Forças Armadas de todos os países membros, no caso de um deles ser alvo de ataque.

O Conselho, que, conforme já referido, foi dotado de capacidade decisória, evoluiu no sentido de uma forma orgânica dupla: um Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, reunindo periodicamente, e um Conselho Permanente presidido pelo Secretário-Geral da UEO e integrado pelos Embaixadores dos países membros creditados em Londres e por um funcionário do «Foreign Office». O Conselho é responsável pela formulação da política basilar da UEO; pela emissão de directivas para o Secretário-Geral e para as várias agências e comités; pela manutenção

de uma estreita cooperação com a OTAN; e pela elaboração de um relatório, a ser apresentado à Assembleia, dando conta das suas actividades, mormente as referentes ao controle de armamentos. Daí que a já mencionada Agência para o Controle de Armamentos esteja sob a dependência directa do Conselho, o mesmo se verificando em relação ao Comité Permanente de Armamentos, igualmente localizado em Paris, e que tem a função de coordenar o fornecimento e padronização de material bélico às Forças Armadas das nações da UEO.

A Assembleia, que reúne duas vezes por ano, é constituída por 89 representantes dos países membros da UEO junto da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (18 franceses, 18 britânicos, 18 alemães, 18 italianos, 7 belgas, 7 holandeses e 3 luxemburgueses), ocupa-se, essencialmente, de questões de defesa e política externa, e exerce a sua capacidade de transmitir recomendações ao Conselho, aos parlamentos nacionais, aos Governos e às organizações internacionais. A Assembleia engloba várias Comissões Permanentes (Defesa e Armamentos; Assuntos Gerais; Questões Científicas; Assuntos Orçamentais e Administração; Normas de Procedimentos e Privilégios; e Relações com os Parlamentos) e tem o seu próprio Secretariado, baseado em Londres, chefiado por um Secretário-Geral coadjuvado por um Adjunto e um Assistente.

Importa referir, dentro deste contexto da revisão do Tratado de Bruxelas, que uma das condições impostas pelo Parlamento Francês para aprovação do rearmamento da Alemanha foi a solução do problema do Sarre.

Dadas as sucessivas negociações abortadas entre os Governos francês e alemão, a Assembleia Consultiva do Conselho da Europa empreendeu um estudo exaustivo do problema e elaborou um plano conciliatório que foi aceite por ambos os Governos e foi consubstanciado através do Acordo Franco-Germânico sobre o Sarre, concluído em 23 de Outubro de 1954, simultaneamente com os Acordos de Paris. O Acordo preconizava que fosse outorgado ao Sarre um Estatuto Europeu no quadro da União Europeia Ocidental. Um comissário Europeu, nomeado pelo Conselho da UEO e perante este responsável, passou a representar os interesses do Sarre em matéria de defesa e política externa, para além de supervisionar a observância do Estatuto e de submeter à apreciação do Conselho um relatório anual que, posteriormente, era por aquele órgão remetido à Assembleia. Esta situação, contudo, teve existência efémera, dada a reintegração do Sarre no território da República Federal da Alemanha, operada

entre Janeiro de 1957 e Julho de 1959, na sequência de um referendo efectuado em Outubro de 1955, que rejeitou o Estatuto vigente.

Os Acordos de Paris foram ratificados em 6 de Maio de 1955, acto esse que marca o início da existência «de facto» da União Europeia Ocidental.

2. REVITALIZAÇÃO DA UEO

Os mentores dos Acordos de Paris, ao revigorarem o Tratado de Bruxelas, pretenderam dotar a UEO dos meios adequados ao desenvolvimento da segurança europeia a uma escala suficientemente abrangente e, quiçá, susceptível de progressiva expansão.

Contudo, a UEO acabou por não revelar a necessária força vital para a prossecução dos objectivos delineados pelos seus promotores e limitou-se ao desempenho de tarefas inexpressivas e rotineiras, à sombra da OTAN, sob cuja responsabilidade — conforme já anteriormente referido — os países signatários do Tratado de Bruxelas haviam colocado, em 1950, todas as questões relacionadas com a manutenção e defesa da paz na Europa Ocidental. Em 1960, a UEO decidiu transferir as suas responsabilidades de cariz sociocultural para a esfera do Conselho da Europa. Do mesmo modo, em 1970, deixou à competência exclusiva da CEE o tratamento dos assuntos económicos.

Também no campo político a UEO desperdiçou a oportunidade de se impor como organização criadora de um espírito de convergência entre os seus membros. Com efeito, em 1963, após as fracassadas negociações para a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia, as nações da CEE propuseram àquele país a realização de reuniões trimestrais, sob a égide do Conselho da UEO, com vista a um intercâmbio de pareceres sobre os principais problemas políticos e económicos de interesse comum, a fim de promover a cooperação entre os Seis e a Grã-Bretanha. A proposta foi bem acolhida pelo Reino Unido e passaram a ter lugar reuniões regulares até à reabertura das negociações, em 1970, que conduziram à assinatura do Tratado de Adesão da Grã-Bretanha à CEE, em Janeiro de 1972.

Desde então, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da UEO praticamente desertaram do Conselho que, até 1984, jamais reuniu a tal nível. As reuniões do Conselho, de periodicidade mais redu-

zida, ficaram limitadas a consultas sobre assuntos políticos. A Assembleia da UEO, embora tenha continuado a reunir regularmente, ressentiu-se da falta de um Conselho de compleição plena e viu-se inibida de levar por diante os seus esforços de estabelecimento de um diálogo democrático sobre questões de segurança europeia.

Temos, por conseguinte, que, até à presente década, a UEO viveu mergulhada num sono letárgico, apenas interrompido, a espaços, por esporádicas acções de tangível sucesso: a solução da questão do Sarre, a inserção da Alemanha no sistema de segurança ocidental e a ligação essencial entre a Grã-Bretanha e os Seis da CEE.

1984 marca a início da revitalização da UEO, quando os respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, por ocasião da reunião de Roma, em Outubro desse ano, decidiram passar a reunir-se bianualmente, com o propósito de discutirem uma vasta gama de assuntos conotados com aspectos de defesa e segurança.

A iniciativa de revitalização da UEO obedeceu a um conjunto de factores, dentre os quais se destaca o desejo europeu de assumir uma maior proeminência no contexto da Aliança Atlântica e uma mais marcante influência na condução das relações Leste-Oeste.

É inquestionável que a França terá tido uma quota-parte leonina no esforço conjunto para manter viva a UEO, porquanto, já em 1973, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Michel Jobert, dirigindo-se à Assembleia da UEO, propusera que esta se tornasse o palco válido para conversações sobre a defesa da Europa. Em 1981, Claude Cheysson, então sobraçando a pasta francesa dos Negócios Estrangeiros, declarou, numa entrevista, que, se a Europa pretendesse falar de segurança, a UEO teria de ser reavivada. Em 1983, o Primeiro-Ministro francês, Pierre Mauroy, exortou os Europeus a unirem-se numa política de produção comum de armamentos, sob a tutela da União Europeia Ocidental.

Por outro lado, a ânsia de revitalização manifestada pela França foi, em parte, fruto do seu temor de que se tornasse dominante, na República Federal da Alemanha, a tendência para uma neutralidade pacifista que começara a despontar nos primórdios da década de 80. Através da revitalização da UEO, os franceses auspiciavam um fortalecimento dos elos que prendiam a República Federal da Alemanha à OTAN e à Europa Ocidental, no campo da política de segurança. Por seu turno, a República Federal

da Alemanha apressou-se a ostentar uma vontade política de participação activa no seio da UEO, não só para obstar às críticas que lhe estavam sendo dirigidas pelos Estados Unidos, mas também — e principalmente — para que uma mais estreita coordenação de interesses, no âmbito da UEO, fosse susceptível de reduzir a uma menor dimensão o singular papel desempenhado pela França na Aliança Atlântica e no plano europeu.

A reunião ministerial da UEO, de Outubro de 1984, produziu a chamada Declaração de Roma, que constitui o documento de revitalização da União Europeia Ocidental, contendo directivas de ordem política e um conjunto de reformas institucionais.

Sob o ponto de vista político, a Declaração de Roma acentuou a importância dos seguintes pontos do Tratado de Bruxelas modificado:

- reforço da paz e da segurança;
- promoção de unidade e progressiva integração da Europa; e
- cooperação dos estados membros entre si e com outras organizações europeias.

O texto preconiza ainda que o Conselho — especialmente o Conselho de Ministros — discuta e concilie as suas visões sobre segurança europeia, tendo em linha de conta o seguinte:

- questões de defesa;
- desarmamento e controle de armamentos;
- efeito do desenvolvimento das relações Leste-Oeste sobre a segurança da Europa;
- contribuição da Europa para o fortalecimento da Aliança Atlântica; e
- desenvolvimento da cooperação em matéria de armamentos.

A Declaração concede também ao Conselho plena autoridade para se debruçar sobre as implicações que as crises noutras regiões do Globo podem causar à Europa.

O documento salienta ainda que a UEO é o único organismo parlamentar europeu, mandatado por tratado, para discutir questões de defesa.

No plano das reformas institucionais, a Declaração de Roma propugna o seguinte:

- reactivação do Conselho, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, com presidência anualmente rotativa;

- intensificação das relações entre o Conselho e a Assembleia;
- disponibilidade das instituições da UEO, particularmente a Agência para o Controle de Armamentos e a Comissão Permanente de Armamentos, para desenvolverem acções futuras;
- criação de três novas agências: uma para o estudo de questões sobre desarmamento e controle de armamentos, outra para questões de defesa e segurança, e uma terceira para o desenvolvimento e cooperação no campo dos armamentos.

Estas novas agências, instaladas em Paris, ficaram na dependência directa do Secretário-Geral, por cujo intermédio recebem instruções e submetem os seus estudos ao Conselho. Em 1987, porém, foi anunciada a fusão destas três agências numa só, mas o Conselho não deu ainda execução a tal projecto unificador.

Como aspecto saliente da Declaração de Roma ressalta o facto de o Secretário-Geral haver ganho uma nova autoridade, na razão directa das suas iniciativas junto da imprensa e da opinião pública, das suas alocuções à Assembleia e das suas diligências em países não membros da UEO. Também a Presidência em exercício passou a abarcar maior número de tarefas, incluindo os assuntos administrativos e as relações com a Assembleia, o que veio dar azo ao fomento de relações informais entre o Conselho e a Assembleia.

A importância da revitalização da UEO foi reafirmada em Abril de 1985, em Bonn, na reunião do Conselho que se seguiu à Declaração de Roma.

Mais tarde, em Outubro de 1987, na reunião de Haia, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos Países da UEO publicaram a Plataforma sobre interesses de Segurança Europeia, na qual expressaram a sua convicção de que a construção de uma Europa integrada permanecerá incompleta enquanto não incluir a segurança e a defesa. A Plataforma de Haia reitera a tese, sempre sustentada «ab initio» pela UEO, de que a segurança da Aliança Atlântica é indivisível, pelo que a segurança dos países da Europa Ocidental só poderá ser montada em estreita conexão com os aliados norte-americanos. O documento define ainda os critérios para a segurança europeia, concluindo que, no plano convencional, as Forças Armadas dos países da UEO representam parte essencial da Aliança Atlântica, enquanto, no cômputo geral das forças nucleares, são vitais

para a segurança da Europa os protocolos de cooperação que muitos países membros mantêm com os Estados Unidos, sem esquecer o contributo das forças nucleares independentes da França e da Grã-Bretanha para a segurança e dissuasão gerais. Na parte final da Plataforma, os Sete definem as suas responsabilidades nos capítulos da defesa do Ocidente, do desarmamento e controle de armamentos, e do diálogo e cooperação Leste-Oeste.

A Plataforma de Haia, constituindo-se como a «magna carta» da segurança europeia, pretende elevar a UEO à condição de pilar europeu da Aliança, o que, todavia, carece de consumação prática e de reconhecimento tácito, dado o facto de a UEO não ser uma organização totalista, nem sequer maioritária, à escala dos países alinháveis da Europa Ocidental, a que acresce a circunstância de existirem outras organizações europeias que com a UEO concorrem na prossecução dos mesmos fins.

3. A UEO NO QUADRO MULTILATERAL DA SEGURANÇA OCIDENTAL EUROPEIA

Tendo sido a primeira organização europeia de defesa e segurança nascida do pós-guerra, a UEO tem assistido à gradual criação de organizações paralelas, conquanto assimétricas, filhas de decisões políticas condicionadas pelas várias vicissitudes por que tem passado a vida europeia sucedente ao segundo conflito mundial.

A Cooperação Política Europeia (EPC) será a organização em que é menos perceptível a linha de demarcação que a separa da UEO, no tocante às áreas de discussão e à matéria versada.

Estabelecida em 1970, a EPC é o «forum» onde os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia têm procedido à discussão de questões políticas quentes (Médio Oriente, Afeganistão, Falkland, etc.). A UEO, por seu turno, está investida de autoridade para se ocupar de operações fora da zona geográfica europeia, sendo-lhe atribuída a coordenação do envio de draga-minas para o Golfo Pérsico, embora se deva considerar tal acção como um conjunto de iniciativas individuais dos países, uma vez que a UEO não tem uma estrutura militar integrada.

Existe, portanto, uma duplicação, por parte de ambas as organizações, relativamente a assuntos de política externa e de segurança. A aparente vantagem da UEO sobre a EPC reside na sua maior capacidade de obtenção

de consenso, já que, na EPC, tal é mais difícil de conseguir, face às posições frequentemente dissonantes assumidas por alguns países membros, nomeadamente a Grécia, a Dinamarca e a Irlanda. Aliás, a acumulação de fracassos por parte da EPC, de que é flagrante exemplo a sua tardia reacção à invasão do Afeganistão pela União Soviética, terá estado na origem do impulso dado para a reactivação da UEO.

Outra organização em que se verifica certa duplicação de funções com a UEO é o EUROGRUPO, fundado em 1968 por proposta do então Secretário de Estado da Defesa Britânico, Denis Healy, na sequência da invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas.

O EUROGRUPO, que é um órgão intestino da OTAN, constitui o «forum» para reuniões dos Ministros da Defesa dos países europeus da Aliança Atlântica que participam na estrutura militar integrada, pelo que não inclui a França nem a Islândia. Sendo um órgão de coordenação da comparticipação dos seus membros numa defesa comum efectiva e coesa, a ausência da França — parceiro europeu de notável envergadura e eminente produtor de armamentos — tem sido uma permanente lacuna de tomo. Neste particular, poderá intuir-se que a UEO detém a significativa vantagem de contar a França entre os seus membros; porém, em contrapartida, é-lhe apontado o inconveniente de não incluir todos os membros europeus da OTAN, o que tem dificultado e, não raro, obstado à elaboração de programas comuns.

Entretanto, os países membros do EUROGRUPO, embora não tenham sido bem sucedidos na sua tentativa de convencerem a França a juntar-se-lhes, não desistiram dos seus intentos de envolverem aquele país mais intimamente na cooperação da defesa da Europa. Assim, em fins de 1975, a França aceitou uma proposta dos países do EUROGRUPO, visando a criação de uma organização, independente da OTAN e de todos os núcleos multilaterais europeus, para um trabalho de cooperação em matéria de armamentos à escala europeia.

Tal foi a origem do Grupo Europeu Independente de Programas (IEPG), criado em Fevereiro de 1976, e que passou a ser a organização europeia mais abrangente, pois inclui todos os países europeus da NATO, à excepção da Islândia.

Também aqui é notória a interpenetração de objectivos e funções relativamente à UEO, pois esta, tal como o IEPG, ocupa-se, através da sua agência específica, da produção e cooperação na área dos armamentos.

Constata-se, por conseguinte, que é manifesta a invasão recíproca de domínios por parte da UEO e das três organizações ora mencionadas. Relativamente à EPC, a sobreposição de tarefas é flagrante na esfera da política de defesa e segurança, sem que se possa detectar qualquer predomínio de uma organização sobre a outra.

No respeitante ao EUROGRUPO e ao IEPG, é nítido o paralelismo de objectivos no campo da cooperação sobre armamentos.

Na Declaração de Roma, os Ministros tentaram estabelecer uma divisão de tarefas, numa tentativa de porem termo a uma tal mutualidade funcional das três organizações. A função então atribuída à UEO foi a de emprestar substância política à cooperação no sector de armamentos, pelo que, em teoria, caberia ao EUROGRUPO e ao IEPG a implementação prática dos projectos. No entanto, esta divisão cedo se revelou infrutífera, já que estas duas organizações, reunindo a nível de Ministros da Defesa, não podem deixar de extravasar uma certa tendência para darem um cunho político às suas decisões.

À guisa de conclusão, poder-se-á inferir que a UEO, estando imersa num complexo processo europeu de carácter decisório, não tem logrado adquirir uma nítida identidade europeia e, em relação às outras organizações afins, nem sequer tem conseguido alcandorar-se a uma posição de «primus inter pares».

Tal insuficiência de cariz fenomenológico-existencial dever-se-á, essencialmente, ao número diminuto de países membros que integram a UEO. Com efeito, esta não poderá nunca assumir-se como pilar europeu da Aliança se não englobar o maior número possível de países da OTAN. Um primeiro passo neste sentido parece, porém, já ter sido dado em 1986, quando o Comité Presidencial da UEO decidiu formular um convite permanente a dois observadores parlamentares de todos os países da OTAN para assistirem às sessões da Assembleia.

Outro factor inibitivo será a inexistência de uma sede própria que possa conduzir a uma consolidação estrutural da UEO. Como se sabe, alguns Governos de países membros propuseram a colocação da sede em Bruxelas, com vista a associarem a UEO mais intimamente com a OTAN, tendo essencialmente em mente que os Representantes Permanentes dos países membros junto da OTAN viessem a integrar o Conselho Permanente da UEO. Todavia, tal proposta foi rejeitada pela França que, na

sua qualidade de país retirado da estrutura militar integrada da OTAN, se recusou a uma situação em que a UEO pudesse estar demasiado embrenhada na Aliança Atlântica.

A questão mantém-se, assim, numa situação de impasse, sem que se vislumbre uma possibilidade de consenso nos termos mais próximos, o que não deixará de acarretar, inevitavelmente, consequências negativas para o próprio futuro da UEO.

4. *PERSPECTIVAS DE ALARGAMENTO E A RECENTE ADESÃO DE PORTUGAL*

A Plataforma de Haia preconizou como «leitmotiv» da reactivação da UEO a constituição de um pilar europeu da Aliança Atlântica. Nesta conformidade, e à semelhança do que alguns sustentam, parece, à primeira vista, oferecer-se-nos como dedução lógica o alargamento da UEO, de forma a incluir todos os países europeus membros da OTAN. Todavia, a questão reveste-se de indissimulável complexidade, devendo ser tidos em linha de conta determinados factores que obstam à consecução, no tempo presente, de tamanha visão quimérica que, mesmo por um prisma optimista, apenas poderá constituir um objectivo a longo prazo.

Com efeito, importa considerar dois elementos fundamentais de inalienável observância por parte de todo o estado membro da UEO: o Artigo V do Tratado de Bruxelas modificado pelos Acordos de Paris, o qual representa um compromisso de socorro mútuo, no plano militar e logístico; e a Plataforma de Haia, que emerge como tábua de mandamentos em matéria de defesa e segurança.

Dentro desta ordem de ideias, será impensável um alargamento da UEO englobando a Grécia e a Turquia, que mantêm uma relação política litigante e entre si terçaram armas num passado ainda recente. Por outro lado, a atitude política recentemente adoptada pela Dinamarca quanto ao trânsito de navios aliados pelas suas águas territoriais, transportando armas nucleares, é flagrantemente contrária ao espírito da Plataforma de Haia. Tal problemática não se põe relativamente à Noruega, cujo procedimento político se enquadra inteiramente no texto consagrado em Haia; no entanto, uma eventual candidatura deste país nórdico iria levantar a questão da obrigatoriedade de ser membro da Comunidade Europeia, o que, como é sabido, constitui um dos requisitos prévios para a adesão à UEO.

No que respeita à Espanha, que apresentou o seu pedido de adesão em 1986 e foi alvo de convite, juntamente com Portugal, por parte do Conselho de Ministros da UEO, em 19 de Abril de 1988, foram vencidas as barreiras que obstavam à sua entrada na organização, as quais radicavam numa atitude falha de clareza explanatória, por parte daquele país ibérico, face ao estipulado no Artigo V do Tratado de Bruxelas e em relação aos aspectos da Plataforma de Haia que se prendem com a dissuasão e a defesa dos aliados com fronteiras confinantes.

Portugal, que viu coroada de justíssimo sucesso a sua pretensão a membro da UEO, mediante a concretização da sua adesão, em 14 de Novembro de 1988, em Londres (no que foi acompanhado pela Espanha), era, incontestavelmente, o país que reunia o mais amplo somatório de condições tidas por necessárias para se tornar um país membro da UEO.

Tendo formalizado a sua candidatura em Outubro de 1984, no raiar da Declaração de Roma prenunciadora da revitalização, Portugal foi, desde então, alvo de incessante apoio por parte da Assembleia da UEO, que logo se traduziu pela admissão de uma Delegação Portuguesa aos trabalhos daquele órgão, a que se seguiu a deslocação ao nosso país, em 22 e 23 de Fevereiro de 1988, do Comité Presidencial da UEO, que sustentou encontros com membros do Governo e da Assembleia da República, de que resultou um reconhecimento pleno da legitimidade da pretensão portuguesa.

No plano das realizações concretas, poder-se-á considerar — a avaliar pelo teor do memorando do documento 1138 da Assembleia da UEO — que a acção saliente que actuou como argumento decisivo em prol da admissão de Portugal foi a política de defesa adoptada pelo nosso país nos últimos dez anos, consubstanciada na transformação estrutural operada no seio das Forças Armadas que, outrora preparadas para acções de guerra colonial, foram alvo de notável modernização que lhes conferiu um elevado grau de aptidão, em termos de defesa da Europa e do Atlântico Norte, de que constitui expoente singular a criação de uma Brigada Mista Independente para estacionamento e intervenção no Norte de Itália, em caso de crise emergente.

Efectivamente, na sua qualidade de fundador da OTAN e de membro da Comunidade Europeia, Portugal oferece todas as garantias como país solidário com os outros parceiros da Aliança Atlântica face a uma ameaça comum e como Nação empenhada na construção da Europa.

Uma tal bivalência euro-atlântica qualifica o nosso país, por excelência, para integrar a União Europeia Ocidental, não só como corolário da sua capacidade de atinência total aos princípios consignados no Tratado de Bruxelas, mas também por força da sua absoluta identificação com os postulados de defesa e segurança contidos na Plataforma de Haia.

José Manuel da Costa Arsénio

Diplomata

Conselheiro de Estudos no Colégio de Defesa da OTAN

PORTUGAL E O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO

José Manuel Costa Neves

PORTUGAL E O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO (*)

«Com o advento da Idade Moderna, à volta de 1500 d. C., a evolução da Humanidade mudou de velocidade... e começou a sua caminhada final para a Idade do Espaço...»

Charles Lundsden e
Edward Wilson

in

«O Fogo de Prometeu»

1. INTRODUÇÃO

- a. Concordamos com os autores citados. Mais ainda, em nossa opinião a Portugal se deve quota-parte importante do impulso a que a Humanidade foi submetida nos últimos quinhentos anos e que ocasionou o hiperbólico crescimento do saber científico-tecnológico, permitindo ao Homem pisar o solo da Lua e desvendar muitos dos mais íntimos segredos do Universo.

Pertencemos por isso ao grupo dos que defendem que Portugal não deve divorciar-se da moderna epopeia dos descobrimentos, a exploração do espaço extra-atmosférico, por razões de ordem material, é certo, mas também porque a nossa dignidade e orgulho colectivos assim o exige. A nossa saúde psíquica, de povo quase milenário e de rico passado histórico, aconselha a que participemos o mais possível na exploração do já chamado «novo mundo» da era contemporânea, o espaço exterior. É insuficiente e frustrante, sobretudo para os mais jovens, alimentar o ego português essencialmente dos feitos dos antepassados lusos, por muito brilhantes que tenham sido, como se a História tivesse esgotado a imaginação, a inteligência e a iniciativa dos portugueses.

(*) Comunicação proferida no 1.º Seminário de Assessores Permanentes do IDN, em Outubro de 1988.

- b. É importante ter presente que a partir da bem sucedida colocação em órbita terrestre do primeiro satélite artificial Sputnik, em 4 de Outubro de 1957, o espaço extra-atmosférico passou a estar ao serviço do Homem em mais uma demonstração da fragilidade das barreiras à capacidade de realização do génio humano.

Portugal não deve manter uma atitude estática e meramente contemplativa perante a extraordinária aventura que outros protagonizam e por isso dela colherão os mais saborosos frutos. É indispensável preparar-se para defender os seus direitos nas complexas negociações que se adivinham num futuro já não muito distante, quando a utilização do espaço extra-atmosférico e dos seus recursos materiais for tão disputada que a mais pequena vantagem terá que ser arduamente conseguida à base do conhecimento profundo dos interesses envolvidos e da solidez das posições previamente alcançadas.

Todos os domínios do saber contribuirão para se vencer o desafio que se coloca à entrada em pleno de Portugal no clube do Espaço, desde a ciência à tecnologia, da economia ao direito, passando pela biologia, medicina, astronomia, etc..

- c. Quando se fala do espaço extra-atmosférico é inevitável realçar a sua importância para fins militares.

É impossível hoje em dia elaborar planos ou desenvolver estratégias sem recorrer ao que já se chama «logística espacial».

Actualmente e mais ainda no futuro, umas forças armadas que não funcionem, pelo menos em termos de C3I ⁽¹⁾, criteriosamente apoiadas em meios espaciais, são profundamente vulneráveis, independentemente da qualidade das suas armas e dos seus homens.

É conveniente lembrar que a breve trecho o espaço extra-atmosférico poder-se-á tornar no campo de batalha onde se decidirá quais os vencedores e os vencidos, se os houver. Quem melhor o souber ocupar, movimentar-se na sua imensidão e utilizar as suas inesgotáveis potencialidades estratégicas, estará à partida na posição mais favorável.

2. *ALGUNS ELEMENTOS BÁSICOS SOBRE SATÉLITES ARTIFICIAIS*

- a. Para se acompanhar mais facilmente o que se dirá mais adiante, parece-nos útil recordar alguns conceitos elementares sobre satélites

(1) Comando, Controlo, Comunicações e Informações.

artificiais, que apesar de não serem os únicos engenhos a circular actualmente no espaço extra-atmosférico ao serviço do homem, são aqueles que mais nos interessam no âmbito do presente trabalho. Procurar-se-á ser o mais fiel possível aos conceitos embora sem preocupações de grande rigor científico, como é compreensível numa comunicação deste tipo.

- b. Satélite artificial pode definir-se como um objecto animado de movimento periódico à volta da Terra, determinado essencialmente pelo campo de gravidade desta e pelas forças de inércia do próprio satélite. A trajectória neste caso é denominada órbita, que pode ser do tipo circular ⁽²⁾ ou elíptico.

A colocação em órbita de um satélite é feita por intermédio de engenhos lançadores, vulgarmente conhecidos por foguetões, equipados com motores que desenvolvem a potência suficiente para comunicar ao satélite, no ponto de ejeção, uma velocidade tangencial à órbita abaixo da qual é impossível satelizar um corpo, qualquer que ele seja.

Os lançamentos energeticamente mais económicos são feitos de Oeste para Este e no plano do Equador, aproveitando ao máximo o impulso adicional que corresponde ao movimento de rotação da terra.

A escolha dos parâmetros que definem uma órbita é determinada pela natureza da missão atribuída ao satélite. Os fundamentais são:

- altitudes do perigeu e do apogeu, respectivamente os pontos da órbita mais próximo e mais afastado da terra;
- ângulo formado pelo plano da órbita com o plano do Equador, ângulo esse denominado inclinação (i), cuja variação é $0^\circ \leq i \leq 180^\circ$;
- tempo que o satélite demora a descrever uma órbita completa, ou seja, o período (T).

Infere-se imediatamente que há uma infinidade de órbitas possíveis, desde as muito baixas, da ordem dos 100km até às de apogeu da ordem dos 150 000 km.

(2) A órbita circular é, na realidade, uma órbita elíptica de excentricidade quase nula.

Uma vez no espaço, a circulação do satélite sofre perturbações de diversos tipos, que introduzem variações de órbita e de orientação no espaço prejudiciais ao cumprimento da missão. Por isso, os satélites artificiais são equipados com reactores, por meio dos quais fazem as indispensáveis correcções de órbita e de orientação e as transferências de uma órbita para outra de características diferentes. Conclui-se imediatamente que a vida útil de um satélite artificial, se não tiver avarias prematuras, depende do combustível de que dispõe para efectuar aquelas manobras e da energia eléctrica disponível para alimentar os múltiplos equipamentos. Não estando em causa o cumprimento da missão, a vida global de um satélite depende da altitude a que evolui, com prejuízo para as órbitas mais próximas da terra.

c. Esquemáticamente, a orientação de um satélite no espaço após o lançamento faz-se em três fases:

- 1.^a — anulação do movimento de rotação de que possa estar animado;
- 2.^a — orientação dos painéis de captação de energia solar, quando existam;
- 3.^a — orientação das antenas emissoras/receptoras para as estações terrenas (ou outras).

Colocado no espaço na atitude ideal, o satélite inicia as tarefas para que foi programado, sujeito, como já se disse, a perturbações de ordem natural ou artificial, cujas causas principais nos limitamos a enunciar:

(1) naturais:

- assimetria do globo terrestre;
- campos gravitacionais da Lua e do Sol;
- campo electromagnético terrestre;
- atrito provocado pelo meio ambiente;
- fluxo de fotões sobre a superfície do satélite, proveniente directamente do Sol ou, após reflexão, da superfície terrestre. Esta perturbação é conhecida por «pressão de radiação».

(2) artificiais:

- degradação das fontes de alimentação energética do satélite (painéis solares, baterias, etc.);

- perda de capacidade de evacuação do calor excedentário acumulado no interior do satélite;
- perda de capacidade de equilíbrio electrostático;
- esgotamento das reservas de combustível dos reactores;
- falência prematura de componentes.

Relativamente à concepção e construção de um satélite para determinada missão há que referir, entre outras, duas grandes preocupações dos gabinetes de engenharia: a economia de peso, que pode representar uma maior carga útil para igual custo de lançamento, e a determinação do momento da inércia mais favorável à execução das manobras no espaço, com implicações na economia de combustível, logo na vida útil do satélite.

Vibrações, problemas térmicos, electricidade estática e fiabilidade dos diferentes componentes são outros tantos quebra-cabeças que cientistas e técnicos têm que resolver para aumentar a eficiência e a segurança dos engenhos espaciais.

d. Conforme os respectivos períodos de revolução em torno da Terra, os satélites artificiais dividem-se em duas grandes famílias:

- a dos satélites síncronos, quando têm um período múltiplo, igual ou submúltiplo do período de rotação da Terra em torno do eixo dos pólos;
- a dos satélites assíncronos, quando esta relação particular entre o período do satélite e o da rotação da Terra não se verifica.

(1) Há dois casos particulares na família dos satélites síncronos que interessa evidenciar em razão da sua utilização frequente. Referimo-nos aos satélites geossíncronos e geoestacionários. Os primeiros possuem a particularidade de completar uma órbita num dia sideral, isto é, em 23h 56m aproximadamente, e, em consequência disso, os respectivos apogeus situam-se sempre sobre o mesmo lugar da Terra e as projecções das respectivas órbitas na superfície terrestre repetem-se diariamente.

Os satélites geoestacionários, para além de terem um período de 23h 56m, descrevem uma órbita circular a uma altitude de

35 800 km aproximadamente, cujo plano é praticamente coincidente com o do Equador. Em função destas características, um satélite geoestacionário permanece sobre um mesmo lugar, imóvel para um observador terrestre. São por isso satélites privilegiados de telecomunicações, de astronomia e de navegação, pese embora terem a sua eficácia limitada a latitudes inferiores a 77°, limitação esta resultante de dois factores associados: altitude da órbita e esfericidade da Terra.

A órbita geoestacionária é também a escolhida para os denominados «satélites-relais», que não são mais do que intermediários que garantem as comunicações entre satélites de órbita baixa e as estações terrenas e vice-versa. A ideia destes satélites surgiu para resolver a dificuldade posta pelo curto espaço de tempo em que um satélite de baixa altitude pode comunicar com uma dada estação terrena e, ao mesmo tempo, evitar a solução demasiado cara da multiplicação do número de estações.

- (2) Os satélites que denominámos assíncronos «vêem» desfilar ininterruptamente sob si as diferentes zonas do planeta, por força do movimento de rotação da Terra associado ao movimento do próprio plano da órbita do satélite em torno do eixo terrestre, este último resultante da assimetria do globo. São exemplos de satélites desta família os de órbita polar, assim chamados porque circulam num plano de inclinação da ordem dos 90°. Se, para além disso, os planos das órbitas fizeram um ângulo sensivelmente constante com a recta Terra-Sol, isto é, se estiverem animados de um movimento de rotação que compense exactamente o movimento aparente do Sol, de 1° por dia aproximadamente, os satélites são denominados heliossíncronos.

Estes satélites têm a particularidade de sobrevoar um lugar de latitude dada a uma hora local relativamente fixa, independentemente da longitude. São por isso frequentemente utilizados para missões de observação terrestre e meteorológica («Landsat», «Spot», «Argos», etc.).

- e. Os satélites são seguidos por estações terrenas com uma ou várias das seguintes funções: recepção de dados, telecomando, rastreio, localização e teledetecção.

Os dados colhidos pelas estações terrenas podem ser os referentes à execução da missão, os indispensáveis ao comando e controlo do satélite no espaço (posição, orientação e velocidade) e dos respectivos sistemas e equipamentos de bordo, ou ainda os dados correspondentes às diferentes variáveis do ambiente no interior e no exterior do satélite, aos níveis de energia e de combustível disponíveis etc... É com base nestes dados e a partir das estações terrenas que são accionados os reactores de correcção de órbita e orientação do satélite; são ligados, desligados e reorientados os equipamentos de bordo; são comandadas as operações para a execução da missão, desdobramento e orientação dos painéis solares e das antenas, etc... No caso de engenhos tripulados, estas e outras funções podem ser desempenhadas pelos próprios astronautas.

Para assegurar a ligação ao satélite, a estação terrena inclui uma cadeia de recepção-emissão, uma cadeia de processamento de dados e, logicamente, todo um conjunto adequado de infra-estruturas e equipamentos auxiliares.

3. GENERALIDADES SOBRE O INTERESSE CIVIL E MILITAR DO ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO

- a. A era do espaço permitiu observar a Terra do exterior e à distância suficiente para dela possuímos uma perspectiva global e simultaneamente pormenorizada. Como nunca antes acontecera, pode agora mergulhar-se profundamente no seu passado, prever cada vez com maior rigor o seu futuro, conhecer com perfeição crescente os os fenómenos que se desenvolvem no seu seio e avaliar cada vez melhor as potencialidades e as vulnerabilidades que encerra.

O espaço extra-atmosférico é também ponto de partida ideal para o homem desvendar os mais recônditos segredos do Universo, enfim desembaraçado das inoportunas distorções e opacidades introduzidas pela atmosfera à observação do espaço próximo e longínquo.

Se a estes dois aspectos acrescentarmos a espectacular evolução das telecomunicações proporcionada pela capacidade de colocar engenhos

no espaço extra-atmosférico e as possibilidades que estes oferecem ao desenvolvimento da investigação e experimentação científica em ambiente de microgravidade, ficaremos com uma ideia esquemática dos três grandes domínios de utilização do espaço extra-atmosférico.

- b. É oportuno dizer-se desde já que o interesse de Portugal no espaço extra-atmosférico não se deve esgotar na mera utilização dos serviços fornecidos pelos sistemas que nele se apoiam. Julga-se ser óbvia a imprescindibilidade da intervenção do País nos actos de concepção e de execução dos próprios sistemas ou das suas partes, com níveis de participação adequados aos nossos recursos materiais e humanos, mas sem nunca deixar de ter em vista o aumento progressivo, em quantidade e em qualidade, desses mesmos níveis. No entanto, nem sequer no domínio da utilização o espaço extra-atmosférico está, por ora, a ser explorado em toda a dimensão possível e desejável.

Para melhor se comparar o que se faz no País com o que é possível fazer-se, enunciaremos, ainda que muito sumariamente, os diferentes tipos de aplicação que os sistemas espaciais actualmente em operação põem à disposição da iniciativa pública e privada dos diferentes Estados.

Apesar de ser extremamente ténue a fronteira entre o uso militar e o uso civil dos engenhos que povoam o espaço extra-atmosférico, optámos, por razões de sistematização, por abordá-los separadamente

c. *UTILIZAÇÕES CIVIS DA TECNOLOGIA ESPACIAL*

(1) *Telecomunicações*

Os satélites de telecomunicações fazem parte de sistemas que prestam múltiplos serviços, tradicionais e específicos, tais como televisão, telefone, teleimpressão, videoconferência, telefax, telex, fac-simile, distribuição de informação processada, etc.

Refira-se que está em pleno desenvolvimento a chamada tele-difusão directa, cuja inovação reside no facto de o satélite comunicar directamente com o utilizador, sem necessidade de o fazer através de estação terrena intermediária.

A digitalização e a optoelectrónica influenciarão o futuro das comunicações por satélite, aumentando o volume de informação fornecida e fazendo baixar os seus custos.

(2) Navegação

Os satélites vieram resolver as limitações postas pelos obstáculos e pela curvatura da superfície do planeta à propagação das emissões radioeléctricas ⁽³⁾ provenientes de estações terrestres destinadas à localização de móveis e à regulação de tráfego aéreo e marítimo.

A cobertura do globo terrestre por satélites de navegação não é ainda suficiente para garantir a um móvel, em qualquer altura e em qualquer lugar, a determinação da respectiva posição. Em certas circunstâncias, ele terá que aguardar a passagem do satélite de navegação na sua zona de «visibilidade» radioeléctrica para o poder fazer (Sistema TRANSIT).

Por isso, a evolução no campo da navegação vai no sentido de activar sistemas constituídos por baterias de satélites com órbitas geossíncronas calculadas de maneira a garantirem uma cobertura total e permanente da Terra. Estes sistemas globais de navegação, também ditos sistemas de posicionamento global, vão garantir ao utilizador terrestre, aéreo ou marítimo, informações imediatas, tridimensionais (altitude, latitude, longitude) e com rapidez e precisão muito superiores à dos sistemas não globais.

Um exemplo é o Global Positioning System, conhecido por NAVSTAR, constituído por 18 satélites evoluindo à altitude de 20 178 km, repartidos por 6 planos orbitais inclinados entre si de 60°.

(2) Meteorologia

A informação meteorológica assume cada vez maior importância na segurança e bem-estar das populações e no desenvolvimento de múltiplas actividades económicas.

⁽³⁾ Isto é verdadeiro para as emissões de alta frequência, de grande precisão. As baixas frequências, em boa verdade, não se debatem com estas dificuldades, embora a sua precisão seja menos boa.

Os satélites meteorológicos permitiram importantes avanços no campo da previsão do tempo, do estudo das flutuações climáticas, da circulação e dos efeitos dos poluentes na atmosfera, da distribuição de ozono e de outros componentes atmosféricos e estratosféricos, da análise físico-química e do estudo dinâmico do meio envolvente do nosso planeta.

(4) *Investigação e Experimentação Científica*

Quer no campo da investigação fundamental, quer no campo da investigação aplicada, são enormes as possibilidades oferecidas pela conquista do espaço extra-atmosférico.

O ambiente de microgravidade faz dos satélites e sondas espaciais laboratórios privilegiados para o estudo dos comportamentos animal e vegetal e da físico-química dos materiais em geral.

Novas disciplinas surgem, como por exemplo a fisiologia espacial, e outras, como a astronomia e a astrofísica, conhecem espetaculares desenvolvimentos.

O universo poder ser agora observado em comprimentos de onda à escolha do astrofísico sem as perturbações provocadas pela atmosfera terrestre, aprofundando-se assim o estudo da sua estrutura, da sua cinemática, da sua dinâmica, do seu mapa, etc.

A investigação científica aplicada ao conhecimento do nosso planeta e da sua atmosfera foi também altamente beneficiada pelo domínio do espaço extra-atmosférico. A geologia, geografia, oceanografia, geodésia, biologia, meteorologia e até a própria arqueologia são, entre outras, disciplinas que muito se enriqueceram com base nos dados obtidos a partir do espaço.

(5) *Gestão de Recursos, Ordenamento Territorial e Prevenção*

A detecção remota por satélite, como já se disse, permitiu aumentar os conhecimentos sobre o nosso planeta em diversos domínios e, em consequência, melhorar a capacidade de gerir os recursos terrestres, renováveis ou não, de prever fenómenos

naturais ou provocados pela actividade humana e de ordenar os territórios. São exemplos:

- localização e avaliação de recursos oceânicos, nomeadamente pesqueiros, de recursos hídricos e de recursos minerais;
- estudo e avaliação da qualidade dos solos para efeitos agrícolas e florestais e da saúde e produtividade das culturas;
- planeamento industrial, agrícola e pecuário, urbano e regional, planeamento de transportes e de vias rodo-ferroviárias;
- cartografia geral e temática;
- recuperação de zonas áridas ou alagadas;
- conservação da natureza e preservação da paisagem;
- avaliação dos efeitos da deflorestação e dos degelos;
- detecção e controlo de poluição e contaminação atmosférica, oceânica e terrestre, nomeadamente da radioactiva;
- previsão de actividades vulcânicas e sísmicas;
- previsão de inundações e secas e ainda de alterações do tempo e do clima;
- prestação de ajudas à navegação;
- localização de acidentes e emergências aéreas, marítimas e terrestres.

d. UTILIZAÇÕES MILITARES DA TECNOLOGIA ESPACIAL

O compromisso de utilização pacífica do espaço, como se sabe, corre riscos de ser abandonado pelas partes que o assumiram. Tudo indica que o espaço será percorrido dentro em breve, se é que já o não é, por veículos transportadores de novas e potentes armas ⁽⁴⁾. Estaremos então perante a mais típica utilização militar do espaço extra-atmosférico.

Quanto à finalidade, devem mencionar-se ainda as seguintes:

- reconhecimento;
- alerta precoce;
- navegação;
- telecomunicações.

(⁴) Armas inteligentes de energia dirigida (*laser* e feixes de micropartículas), de impulsos electromagnéticos, de plasma, etc.

- (1) O reconhecimento e o alerta precoce são feitos por satélites de observação terrestre. Têm sobre o avião a vantagem de poderem sobrevoar os objectivos sem provocar em questões de direito internacional referentes à violação dos espaços aéreos nacionais, conforme o Tratado do Espaço de 27 de Janeiro de 1967, que consagrou os princípios da não apropriação do Espaço e da liberdade da sua exploração e utilização.

Os satélites de reconhecimento destinam-se à detecção, localização e identificação de instalações, movimentos de tropas, navios e aeronaves e outros recursos estratégicos. Utilizam geralmente meios radar, ópticos ou infravermelhos de observação, pelo que, para serem eficientes, devem movimentar-se em órbitas baixas, da ordem das poucas centenas de quilómetros.

Há-os de dois tipos:

- de vigilância, cujo objectivo é examinar com frequência uma zona determinada para detecção de alvos suspeitos;
- de inspecção próxima, de resolução ⁽⁵⁾ muito superior aos anteriores e de órbitas mais baixas, cuja missão é proceder a uma observação de grande pormenor dos alvos suspeitos detectados pelos satélites de vigilância. Por razões de segurança e de celeridade, as imagens captadas são geralmente reveladas a bordo e teletransmitidas para o utilizador.

Há satélites preparados para desempenharem ambas as missões o que implica terem capacidade para mudar de órbita sempre que necessário.

Os satélites de alerta precoce, por sua vez, têm por missão observar zonas do globo susceptíveis de albergar engenhos balísticos adversários, dando o alarme imediato e fornecendo informações sobre a trajectória de mísseis em caso de disparo. Estão equipados com detectores de infravermelhos extremamente sensíveis à energia calorífica libertada pelos escapes dos engenhos balísticos. A órbita mais aconselhável para os satélites de alerta precoce é a geoestacionária, que lhes permite vigiar o objectivo constantemente.

⁽⁵⁾ Capacidade de discriminar dois objectos próximos um do outro.

Estes satélites são, logicamente, alvos prioritários em caso de conflito.

A observação remota através de meios ópticos ou infravermelhos é prejudicada por certas condições atmosféricas, em especial pela existência de nuvens.

Daí que se procure melhorar a operacionalidade do satélite equipado com sistemas radar de detecção de alvos, eficazes com «todo o tempo». A única dificuldade resulta da voracidade energética destes sistemas, de difícil conciliação com as limitações actuais de carga útil satelizável. A solução surgirá com a miniaturização dos reactores nucleares, que tanto quanto se julga saber, é um dos grandes e prioritários objectivos tecnológicos das superpotências.

- (2) Já se disse que o funcionamento dos sistemas C3I está cada vez mais dependente dos meios colocados no espaço extra-atmosférico. A defesa, e em particular a defesa militar, tem que prestar uma atenção muito especial às comunicações por satélites.

Registar e retransmitir dados de interesse táctico e estratégico ⁽⁶⁾, assegurar as transmissões entre os diferentes componentes dos dispositivos operacionais e até recolher mensagens de agentes clandestinos, são missões atribuídas aos satélites de telecomunicações.

Nos tempos actuais é praticamente impossível desenvolver com sucesso uma operação sem recorrer às telecomunicações por satélite. Daí os esforços desenvolvidos para lhes assegurar uma protecção tão inviolável quanto possível, o que está a ser conseguido eficazmente com a utilização do *laser* como veículo de informação, já que a directividade do feixe luminoso e a sua reduzida espessura diminuem substancialmente o risco de interceptação ou de interferência, ao mesmo tempo que aumenta a quantidade de informação transportada.

⁽⁶⁾ Os satélites de comunicações captam os dados fornecidos pelos satélites de observação sobre disparos e posições de mísseis, p. ex., e transmitem-nos aos centros de operações espaciais.

Refira-se ainda que reside no laser a esperança de resolver a contento o problema das comunicações com os submarinos estratégicos em imersão.

- (3) Saliente-se, por último, a importância dos satélites para a navegação marítima, aérea e terrestre. É essencial que os comandos possuam permanentemente a capacidade de conhecer e assegurar aos móveis comprometidos em operações o conhecimento das suas localizações e rumos, com a mais elevada precisão. Obviamente, a capacidade de identificação e regulação do tráfego são outros aspectos que os comandos não podem descurar. Há dois tipos de satélite de navegação: o de posicionamento, que permite a um móvel determinar a sua posição sem ter a necessidade de emitir sinais, e o de localização, que em função dos sinais que recebe transmite a posição ou fornece os parâmetros para a determinar. Os primeiros são os mais discretos e, por isso, mais aconselháveis para fins de defesa.

4. AS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO EM PORTUGAL

a. *O Passado*

- (1) Foi em princípios de 1970 que, pela primeira vez entre nós e em diploma legal, se reconheceu a importância da exploração das potencialidades oferecidas pelo espaço extra-atmosférico à Humanidade.

O Governo da época, através do Ministro de Estado, Alfredo de Queirós Ribeiro Vaz Pinto, mandou publicar a Portaria n.º 29/70, de 14 de Janeiro, que conforme se lê no respectivo preâmbulo, «tendo em vista as vantagens práticas da exploração do espaço extra-atmosférico, postas em relevo numa conferência das Nações Unidas reunida em Viena de Áustria de 14 a 27 de Agosto de 1968, e não devendo o nosso país ficar ausente do movimento internacional de cooperação e intercâmbio que permita a recolha continuada dos resultados que advêm da exploração do espaço exterior,

do maior interesse para o desenvolvimento social e económico dos povos», criou na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior.

A importância então concedida à questão espacial está ainda reflectida no citado preâmbulo, que explicita a conveniência de «...promover a actualização dos nossos especialistas... nos países mais adiantados na matéria, principalmente no que respeita às aplicações práticas desse novo ramo da ciência...».

Numa última parte do mesmo preâmbulo exprime-se a necessidade de «...centralizar com urgência a documentação, a informação e a divulgação de conhecimentos indispensáveis ao aproveitamento dos nossos recursos naturais e, bem assim, estruturar os respectivos programas ao nível nacional...»

(2) A Portaria n.º 29/70 define também as competências da Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior que se julga interessante transcrever:

- a) Manter-se informada sobre planos elaborados pelos serviços nacionais e outras entidades interessadas nos estudos e aplicações das investigações respeitantes ao espaço extra-atmosférico e promover a sua coordenação;
- b) Elaborar programas, anuais ou plurianuais, com base naqueles planos e em outros que ela própria estabeleça;
- c) Formentar a especialização e actualização de pessoal científico e técnico necessário às actividades nacionais nos domínios do espaço exterior;
- d) Acompanhar o estado de execução dos empreendimentos dos programas nacionais com o objectivo de os apoiar e de propor as providências de carácter general necessárias à sua realização eficaz;
- e) Acompanhar, em íntima ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as realizações internacionais no domínio da exploração e aproveitamento do espaço exterior e colaborar com o mesmo Ministério em tudo quanto respeite à participação portuguesa em reuniões internacionais;

- f) Facilitar e estimular a expansão de actividades no domínio do aproveitamento e exploração do espaço exterior para fins pacíficos e suas aplicações;
- g) Manter relações de cooperação com organismos estrangeiros e fomentar o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas.

É ainda a mesma Portaria que determina a constituição da CPEEE, conforme se segue:

- Um professor universitário de astronomia;
- Um professor universitário de aeronáutica;
- Duas entidades, oficiais ou privadas, interessadas por assuntos da aeronáutica, e representados pelos seguintes organismos:
 - a) Ministério dos Negócios Estrangeiros;
 - b) Secretaria de Estado da Aeronáutica;
 - c) Junta de Investigações do Ultramar;
 - d) Instituto de Alta Cultura;
 - e) Direcção-Geral da Aeronáutica Civil;
 - f) Serviço Meteorológico Nacional;
 - g) Correios e Telecomunicações de Portugal;
 - h) Observatório Astronómico de Lisboa;
 - i) Junta de Energia Nuclear;
 - j) Instituto Geográfico e Cadastral;
 - k) Instituto Hidrográfico;
 - l) Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas;
 - m) Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos;
 - n) Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos;

Os seis últimos organismos foram acrescentados à constituição inicial da CPEEE por uma segunda Portaria, a 307/71, de 17 de Junho.

As nomeações dos representantes foram feitas por despacho de 26 de Março de 1970, do Subsecretário de Estado do Planeamento Económico, Fernandes Salgueiro.

- (4) Tanto quanto se apurou, a CPEEE continua a existir legalmente ainda que na prática se tenha auto-extinguido em fins de 1980.

Até esta data, porém, as subcomissões constituídas desenvolveram um importante conjunto de actividades, de que se destacam as seguintes:

- I Seminário sobre Detecção Remota e sua Aplicação ao Estudo dos Recursos Naturais e às Actividades do Homem, em Junho de 1976;
- Sessão de Informação Técnica subordinada ao tema do I Seminário, em Novembro de 1976, no Centro de Formação Acelerada do Porto;
- Inquérito realizado em 1976 às actividades dos organismos públicos sobre as acções então em curso e outras previstas envolvendo técnicas de detecção remota.
Os resultados serviram à elaboração do «Diagnóstico da Situação de Detecção Remota em Portugal».
- Estágios de apoio aos mestres pescadores de atum dos Açores e Madeira, em 1978 e 1979;
- II Seminário sobre Detecção Remota e suas Aplicações ao Estudo dos Recursos Naturais e às Actividades do Homem, em Outubro de 1978, no Porto, em colaboração com a Comissão de Planeamento da Região Norte;
- Sessões de Informação Técnica sobre Aplicações das Técnicas de Detecção Remota aos Recursos Hídricos, em Outubro de 1978, em colaboração com o LNEC e com o património da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos;
- Comunicação sobre «O interesse da Detecção Remota para Apoio às Actividades Humanas que Contribuem para o Desenvolvimento», apresentada em Maio de 1979 no Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento;
- Primeiro «I Curso sobre Tratamento e Gestão da Informação Obtida por Detecção Remota», realizado em Outubro de 1979 em colaboração com a Embaixada de França, a Comissão Nacional do Ambiente e o LNEC;
- Sessões de Informação Técnica sobre a Aplicação das Técnicas de Detecção Remota ao Estudo de Recursos Naturais, rea-

lizadas em Novembro de 1979, em colaboração com o Governo Regional dos Açores;

- Segundo «I Curso sobre Tratamento e Gestão da Informação Obtida por Detecção Remota», realizado em Junho de 1980, em colaboração com o LNEC, com a Comissão Nacional do Ambiente, Escola Normal Superior de Paris e Escola Normal Superior de Minas de Valbonne;
- Estudo Piloto de Processamento e Interpretação de Dados Obtidos por Satélites LANDSAT sobre Portugal, realizado em colaboração com a Comissão Nacional do Ambiente e o LNEC, com vista ao ordenamento do território e à protecção do ambiente;
- III Seminário sobre Detecção Remota e sua Aplicação ao Estudo dos Recursos Naturais e às Actividades do Homem, subordinado ao tema «Contribuição da Detecção Remota para Acções no Domínio do Ambiente». Este seminário, realizado em Dezembro de 1980 em colaboração com a Comissão Nacional do Ambiente e o LNEC, constituiu, ao que se sabe, a última realização da CPEEE.
Deve mencionar-se ainda a elaboração de estudos e de várias publicações de incontestado interesse relacionadas com as actividades da CPEEE ao longo dos seus dez anos de existência activa.

- (5) Conforme se conclui do tipo de actividades desenvolvidas, a atenção da CPEEE recaiu exclusivamente sobre as aplicações da detecção remota, em especial as executadas por avião.

Merece realce neste aspecto a contribuição prestada pela Força Aérea Portuguesa com pessoal e aviões AVIOCAR C-212, devidamente equipados para missões de detecção remota integrados no projecto APRT, Aeronave de Pesquisa de Recursos Terrestres da Força Aérea, que «... foi concebido para permitir a escolha das informações básicas que, no âmbito da pesquisa e gestão dos recursos naturais, possibilitem acelerar as tomadas de decisão

necessárias às urgentes tarefas de planeamento e controlo económico e social do País» (7).

Entende-se ser de grande utilidade e deveras interessante analisar a CPEEE em termos de constituição, dependências, objectivos, funções, funcionamento, proficuidade e, muito em especial, das razões eventuais que a levaram à extinção prematura.

No entanto, por não ser fundamental ao desenvolvimento do tema desta comunicação e, simultaneamente, pelas limitações de tempo impostas, transferiremos essa análise para uma futura oportunidade.

b. O Presente

- (1) Começa-se esta parte do trabalho por um levantamento prévio das entidades eventualmente interessadas nos diferentes domínios da tecnologia espacial, quer como utilizadores, quer como fornecedores. O resultado, que não é exaustivo e contém concertiza algumas falhas, foi o seguinte:

— Ao nível dos Ministérios:

- Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações;
- Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território;
- Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional;
- Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais;
- Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura;
- Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola;
- Direcção-Geral das Florestas;
- Direcção-Geral das Pescas.

(7) Projecto APRT, António da Silva e Castro, documento da CPEEE, Junho de 1976.

- Ao nível de organismos de planeamento, coordenação e avaliação globais:
 - Junta Nacional de Investigação Científica (JNICT).
- Ao nível de organismos de planeamento, coordenação e avaliação sectoriais:
 - Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC);
 - Forças Armadas (FFAA).
- Ao nível das Instituições:
 - Empresas públicas e privadas;
 - Universidades e Escolas Superiores;
 - Instituto da Defesa Nacional (IDN);
 - Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI);
 - Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA);
 - Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária (IGEF);
 - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG);
 - Instituto Nacional do Ambiente (INA);
 - Instituto Hidrográfico (IH);
 - Instituto Nacional de Investigação de Pescas (INIP);
 - Observatório Astronómico de Lisboa (OAL);
 - Instituto de Ciência e Tecnologia dos Materiais (ICTM);
 - Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC);
 - Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC);
 - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias (UNINOVA);
 - Instituto de Ciência e Engenharia Nucleares (ICEN);
 - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP);
 - Centro de Estudos de Telecomunicações dos CTT-CET;
 - Instituto Geográfico e Cadastral (IGC);
 - Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE);
 - Academias e Fundações.

De todas estas entidades, tanto quanto se conseguiu apurar, apenas a Empresa de Investigação e Desenvolvimento (EID), a GEOMETRAL e a MARCONI, isto ao nível das empresas, e o LNETI e o INMG, ao nível das instituições da Administração Pública, são actualmente os utilizadores directos de serviços fornecidos via satélite.

Na pesquisa que se efectuou não foram detectadas entidades públicas ou privadas que estejam a participar no estudo ou no fabrico de sistemas espaciais ou de seus componentes. Verificou-se, porém, um grande e generalizado interesse em avançar neste domínio, o que tem sido em nosso entender prejudicado pela ausência de informação e de orientação nacional e sectorial específica, ou, dito de outro modo, de uma política espacial portuguesa.

(2) Domínio das Telecomunicações

A Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) é concessionária nacional de telecomunicações via rádio, via cabo-submarino e via satélite.

Fundada em 1926, foi em 1974 que inaugurou a via satélite com a entrada em funcionamento de três estações terrenas ⁽⁸⁾ construídas para esse efeito: Sintra, Cacuo (Angola) e Boane (Moçambique), as duas últimas hoje pertença exclusiva dos respectivos Estados.

Os países, para evitarem os elevados encargos financeiros que implica a posse de satélites privativos, associam-se com a finalidade de criar organizações com a responsabilidade de conceber, executar, controlar e manter sistemas espaciais para fornecimento de serviços específicos requeridos pelos associados. Estas organizações não têm regra geral fins lucrativos, sendo as suas despesas suportadas pelas empresas operadoras mediante o pagamento de quotas proporcionais aos serviços por elas requeridos.

⁽⁸⁾ Esta designação, em vez de «estação terrestre» é utilizada sempre que a estação é parte de uma cadeia espacial.

Foi nestas condições que o Governo Português assinou em 1971, em Washington, o acordo intergovernamental que criou a INTELSAT (Internacional Telecommunications Satellite Organization), hoje constituída por mais de cem Estados membros, com a missão de garantir um serviço de telecomunicações internacionais por satélite para todas as regiões do mundo, inaugurando assim as telecomunicações por satélite em Portugal. A Marconi, designada pelo Governo como operadora do sistema INTELSAT, assinou na mesma altura o respectivo acordo de exploração para Portugal.

O sistema INTELSAT, porém, não garante as comunicações do serviço móvel marítimo. Daí o Governo ter assinado em 1979 uma convenção intergovernamental para participar numa segunda organização, a INMARSAT (International Maritime Satellite Organization), com o objectivo de assegurar as telecomunicações marítimas no Atlântico, no Índico e no Pacífico. Ainda desta vez, a Marconi é designada pelo Governo como operadora do sistema, pelo que foi signatária do acordo de exploração correspondente. Mais tarde, a rede de telecomunicações do País é enriquecida, quantitativa e qualitativamente, com a entrada do Estado Português numa terceira organização, a EUTELSAT (European Telecommunications Satellite Organization), de origem inteiramente europeia ⁽⁹⁾.

A exploração do segmento espacial EUTELSAT é também da exclusiva responsabilidade da Marconi, que assinou o respectivo acordo definitivo em 1985. A rede actual de antenas da Marconi para ligação aos satélites INTELSAT e EUTELSAT está geograficamente organizada da seguinte forma:

— uma antena na estação terrena de Ponta Delgada, outra na do Funchal e uma terceira, a «Sintra II», na de Sintra, que asseguram o sistema doméstico de telecomunicações no triângulo Continente, Açores ⁽¹⁰⁾ e Madeira, através de um satélite INTELSAT na zona do Atlântico;

⁽⁹⁾ A EUTELSAT engloba hoje todos os Estados da Europa Ocidental mais a Jugoslávia.

⁽¹⁰⁾ Está prevista a entrada em funcionamento em 1990 de uma segunda antena nos Açores, Angra do Heroísmo, para o sistema INTELSAT.

- uma segunda antena em Sintra, a «Sintra I», que garante o serviço internacional de telecomunicações na zona do Atlântico, através do satélite AOR (Atlantic Ocean Primary Satellite), da INTELSAT;
- a antena «Sintra III», que também opera com um satélite INTELSAT, mas desta vez na zona do Índico, por forma a assegurar as telecomunicações com o Extremo Oriente, nomeadamente com Macau;
- Por último a «Sintra IV», que está orientada para um satélite do sistema EUTELSAT e assegura as comunicações com a Europa.

A Marconi não possui estação terrena preparada para operar directamente com o sistema INMARSAT. Fá-lo por isso através da estação brasileira de Tanguá, perto do Rio de Janeiro, à qual está ligada por cabo submarino.

Julga-se interessante referir ainda que a Marconi montou e é proprietária da estação terrena existente nas Lages, expressamente construída para assegurar, mediante o pagamento de uma avença, a captação de emissões televisivas dos Estados Unidos para as suas tropas estacionadas naquela base açoriana.

(3) *Domínio da Detecção Remota*

(a) *Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*

1 Portugal pertence à Organização Meteorológica Mundial (OMM), intergovernamental, dependente da Organização das Nações Unidas (ONU) e sediada em Genebra. A OMM foi criada em 23 de Março de 1950 em substituição da Organização Meteorológica Internacional (OMI), que existia desde 1873. Tem por missão coordenar os grandes programas mundiais de informação meteorológica, mesmo quando de carácter regional, alguns dos quais são sistematicamente utilizados pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) português.

O INMG, criado em 3 de Outubro de 1946, é o organismo estatal que tem por função observar, analisar e estudar

a atmosfera e seus componentes, o território e seus recursos, os fenómenos meteorológicos, sismológicos e vulcânicos, as diferentes variáveis que influenciam o tempo e o clima, tudo isto com a finalidade de proteger as populações de fenómenos naturais que as ameacem e de apoiar as actividades económicas nacionais, como as pescas, os transportes e comunicações, a agricultura, as indústrias extractivas, etc.

Para desempenhar as sua função, o INMG baseia-se hoje em dia na informação fornecida por sistemas espaciais meteorológicos, informação essa que colhe através da estação terrena que em 1979 pôs em funcionamento nas suas próprias instalações, na área do aeroporto de Lisboa. Deve dizer-se, porém, que a primeira estação de recepção de dados meteorológicos via satélite montada em Portugal pertenceu à Direcção-Geral da Aeronáutica Civil e foi inaugurada em 1970. Mais tarde, para completar esta estação, o INMG montou em Cabo Verde, em 1972, e no Funchal, em 1973, mais duas estações de recepção de emissões meteorológicas via satélite.

Os meteorologistas nacionais, ao longo dos tempos, têm-se servido da informação fornecida por satélites meteorológicos das séries TIROS (Television and Infra-Red Observation Satellite), ESSA (Environment Science Services Administration), NOAA (National Oceanographic and Atmospheric Administration), GOES (Geostationary Observational Environment Satellite), todas americanas, e da série europeia METEOSAT, esta directamente utilizada pelo INMG.

O programa METEOSAT é executado pela Agência Espacial Europeia com satélites geoestacionários em posição de observação sobre a Europa. A organização responsável pela exploração destes satélites é a EUMETSAT (European Meteorological Satellites), cuja convenção de constituição foi assinada em 24 de Maio de 1983 por dezassete países, incluindo Portugal, representado pelo INMG. No entanto a ratificação da convenção pela Assembleia da República

só se consumou em 5 de Julho de 1988, através da Resolução n.º 16/88 daquele órgão de soberania.

A EUMETSAT, à semelhança de outras organizações do mesmo tipo mencionadas a propósito dos satélites de telecomunicações, não tem fins lucrativos. As despesas são cobertas pelas quotas obrigatórias e outras contribuições voluntárias dos Estados membros, garantindo-se desta forma o funcionamento dos sectores espacial e de superfície, ambos indispensáveis ao cumprimento dos objectivos da organização.

O INMG, logo Portugal, ao entrar para membro da EUMETSAT adquiriu a capacidade para participar na elaboração de decisões e portanto para defender os pontos de vista nacionais junto dos representantes dos outros Estados membros.

O INMG está a preparar também a entrada de Portugal numa segunda organização para exploração de satélites meteorológicos, a NOAA (National Oceanographic and Atmospheric Administration), de origem americana e responsável por uma série de satélites de órbita polar ($i \simeq 98^\circ$), do tipo circular e da altitude da ordem dos 850 km ⁽¹¹⁾.

2 O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica utiliza também a capacidade que adquiriu para receber e processar imagens e outros dados fornecidos por satélite para outros fins além dos meteorológicos, nomeadamente para o estudo e controlo do ambiente e dos recursos naturais.

Dois projectos do INMG estão em curso, um respeitante à Ria Formosa, no sudoeste algarvio, outro mais recente e referente à ocupação dos solos portugueses, ambos subsidiados pela CEE.

O projecto Ria Formosa, utilizando a detecção remota por satélite associada à observação do terreno por métodos clássicos, tem por finalidade estudar a melhor forma de desenvolver aquela zona em termos rurais e urbanos, sem

⁽¹¹⁾ A altitude dos primeiros satélites NOAA era da ordem dos 1450 km.

pôr em risco o equilíbrio ecológico da lagoa e da região circundante.

Os dados obtidos por satélite SAR — Synthetic Aperture Radar, MSS — Multispectral Scanner, TM — Thematic Mapper, etc., são submetidos a técnicas de processamento digital de imagem (correções geométricas e de radiação, intensificação de contrastes, etc.) e utilizadas para identificar e analisar os factores (temperaturas de água, marés e ondas, correntes, movimento de areias, poluição agrícola e urbana, níveis de nutrientes, etc.) cuja variação pode introduzir instabilidades e vulnerabilidades no ecossistema da Ria.

O resultado final, para além da análise da evolução do ecossistema da lagoa a partir de 1973 e das contribuições para a implementação de metodologias para a utilização de dados satélite, traduzir-se-á num mapa do território em causa que permitirá desenvolver um estudo comparativo com os resultados obtidos pelo Programa Corine ⁽¹²⁾ da CEE, à base de imagens-satélite MSS.

Colaboram com o INMG no Projecto da Ria Formosa o Instituto Superior de Agronomia, a Direcção-Geral das Florestas, Comissão Coordenadora e Direcção da Agricultura do Algarve. A JNICT apoia o desenvolvimento do projecto.

O outro projecto, referente ao estudo da ocupação dos solos em Portugal, recentemente aprovado pela CEE, apoiar-se-á em dados dos satélites NOAA e na informação colhida no próprio terreno e, se necessário, na que já se encontra disponível na Comunidade Europeia. Também neste caso, às imagens satélite previamente submetidas às correções geométricas e radiométricas das distorções que lhe são próprias, serão integrados os restantes dados colhidos localmente. Os resultados que se obtiverem serão comparados com os do Programa Corine para as mesmas regiões (projecto «Land Cover»).

⁽¹²⁾ O Programa tem por objectivo a elaboração de uma carta biofísica da Europa, de 1:100 000. Foi já completada a parte respeitante a Portugal.

Neste projecto, que segundo a calendarização prevista desenvolver-se-á até finais de 1989, participam o Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Nacional de Informação Geográfica, com o apoio dos Ministérios da Agricultura e Pescas e do Planeamento e da Administração do Território.

(b) *Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial*

O LNETI foi criado em 1979 com a finalidade primordial de incentivar a ligação entre as unidades de investigação, empresas e universidades, tendo em vista incentivar, promover e apoiar tecnicamente o desenvolvimento em Portugal de indústrias de alta tecnologia.

Assim sendo, é de toda a lógica que o LNETI permanecesse atento ao domínio espacial e tivesse promovido, em associação com o Instituto Geofísico Infante D. Luís, da Universidade de Lisboa, e com as empresas Geometral e EID, o desenvolvimento de um programa de detecção remota à base de imagens de satélites SPOT e LANDSAT, cujas finalidades se transcrevem:

- a) Investigação de processos e técnicas de extracção de conhecimento a partir de informação contida em imagens;
- b) Desenvolvimento de técnicas de utilização integrada da informação recebida por sensores (não-imagem) de vários tipos;
- c) Integração de técnicas periciais para a construção de classificadores;
- d) Difusão de novos conceitos e tecnologias e fomento da aplicação das metodologias em vários domínios.

Este programa vai iniciar-se com quatro projectos que se desenvolverão simultaneamente ao longo de um período de dois a três anos. Esses projectos são os seguintes:

— «Avaliação de Recursos Intermaré».

As áreas prioritárias a estudar, talvez por constituírem ecossistemas cujo equilíbrio está ameaçado pondo em causa

a sobrevivência de espécies animais e vegetais, algumas raras, são a ria Formosa e o estuário do Sado.

Nos trabalhos vão ser utilizadas imagens SPOT e LAND-SAT-TM. Iniciar-se-ão com a classificação das zonas a estudar com base na discriminação de itens previamente seleccionados (solo arenoso, solo rochoso, formação de macrófitos, solo urbano industrial e solo agrícola), tendo por finalidade construir um indicador de salinidade das águas, cartas de temperatura das zonas-teste, cartas de 1:50 000 com convenções cartográficas correntes e, finalmente, uma base de dados com toda a informação recolhida no decorrer do projecto.

- «Produção de Cartografia Temática à Escala 1:50 000». No decorrer do projecto será criteriosamente recolhida informação sobre as zonas-teste, nomeadamente a relativa à água de superfície, ao teor de humidade e à composição química do solo. Ao mesmo tempo será estudada a eliminação dos desvios das imagens satélite, de tipo radiométrico e geométrico, por forma a permitir a integração da informação obtida por detecção remota e da obtida ao mesmo tempo no terreno. Tudo isto culminará com a produção de cartas temáticas à escala 1:50 000 das zonas-teste, que deverão incluir as divisões administrativas (distrito, concelho, freguesia e região agrária), as manchas temáticas das espécies (urbanas, cursos de água, vias de comunicação), a natureza geológica do terreno, as características agro-climáticas, o mapa de declives e, logicamente, a legenda.
- «Análise e Processamento de Imagens de Detecção Remota para Gestão e Representação da Distribuição de Recursos Naturais».

Este projecto reveste-se de grande importância científica e tecnológica, sendo por isso subsidiado pela NATO. Para além do desenvolvimento de tecnologias para obtenção e processamento de imagens de detecção remota para fins de gestão industrial e identificação de recursos naturais,

tem também por objectivo formar cientistas nas áreas de processamento digital de imagens, de cartografia assistida por computador, de engenharia de «software», de bases de dados e de modelos atmosféricos e correcção de imagens degradadas.

Nas oito fases do projecto estudar-se-á o desenvolvimento de interfaces entre sistemas de processamento digital de imagens e de cartografia para produção expedita de cartas temáticas; a produção de informação temática facilmente transportável para um sistema de informação geográfico; a construção de classificadores, de um modelo único de imagens associadas a diferentes sensores e de modelos atmosféricos para correcção de imagens degradadas, o desenvolvimento de técnicas de restauro de imagens, a construção de base de dados geográficos, o desenvolvimento de técnicas de representação de informação-imagem e de formas de conversão e a construção de formatos de transferência de dados.

«Espectrofotómetros do Visível e do Infravermelho».

O objectivo último deste projecto é a construção dos espectrofotómetros. Isso, porém, terá de passar pelo desenvolvimento de sistemas de captação da radiação solar na banda do visível e do infravermelho e de interfaces entre estes e os espectrofotómetros, bem como pelo desenvolvimento do indispensável «software».

c. O Futuro

- (1) No que diz respeito ao espacial, aliás à semelhança do que acontece noutros sectores da ciência e tecnologia, o futuro em Portugal deve ser analisado sob duas ópticas distintas, apesar de concorrentes: a da utilização pura e simples de sistemas criados por terceiros e a da participação na produção desses mesmos sistemas.

No campo da utilização de serviços postos à nossa disposição pela tecnologia espacial, seja no âmbito das telecomunicações,

seja no âmbito da teledetecção aplicada à meteorologia ou a outros fins, o desenvolvimento far-se-á, sem dúvida, paralelamente ao dos utilizadores estrangeiros e tanto mais rapidamente quanto maior for o nosso empenhamento em organizações inter-governamentais do género das já mencionadas no decurso desta comunicação.

Já no que diz respeito à intervenção de Portugal na concepção e produção de componentes para os sectores espacial e de superfície dos sistemas, o futuro afigura-se-nos bem mais difícil, tanto mais que, para além do que se expôs relacionado com a teledetecção, crê-se não haver actualmente quaisquer compromissos assumidos ou projectos firmados.

Ao que se sabe, porém, estão em negociações dois importantes programas espaciais em que os sectores de superfície respectivos poder-se-ão situar em território português, mercê da posição geográfica e das condições climáticas predominantes, programas esses que, por via de contrapartidas no campo científico-tecnológico, poderão dar um importante impulso ao desenvolvimento das tecnologias espaciais em Portugal.

São eles: o GEODSS — Ground-Based Electro-Optical Deep Space Surveillance System e o SPS — Solar Power Satellite.

(2) GEODSS

A estação portuguesa, de acordo com as notas trocadas entre o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o Embaixador dos Estados Unidos da América, Henry Allen Holmes, notas essas publicadas no *D. R.* de 4 de Maio de 1988, 1.^a Série, situar-se-á, em princípio, na vizinhança do marco geodésico MU, perto de Almodôvar.

Esta estação, destinada à vigilância do espaço extra-atmosférico por processos electro-ópticos e à recepção de informação meteorológica e helio-geofísica via satélite, integrar-se-á numa rede de quatro outras estações já existentes: Choejong-San, na Coreia do Sul, Socorro, no Novo México, Ilha de Maui, no Hawai, e Ilha de Diego Garcia, no oceano Índico.

As referidas estações estão equipadas com telescópios para fins

de rastreio e recebem imagens de luz visível e infravermelho de dois satélites em órbita circular a 800 km de altitude.

O tratamento da informação e a sua distribuição aos utilizadores é feita, respectivamente, pelo Centro de Controlo de Offut Base e pelo Defense Metereological Satellite Program.

Refira-se, por mera curiosidade, que o Acórdão n.º 168/88, do Tribunal Constitucional, D. R. n.º 235, de 11 de Outubro de 1988, 1.ª Série, que declara a inconstitucionalidade do Acordo que autoriza a instalação da estação GEODSS em Portugal, por violação do disposto no artigo 200.º, n.º 2, da Constituição, pode atrasar o empreendimento, embora sem pôr em causa a sua concretização.

(3) *Solar Power Satellite*

Os elementos que se possuem acerca deste programa são poucos e de âmbito geral, e podem resumir-se dizendo que o SPS não é mais do que uma gigantesca estação orbital para aproveitamento de energia solar para consumo terrestre. A construir por fases, constituída por módulos colocados e reunidos numa órbita geoestacionária, atingirá dimensões da ordem dos 5 km x 20 km e produzirá energia de consumo da ordem dos 5 a 10 GW/ano, transmitida para a Terra através de um feixe de microndas. As antenas para recolha deste feixe farão parte de uma estação terrena situada em Portugal, caso se chegue a acordo com a empresa britânica construtora, a Commercial Space Technologies Ltd.

Actualmente decorrem negociações entre esta empresa e o LNETI para a instalação em Portugal de um centro de especialização e utilização do espaço extra-atmosférico, que a concretizar-se será de enorme interesse para as aspirações portuguesas.

5. CONCLUSÕES

A abordagem da questão espacial pode ser feita sob duas ópticas distintas: a do utilizador dos serviços e a do produtor dos sistemas.

Constatou-se que em Portugal a utilização de serviços apoiados em complexos espaciais tem merecido uma atenção muito superior à dispensada à produção desses complexos, praticamente inexistente entre nós. Apesar disso, crê-se ter ficado patente ao longo desta comunicação que, mesmo como utilizadores, estamos muito aquém da exploração possível e aconselhável das aplicações da tecnologia espacial aos diferentes sectores nacionais de actividade.

Defendeu-se que o Espaço e os múltiplos interesses nele envolvidos são de tal forma vastos e diversificados que mesmo uma pequena potência como a nossa pode dele retirar aliciantes proveitos, se para isso tiver suficiente dose de imaginação, saber e força de vontade.

Cremos ser hoje inquestionável que a modernização de um país e a sua própria segurança estão dependentes do que se passa no espaço extra-atmosférico por vontade e acção do homem, quer o país assuma uma posição activa ou passiva em relação às questões com ele relacionadas.

Já ninguém pode duvidar que a industrialização do espaço e no espaço deixaram de ser meros conceitos para se transformarem em realidades de indiscutível interesse para o futuro da Humanidade. Não tardará muito o poder assistir-se à instalação e funcionamento de complexos industriais no Espaço e à exploração de recursos naturais dos corpos celestes, asteroídes e planetas, do nosso sistema solar.

Ser espectador desta aventura, sem nela intervir de qualquer forma, atrofiará o sistema I&D ⁽¹³⁾ e a prazo tornará arcaico o sistema C&T ⁽¹⁴⁾ de qualquer país. Note-se que é no domínio do espacial que o fosso entre sociedades avançadas e atrasadas vai sendo mais ou menos cavado.

É, pois, a todos os títulos compensador fazer um esforço para investir nos sectores de produção ligados ao espaço, já que a prazo obter-se-ão dividendos seguros em termos de saber científico e tecnológico, o que por si só é uma fonte de desenvolvimento para o País no campo dos interesses industriais e comerciais, públicos e privados.

Por outro lado, não temos dúvidas de que nenhuma potência poderá hoje desempenhar com oportunidade um papel activo no teatro das nações se não dispuser de um mínimo de logística espacial própria, onde se inclui um conhecimento sistematizado e actualizado do que se joga e como se

⁽¹³⁾ Investigação e Desenvolvimento.

⁽¹⁴⁾ Ciência e Tecnologia.

joga no âmbito da estratégia espacial. Para além das questões de prestígio e dignidade que citámos inicialmente, é o reforço da soberania nacional que exige que se dê uma atenção muito particular ao Espaço e ao que lá está a acontecer sob a batuta dos países mais desenvolvidos. Lembremo-nos, por exemplo, que uma potência que detenha satélites pode conhecer os recursos de outra potência melhor do que ela própria.

O empenhamento de Portugal no seio da comunidade espacial deve obedecer a uma política global que estabeleça de forma concreta os objectivos nacionais a longo prazo na área em questão e trace as directrizes dos grandes programas a desenvolver para os alcançar. Daqui partir-se-á com mais facilidade e segurança para a determinação das políticas sectoriais e respectivos programas, de prazo intermédio. Tudo isto com prioridades e níveis de empenhamento correctamente definidos, convergências entre diferentes sectores de actividade bem determinados e mecanismos de correcção de desvios aos programas criteriosamente estabelecidos.

É essencial ter-se em cada momento o conhecimento profundo e sistematizado de tudo o que na cena internacional se relacione com o espaço, com o fim de se detectar e divulgar entre os eventuais interessados as oportunidades de interesse nacional, sejam elas científicas, tecnológicas, económicas, comerciais ou militares.

Neste último aspecto é cada vez mais urgente, sob pena de irrealismo, obsoletismo ou desperdício, ter em atenção as múltiplas componentes espaciais quando se trate de:

- repensar o futuro das indústrias de defesa;
- reequipar e rearmar as Forças Armadas;
- reorganizá-las e redimensioná-las;
- modernizar o ensino e a instrução militares;
- definir novas estratégias e, em certos casos, novas tácticas e procedimentos.

Indispensável é, pois, a criação de uma estrutura orgânica permanente do Estado com componente civil e militar que, pelo menos, desenvolva as seguintes acções:

- recolher a informação internacional e nacional sobre as actividades espaciais;
- tratar a informação e divulgá-la;

- determinar oportunidades para a participação portuguesa nas actividades espaciais;
- identificar constrangimentos à participação portuguesa e ao desenvolvimento das actividades e contribuir para os eliminar;
- assinalar convergências, divergências e sobreposições entre actividades com vistas à racionalização e optimização dos esforços desenvolvidos;
- preparar estudos auxiliares da decisão aos diferentes níveis;
- propor objectivos e programas a longo, médio e curto prazos;
- coordenar as actividades espaciais a nível nacional e ajudar a remover os obstáculos ao cumprimento dos programas.

Como forma de romper o isolamento e vencer a inércia em que Portugal se encontra no que se relaciona com a produção para fins espaciais, a entrada para a Agência Espacial Europeia é, apesar de tudo, um investimento em que se deve apostar, sem excluir outros tipos de cooperação, bi ou multilaterais, europeus ou não.

Simultaneamente, considera-se prioritária a formação de quadros científicos e técnicos nos diferentes domínios do espacial, com recurso ao estrangeiro nas áreas inexistentes ou pouco desenvolvidas entre nós, em quantitativos a estudar cuidadosamente em função do que se perspectivar para o futuro do Espaço em Portugal.

Sob pena de pesadas e irreversíveis consequências, não podem repetir-se os erros cometidos por acção e sobretudo por omissão nos sectores científico e tecnológico da aeronáutica, cujos efeitos não puderam deixar de se repercutir agora no sector espacial, numa sequência lógica e previsível e, por isso mesmo, evitável se para tanto tivesse havido a necessária clarividência e vontade política.

José Manuel Costa Neves

Coronel
Assessor do IDN

AS RELAÇÕES ESTE-OESTE
E O CONTROLO DE ARMAMENTOS

Sérgio Carrilho Pinto

AS RELAÇÕES ESTE-OESTE E O CONTROLO DE ARMAMENTOS (*)

III

CONTROLO DE ARMAMENTOS

1. *O CONCEITO*

O termo controlo de armamentos é muito recente; foi introduzido pelos Estados Unidos e abrange um largo espectro de medidas que adiante serão referidas.

Controlo de armamentos é, muitas vezes, referido em vez de desarmamento e desarmamento em vez de controlo de armamentos. São coisas distintas e o uso indiferenciado dos dois termos tem originado não poucos mal entendidos.

Desarmamento é o termo privilegiado pela União Soviética; a sua finalidade última, directamente derivada da própria etimologia da palavra, serve melhor motivos propagandísticos, responde melhor ao apaziguamento de angústias colectivas, mas é utópica.

Como bem nota Salvador de Maderiaga⁽⁵⁹⁾, «as Nações não desconfiam umas das outras porque têm armas; as Nações têm armas porque desconfiam umas das outras». O padre Pire⁽⁶⁰⁾, ilustra esta mesma ideia com a seguinte imagem: «Um casal encontra-se desunido. Amigos fiéis desse casal sabem que numa certa gaveta se encontra um perigoso revólver. Um mão amiga vai retirar esse revólver. Poder-se-á dizer que o casal desunido e desarmado esteja em paz? Cada um sente que não é o desarmamento das mãos que conta mas o desarmamento dos espíritos e do coração.»

(*) Continuado da 1.ª Parte, inserida na revista «Nação e Defesa» n.º 47, a págs. 151.

(59) Autor e diplomata Espanhol, foi o Director da Secção de Desarmamento da Sociedade das Nações de 1922 a 1927. Cit. em «World Armament and Desarmament», SIPRI Yearbook 1986 pág. 15.

(60) Prémio Nobel da Paz em 1958. Cit. em «La Grande Peur», V. Werner, pág. 124.

Na sua Encíclica «Pacem in Terris» João XXIII ⁽⁶¹⁾, defensor da criação de uma autoridade supranacional para a regulação das tensões internacionais, ensina que «... A paragem do crescimento do potencial militar, a diminuição efectiva dos armamentos e — por maioria de razão — a sua supressão, são coisas irrealisáveis ou quase sem um desarmamento integral que atinja também as almas: é necessário empregar-se unanimemente e sinceramente para fazer desaparecer o medo e a psicose da guerra. Isto supõe que o axioma de que a paz é o resultado do equilíbrio dos armamentos seja substituído pelo princípio de que a verdadeira paz não se pode edificar senão na confiança mútua».

Alguns estudiosos dos assuntos de controlo de armamentos, ao elaborarem análises críticas sobre as negociações ou acordos, consideram como prova de insucesso o facto de não se ter caminhado na via do desarmamento ou, sequer, na senda da redução de armamento. Podem não ter razão!

É que o controlo de armamentos tem outros objectivos que não o da redução dos arsenais militares.

Para uma definição de controlo de armamentos torna-se, então, útil, enunciar não só o âmbito das suas medidas mas também a respectiva finalidade.

Como atrás se referiu, o controlo de armamentos é um termo relativamente recente, introduzido pelos Estados Unidos; abarca medidas que visam ⁽⁶²⁾:

- congelar, limitar, reduzir ou abolir categorias específicas de armas ou de forças;
- evitar certas actividades militares;
- regular o estabelecimento de forças;
- proibir transferências de importantes artigos militares;
- reduzir o risco de uma guerra accidental;
- limitar ou proibir o uso de certas armas;
- criar a confiança entre os Estados através de uma maior transparência no domínio militar.

A todas estas medidas se chama: medidas de controlo de armamentos. Todas elas representam vias para se atingir a finalidade do controlo de

⁽⁶¹⁾ Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 51.

⁽⁶²⁾ «O Control de Armamentos e as Pequenas Potências», revista «Nação e Defesa» n.º 39, Sérgio Carrilho Pinto, pág. 144.

armamentos. Portanto, para o controlo de armamentos, limitação, redução ou abolição de armamentos são algumas das vias, não constituem a finalidade.

A grande finalidade do controlo de armamentos é a de evitar ou limitar os conflitos armados e minimizar os seus efeitos se tais conflitos eclodirem. Para tal, o controlo de armamentos visa, normalmente, uma ou mais das seguintes finalidades mais específicas ⁽⁶³⁾:

- a garantia da manutenção da segurança nacional a um nível inferior de forças;
- o aumento da estabilidade das relações internacionais pela redução das oportunidades para ataques de surpresa; e,
- uma maior protecção de pessoas e bens em caso de conflito.

A diferença fundamental entre o controlo de armamentos e desarmamento está, pois, em que:

- no desarmamento admite-se que a causa dos conflitos se encontra na existência das armas, pelo que importa eliminar essa causa.
- no controlo de armamentos atribui-se a origem dos conflitos a outras razões e, sem embargo de se reconhecer a necessidade de se parar com a corrida aos armamentos, considera-se que é apenas mais um elemento no conjunto de medidas políticas, económicas e militares com vista à manutenção da paz e da estabilidade internacional.

Como refere Raymond Aron ⁽⁶⁴⁾, «o controlo de armamentos comporta ou pode comportar medidas de redução de armamentos, mas pode, muito bem, no plano racional, comportar medidas de aumento de armamentos: trezentos engenhos balísticos invulneráveis, dos dois lados, conferem mais estabilidade ao equilíbrio do terror do que cem desses engenhos».

Desta forma, o controlo de armamentos, ao contrário do desarmamento, não é um substituto para a capacidade militar. A segurança dos países continua baseada na sua capacidade de dissuasão e defesa.

É claro que o facto da existência das armas, por si só, tem também efeito desestabilizador; pode criar, no adversário, a percepção de ameaça acrescida à sua própria segurança e levá-la a reacção desproporcionada;

⁽⁶³⁾ Ibid, pág. 145.

⁽⁶⁴⁾ «Paix et Guerre entre les Nations», Raymond Aron, pág. 636.

e pode ainda aumentar a possibilidade de guerra por acidente. O Presidente Kennedy afirmava ⁽⁶⁵⁾, «diz-se muitas vezes que os armamentos são mais os sintomas da tensão do que a sua causa e que, por consequência, enquanto se puserem problemas como, por exemplo, o de Berlim, será necessário prosseguir a corrida aos armamentos. Mas isso é, quando muito, uma semiverdade porque as armas atômicas e termonucleares tornaram-se elas próprias graves causas de tensão».

Não obstante estas considerações lógicas e prudentes, a verdade é que, como nota o General Belga Victor Werner ⁽⁶⁶⁾, aliás um conhecido adversário da paz pelo terror, «o erro fundamental da procura da paz pelo desarmamento é o confundir a causa com o efeito do fenómeno social guerra. O desarmamento não é condição de paz mas sim a consequência da paz».

E o Professor Gaston Bouthoul ⁽⁶⁷⁾, o criador da polemologia, ou sociologia da guerra, lembra que «é o homem que mata e não a espada», que «os maiores massacres da história foram feitos com armas rudimentares ou sem armas nenhuma, como foi o caso dos campos de concentração nazis» e, por outro lado, são muitas vezes as armas que constituem a protecção dos mais fracos «foram as armas de fogo que puseram fim às invasões dos bárbaros».

O controlo de armamentos é uma iniciativa velha de séculos com uma diferença fundamental entre o passado e o presente: é que antigamente as medidas eram normalmente impostas pelos vencedores aos vencidos, nos dias de hoje essas medidas são acordadas através de negociações livremente conduzidas.

Um acordo de controlo de armamentos é, então, essencialmente, um ajuste entre Estados para a implementação de medidas restritivas que se espera venham a fazer diminuir a probabilidade da guerra e a limitar as suas consequências se esta vier a eclodir ⁽⁶⁸⁾.

Cabe aqui o problema da confiança. Estudiosos destes assuntos há, que apontam a confiança como um pré-requisito ao controlo de armamentos. Esta posição não parece muito consistente. É certo que tem de haver uma plataforma mínima de confiança para que possa não só haver entendimento

⁽⁶⁵⁾ Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 52.

⁽⁶⁶⁾ «La Grande Peur», V. Werner, pág. 127.

⁽⁶⁷⁾ Ibid, págs. 124, 125, 127.

⁽⁶⁸⁾ «O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências», revista «Nação e Defesa» n.º 39, Sérgio Carrilho Pinto, pág. 145.

mas também, e até anteriormente, haver negociação; e não é menos certo que a existência de um nível mínimo de confiança ajuda a conclusão de negociações bem sucedidas. Já o Presidente Kennedy⁽⁶⁹⁾ dizia, «... é na verdade evidente que toda a negociação de desarmamento está votada ao fracasso pois, se nenhuma das partes confia na outra, ninguém aceitará dar o primeiro passo». Mas trata-se de «primeiros passos» de «confiança mínima» para um entendimento negocial entre duas partes desavindas, que desconfiam profundamente uma da outra e que continuarão adversárias depois do acordo. Se não fosse assim, se não desconfiassem, se não fossem adversárias, o problema do desarmamento não se poria já que não haveria necessidade de armamento.

O controlo de armamentos não tem a confiança como pré-requisito; por isso necessita de complexos mecanismos de verificação que assegurem o exacto cumprimento das medidas estabelecidas nos acordos. A necessidade de evitar infracções às medidas inscritas nos acordos de controlo de armamentos constitui uma importante matéria para os acordos já que os Estados, muito naturalmente, não podem aceitar medidas restritivas na área da segurança e defesa, baseadas apenas na confiança mútua. Muito pelo contrário, são as medidas de verificação, originadas pela desconfiança, que, além do mais, vão contribuir para o incrementar da estabilidade relacional entre as partes. Na verdade, o facto de através das medidas de verificação adequadas se observar o cumprimento dos acordos, ajuda à formação de um clima internacional de confiança, contribuindo para o sucesso de novas iniciativas de controlo de armamentos⁽⁷⁰⁾.

O controlo de armamentos é uma ciência ou, se se quiser, é um capítulo da ciência política. Ciência ou capítulo de ciência ele é sempre muito complexo. Teóricos e práticos desta disciplina procuram estabelecer princípios que sirvam de suporte referencial normativo para as suas análises ou iniciativas. Os enunciados destes princípios não são uniformes mas um exemplo que parece equilibrado é o seguinte⁽⁷¹⁾:

— O controlo de armamentos é um instrumento da política de segurança e não um seu substituto.

⁽⁶⁹⁾ Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 52.

⁽⁷⁰⁾ «O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências», revista «Nação e Defesa» n.º 39, Sérgio Carrilho Pinto, pág. 146.

⁽⁷¹⁾ Ibid. pág. 146.

- O controlo de armamentos deve, genuinamente, aumentar a segurança de todas as partes.
- As negociações devem ter em conta a situação política no seu todo.
- O equilíbrio das medidas de controlo de armamentos é uma necessidade para as relações internacionais com base na reciprocidade.
- Os acordos devem incluir medidas apropriadas de verificação e mecanismos para obrigar ao seu cumprimento.
- A estratégia da negociação deve tomar em conta a totalidade dos acordos de controlo de armamentos já firmados e os que estão em negociação, bem como os vários sistemas de armas em jogo.
- Os acordos devem ser suficientemente flexíveis para se adaptarem às evoluções técnicas futuras.

Sem minimizar a importância de nenhum deste princípios, merece referência especial o atender, a cada momento, à relação entre o controlo de armamentos e a situação política internacional.

O controlo de armamentos tem-se revelado de uma importância crescente no apaziguamento das tensões internacionais mas a relação não é de um só sentido. Na verdade, o controlo de armamentos influencia mas também é influenciado pela situação política internacional.

Em períodos de tensão internacional agravada, faz parte do processo de gestão da crise, a decisão quanto à posição a tomar em relação às negociações de controlo de armamentos em curso: devem ser interrompidas como sinal de desconfiança, medida punitiva ou, até, como forma de pressão, ou, pelo contrário, devem ser prosseguidas, não só pelas vantagens directas que proporcionam, mas também pela possibilidade de manter o diálogo com a parte adversa?

Por exemplo, em 1979-1980, vários acontecimentos internacionais culminaram com a invasão Soviética do Afeganistão e originaram uma deterioração do clima de relações internacionais. Isto foi um factor influente na suspensão do processo de ratificação do Tratado SALT II pelo Senado dos Estados Unidos. Na década anterior o processo havia sido o inverso e o acordo SALT I favorecera directamente a atmosfera geral de desanuviamento⁽⁷²⁾.

⁽⁷²⁾ Ibid. pág. 149.

Em tempos mais recentes, a instalação dos GLCM's ⁽⁷³⁾ e Pershing II na Europa, em 1983, originou o rompimento, por parte da União Soviética, das conversações de Genebra e de Viena. Ao passo que a assinatura, em Dezembro de 1987, do Tratado INF, veio abrir perspectivas muito favoráveis para a paz e cooperação.

Como atrás se referiu o controlo de armamentos é uma ciência ou parte de uma ciência mas também é, indubitavelmente, uma arte. Ele é, tal como disse Clausewitz a propósito da guerra ⁽⁷⁴⁾, um jogo de probabilidades e de caso, actividade da alma subordinada a um instrumento político e ligada ao puro entendimento.

Assim sendo, princípios que foram definidos pelos teóricos são por vezes desrespeitados pelos práticos, com muito maior êxito do que a sua observância poderia proporcionar. Um exemplo típico desta asserção é o passo seguinte da história real recente.

Como é geralmente reconhecido, um dos factores que mais favoreceu a assinatura do Tratado INF foi o anúncio da «Strategic Defense Initiative» (SDI) pelo Presidente Reagan. Ora, esse anúncio não teve nada de científico na sua gestação; não obedeceu a regras e desrespeitou princípios.

A ideia da SDI ⁽⁷⁵⁾ partiu dum grupo muito restrito de conselheiros presidenciais e foi muito bem acolhida por Ronald Reagan, que nunca simpatizara com a doutrina da «Mutual Assured Destruction» (MAD) nem se mostrara entusiasmado com o Tratado «Anti-Ballistic Missile» (ABM).

O seu anúncio da SDI, incluído no discurso transmitido em directo pela televisão, em 23 de Março de 1983, não tinha nada de cientificamente elaborado:

«Deixem-me partilhar convosco uma visão do futuro que oferece esperança. É a de entrarmos num programa que anule a terrível ameaça dos mísseis Soviéticos com medidas que são defensivas» ... «Eu faço um apelo à comunidade científica no nosso país, àqueles que nos deram as armas nucleares, para voltar agora os seus talentos para a causa da humanidade e da paz mundial, para nos darem os meios que tornem essas armas nucle-

⁽⁷³⁾ Ground Launched Cruise Missile. A sua instalação na Europa juntamente com os Pershing II, correspondeu a uma das vias da «Dual — Track decision» de 12 de Dezembro de 1979. A outra via foi a de se iniciar negociações para a redução deste tipo de armas.

⁽⁷⁴⁾ «Da Guerra», Clausewitz, pág. 89.

⁽⁷⁵⁾ Cit. em «World Armaments and Disarmament», SIPRI Yearbook 1986, pág. 81.

ares obsoletas» ... «Meus amigos Americanos, esta noite estamos a lançar um apelo que garante a promessa de mudança do curso da história humana.»

Ora, este anúncio foi escrito praticamente sem consultas ao Pentágono. Estava contido nos cinco minutos finais dum texto cujo objectivo principal era o de defender os 10 por cento de aumento no Orçamento da Defesa que o Congresso ameaçava cortar.

O principal Conselheiro Científico do Presidente, George A. Keyworth II, teve conhecimento da decisão da SDI cinco dias antes do discurso. O Secretário de Estado, George Shultz, conheceu-o dois dias antes e não teve possibilidade de o discutir com o Conselheiro do Presidente para o Controlo de Armamentos, Paul Nitze. O Chefe dos Cientistas do Pentágono, Richard de Lauer, leu o texto nove horas antes da sua apresentação ao público.

Nesse momento não havia, pois, resposta a uma série de questões que uma abordagem científica do problema impunha:

- Contribuirá a SDI para uma estratégia militar válida?
- Poderá a União Soviética considerar a iniciativa como uma ameaça?
- Qual será a reacção dos aliados da OTAN?
- Qual será a implicação da SDI com os vários tratados que limitam as defesas antimísil?

Não havia resposta consistente para nenhuma destas perguntas. Mas o discurso foi feito, os Soviéticos voltaram às mesas das negociações em Genebra e em Viena e, menos de cinco anos mais tarde, assina-se um tratado em que, pela primeira vez na história, se acorda na eliminação de armas nucleares.

2. O CONTROLO DE ARMAMENTOS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A inclusão na panóplia do Direito Internacional Público de um vasto número de medidas de controlo de armamentos tem contribuído para a paz e estabilidade no mundo, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. Tem contribuído muito? Tem contribuído pouco? A resposta será sempre especulativa e controversa. O certo é que a proliferação horizontal das armas nucleares não foi o que na década de 50 se temia que fosse; que as armas químicas não foram usadas na Segunda Guerra Mundial; que

as experiências de armas nucleares deixaram de ser efectuadas na atmosfera e sob as águas; etc... etc...

A já longa série de acordos de controlo de armamentos assinados entre os Estados pode ser classificada quanto ao número de signatários e quanto à finalidade que perseguem.

Quanto ao número de signatários os acordos são bilaterais e multilaterais. Dos bilaterais distinguem-se, pela sua importância, os estabelecidos entre os Estados Unidos e a União Soviética. E são importantes não apenas pelo seu conteúdo intrínseco mas, sobretudo, pelo seu papel de regulação de tensões entre os dois Super Grandes. Tiveram início a partir do fim do último conflito mundial e dizem respeito, principalmente, a acordos tendentes ao estabelecimento de medidas que evitem o conflito por acidente e de medidas reguladoras do equilíbrio nuclear.

Evitar o conflito por acidente:

«Acordos de Linha Quente», mais conhecidos por «Telefone Vermelho», de 1963 e 1971, para o estabelecimento de comunicações directas entre a Casa Branca e o Kremlin.

«Acordo sobre Medidas Acidentais», de 1971, para reduzir o risco de guerra nuclear entre Estados Unidos e União Soviética.

«Acordo para a Prevenção da Guerra Nuclear», de 1973, para a prevenção deste tipo de conflito.

«Acordo para o Estabelecimento de Centros de Redução de Riscos Nucleares», de 1987, para o estabelecimento daquele tipo de centros, em Washington e Moscovo, com o objectivo de reduzir o risco de conflito, entre os EUA e a URSS, que possa resultar de acidentes, erros cálculos ou más interpretações.

Regular o equilíbrio nuclear:

«SALT I», de 1972, com dois elementos:

— «Tratado Anti-Mísseis Balístico», para a limitação das defesas contra mísseis balísticos.

— «Acordo intermédio», que estabelece medidas para a limitação de Armas Estratégicas Ofensivas. O prazo de vigência deste acordo terminou em 1985.

«Protocolo sobre Anti-Mísseis Balísticos», de 1974, que actualiza e flexibiliza o Tratado Anti-Mísseis Balísticos.

«Tratado Limitador de Explosões Nucleares», de 1974, que limita a potência das explosões nucleares subterrâneas, para teste de armas nucleares, a 150 Kilotons.

«Tratado sobre Explosões Nucleares para Fins Pacíficos», de 1976, que regula todas as explosões nucleares levadas a efeito fora dos locais especificados no Tratado Limitador de Explosões Nucleares.

«SALT II», de 1979, para a limitação de armas estratégicas ofensivas. Este tratado, assinado pelos Presidentes Carter e Brejnev em Viena, a 18 de Julho, viria a não ser ratificado pelo Senado Americano.

«Tratado INF», de 1987, para a eliminação total dos mísseis INF ⁽⁷⁶⁾ de longo raio de acção e mísseis INF de curto raio de acção.

Os acordos multilaterais são em número superior. A sua esmagadora maioria foi assinada depois da Segunda Guerra Mundial. Na história das negociações desses acordos é visível a influência de pequenas potências na discussão, apresentação de iniciativas e obtenção de consensos mas, como regra, toda a negociação se inscreveu na dinâmica do conflito Este-Oeste. Os casos mais difíceis ou as matérias de interesse estratégico mais pronunciado foram resolvidos a partir do contacto directo entre Estados Unidos e União Soviética.

Nos acordos multilaterais podem distinguir-se, como grandes finalidades, a eliminação de sistemas de armas específicos, a proibição (ou restrição) do uso de certas armas, a criação de zonas livres de armas nucleares, o evitar a proliferação horizontal de armas nucleares, a protecção ambien-

⁽⁷⁶⁾ Intermediate — Range Nuclear Forces.

tal, a diminuição dos efeitos da guerra se esta eclodir e o estabelecimento da confiança entre os Estados:

Eliminação de sistemas de armas:

«Convenção sobre Armas Biológicas», de 1972, para a proibição do desenvolvimento, produção e armazenagem de armas biológicas e toxinas e para a destruição das existentes.

Proibição (ou restrição) do uso de certas armas:

«Protocolo de Genebra», de 1925, para a proibição do uso de armas químicas e biológicas.

«Convenção sobre Proibições ou Restrições do Uso de certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Excessivamente Injuriuosas ou Ter Efeitos Indiscriminados», mais conhecida por «Convenção de Armas Convencionais», de 1980, com três protocolos:

- «Protocolo I», sobre a proibição de armas cuja finalidade seja a produção de fragmentos não identificáveis por raios X.
- «Protocolo II», sobre proibições ou restrições no uso de minas e armadilhas.
- «Protocolo III», sobre proibições ou restrições no uso de armas incendiárias.

Criação de zonas livres de armas nucleares⁽⁷⁷⁾:

«Tratado da Antártida», de 1957, estabelecendo a desmilitarização daquela zona do globo.

«Tratado sobre o Espaço Exterior», de 1967, sobre os princípios a que devem obedecer os Estados na exploração e uso do espaço exterior incluindo a Lua e outros corpos celestes. Este tratado proíbe a colocação em órbita e, ou, no espaço exterior, de armas nucleares.

«Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina», também conhecido por «Tratado de Tlatelolco», de 1967, para a proibição de armas nucleares nesta zona do globo.

⁽⁷⁷⁾ Por facilidade de exposição consideram-se neste grupo zonas livres do nuclear, zonas livres de armas nucleares e zonas desmilitarizadas.

«Tratado sobre o Controlo de Armamentos no Fundo Marítimo», de 1971, para a proibição da colocação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa nos fundos marítimos.

«Tratado da Zona Livre do Nuclear no Pacífico Sul», também conhecido por «Tratado de Rarotonga», de 1985, negociado e assinado entre os países daquela zona que acordaram em permanecer livres de armas nucleares.

Evitar a proliferação horizontal de armas nucleares:

«Tratado de Não Proliferação», de 1968, para evitar a proliferação horizontal de armas nucleares.

«Convenção sobre Protecção Física de Material Nuclear», de 1980, que estabelece critérios de protecção física a observar durante o transporte de material nuclear.

«Tratado sobre Limitação de Experiências Nucleares», de 1963, proibindo as experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço exterior e sob as águas.

Protecção do ambiente:

«Convenção sobre Modificações do Meio Ambiente», de 1977, para a proibição do uso com fins militares de técnicas de modificação do meio ambiente.

Diminuição dos efeitos da guerra se esta eclodir:

«Convenções de Haia», de 1899 e 1907, que estabelecem regras a usar no combate.

«Convenções de Genebra», de 1949, para protecção de feridos e doentes, feridos e doentes no mar, prisioneiros de guerra, e civis, em tempo de guerra.

«Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra», de 1977, que estabelecem regras a seguir nos combates em caso de conflitos armados.

Estabelecimento da confiança entre os Estados:

«Medidas de Confiança e Segurança». Inscritas na Acta Final de Helsínquia, de 1974, sob nome de «Medidas de Confiança» e com carácter voluntário, assumiram a actual designação e passaram a ser politicamente mandatórias, a partir da Conferência de Estocolmo de 1984-86.

A produção de tão grande número de Acordos, Tratados, Convenções e Protocolos não tem sido isenta de dificuldades. Como nota Raymond Aron ⁽⁷⁸⁾, «Os esforços para limitar, reduzir ou suprimir os armamentos têm sempre sido paralisados por uma contradição interna. Os Estados são soberanos por essência. O direito de tomar sozinhos as decisões mais importantes, aquelas de que dependem a paz, a guerra ou o estatuto dos cidadãos, foi sendo reivindicada sucessivamente pelas cidades, os Impérios ou os Estados nacionais, por todas as colectividade que se queriam autónomas, por todos os povos que aspiravam a uma existência política. As cidades democráticas não estavam menos ciosas da sua independência do que as cidades aristocráticas, e as nações que retomaram, na Europa, a herança das monarquias não foram menos ciosas das suas liberdades do que os reis o haviam sido da sua glória. Os Estados soberanos são espontaneamente rivais.»

De facto, a aceitação, como fonte de Direito Internacional Público, de medidas restritivas à sua actuação, não é fácil para Estados soberanos, muito menos as relacionadas com Segurança e Defesa Nacional. Por isso, sem embargo da importância de tudo o que já foi atingido, a verdade é que não foi ainda conseguido um acordo sobre matéria de importância estratégica verdadeiramente decisiva.

No entanto, verifica-se agora uma capacidade de discutir e negociar medidas de controlo de armamentos que, cada vez mais, se revestem de importância reconhecida para regular as tensões, gerir as crises e evitar o conflito generalizado. Esta realidade é, por ventura, o resultado de anos e anos de negociações em que, começando pelas matérias de mais fácil consenso, as nações aprenderam a difícil técnica da negociação, ficaram

(78) Cit. em «Le Désarmement», Claude Delmas, pág. 104.

mais conscientes da necessidade de mecanismos sólidos de controlo de armamentos e da possibilidade de criarem esses mecanismos, aceitaram a necessidade de medidas de verificação outrora consideradas inaceitáveis pelo que tinham de intrusivo, conseguiram o estabelecimento de medidas fomentadoras da confiança, contribuíram para a abertura de vias de diálogo, desenvolveram a capacidade de cooperação para a paz e estabilidade. Como revela Gorbachev ⁽⁷⁹⁾, «presentemente mantemos um diálogo com os Estados Unidos. O Presidente dos Estados Unidos e eu correspondemo-nos periodicamente. Os nossos negociadores ocupam-se de problemas de real importância. Verificou-se um ligeiro degelo em áreas como a da cooperação científica e cultural nos últimos um ou dois anos. Actualmente, a União Soviética e os Estados Unidos estão a discutir, a diversos níveis, problemas que outrora constituíam objecto de mútua recriminação ...»

Mas os Acordos, Tratados, Convenções e Protocolos em vigor não valem apenas pelo que possibilitam de aprendizagem; eles possuem potencialidades, umas perfeitamente conhecidas, outras que poderão vir ainda a ser descobertas na plenitude da sua importância.

Por exmplo, há meia dúzia de anos atrás, ninguém dava demasiada importância ao Tratado ABM ⁽⁸⁰⁾. Reconhecia-se que havia sido peça de valor na consolidação da Doutrina da Destruição Mútua Assegurada, que servia para fornecer elementos para ataques verbais entre Estados Unidos e União Soviética nos vários areópagos internacionais, acusando-se mutuamente de desrespeito a cláusulas do Tratado, e pouco mais. Os Estados Unidos nem sequer instalaram os sistemas antimísseis balísticos a que tinham direito pelo clausulado do tratado. Hoje, porém, tudo é diferente e as negociações para a redução de armas nucleares estratégicas dos Estados Unidos e União Soviética estão fortemente dependentes da interpretação do Tratado ABM.

O Tratado de Não Proliferação tem-se revelado de importância fundamental para evitar a proliferação horizontal de armas nucleares. O desenvolvimento da tecnologia possibilitou, em termos do conhecimento científico, o acesso à arma nuclear a qualquer potência nisso interessada. O perigo desta situação é evidente, sobretudo pela possibilidade que ficaria

⁽⁷⁹⁾ «Perestroika», Mikhail Gorbachev, pág. 233.

⁽⁸⁰⁾ Anti-Ballistic Missiles.

aberta de uma incontrolada generalização do conflito. Nos anos 50 as previsões quanto à proliferação horizontal eram dramáticas; hoje, porém, mesmo contando com os países de que se sabe ou de que se suspeita terem armas nucleares (Israel, África do Sul, Índia, Paquistão) o clube nuclear mantém-se reduzido.

O Tratado INF, tem uma importância internacionalmente reconhecida. Pela primeira vez na história é acordada a redução de armas nucleares. E, se, sob o ponto de vista quantitativo, apenas estão em jogo 4 por cento dos arsenais nucleares dos dois Super Grandes, sob o ponto de vista da qualidade dos sistemas e sua aplicação estratégica, o Tratado INF introduz modificações muito sensíveis nos sistemas de forças dos dois blocos, sobretudo no que respeita à defesa da Europa.

As Medidas de Confiança e Segurança estabelecidas em Estocolmo vêm aumentar de forma significativa a possibilidade de estabilidade e cooperação na Europa, que continua a ser o ponto nevrálgico das relações Este-Oeste. Como reconhece o Relatório do Congresso dos Estados Unidos de 25 de Junho de 1977 ⁽⁸¹⁾, «em conjunto, os membros da OTAN têm o mais vasto complexo industrial do mundo, uma população superior à dos Estados Unidos ou da União Soviética, e a soma dos seus produtos nacionais brutos ultrapassa o da América e alcança mais do dobro do da União Soviética. A perda da Europa Ocidental em proveito de uma potência ou grupo de potências hostis aos Estados Unidos seria inaceitável. O domínio sobre a Europa Ocidental daria ao adversário recursos humanos e industriais tão consideráveis que nós não estaríamos em condições de os equilibrar».

Mas nem só da Europa trata o controlo de armamentos; vários dos acordos atrás referidos são de âmbito global, embora sempre relacionados com o conflito Este-Oeste. Até o Tratado de Rarotonga, que foi negociado entre os países do Pacífico Sul, não escapa à dinâmica daquele conflito, não só pelos problemas que levanta à utilização da Polinésia Francesa para o teste de armas nucleares, como pelo eventual prejuízo que pode originar ao trânsito de navios nucleares, ou transportando armas nucleares, Americanos, que costumam navegar, embora com pouca assiduidade, naquela região.

⁽⁸¹⁾ Cit. em «Encore un Effort et nous Aurons Perdu Definitivement la Troisième Guerre Mondiale», General Robert Close, pág. 58.

3. O PROCESSO NEGOCIAL

A. O Apelo

A aplicação das novas tecnologias no desenvolvimento dos sistemas de armas e, sobretudo, o facto nuclear vieram alterar radicalmente os conceitos de Segurança e Defesa Nacional. Trata-se agora, mais do que preparar uma guerra tornada impensável, conseguir evitar o conflito, gerir as crises, fomentar a transparência nas relações internacionais. Verifica-se assim um decisivo incentivo para a negociação e conclusão de acordos de controlo de armamentos.

Como reconhecia Mikhail Gorbachev numa entrevista à revista Americana «Time»⁽⁸²⁾: «... há situações nas quais perdem ambas as partes. Trata-se da guerra nuclear, da corrida aos armamentos, da tensão internacional».

De forma ainda mais dramática adverte o líder Soviético, no seu famoso livro «Perestroika»⁽⁸³⁾: «... surgiu agora uma situação verdadeiramente paradoxal. Mesmo que um dos países se empenhe numa forte acumulação de armamento, enquanto o outro nada faz, o lado que está a armar-se nada ganhará com isso.

O lado mais fraco poderá muito simplesmente fazer explodir todas as suas cargas nucleares, mesmo no seu próprio território, o que significaria o suicídio para ele e uma morte lenta para o inimigo. É por isso que a luta pela superioridade militar é a mesma coisa do que perseguir a própria cauda. Não pode ser utilizada numa política real».

Preocupado com os problemas da paz, o Papa João Paulo II, na sua mensagem à Segunda Sessão Especial para o Desarmamento, na ONU, em 11 de Junho de 1982, defendia⁽⁸⁴⁾:

«Nas condições actuais, uma dissuasão baseada no equilíbrio, não certamente como um fim em si mas como uma etapa na via dum desarmamento progressivo, pode ainda ser julgado como moralmente aceitável.

Todavia, para assegurar a paz, é indispensável não se contentar com um mínimo sempre ameaçado de um perigo real de explosão.

Que fazer então? Na ausência de uma autoridade supranacional tal como havia sido sonhada pelo Papa João XXIII na sua Encíclica «Pacem in Terris» e que se tinha esperado encontrar na Organização das Nações

⁽⁸²⁾ Cit em «O Exército e o Progresso Social», Dmitri Volkogonov, pág. 6.

⁽⁸³⁾ «Perestroika», Mikhail Gorbachev, pág. 243.

⁽⁸⁴⁾ Cit. em «Chrétien devant la Guerre et la Paix», Christian Mellon, pág. 184.

Unidas, a única solução realista perante a ameaça da guerra é ainda a da negociação. Aqui gostaria de vos lembrar uma frase de St.^o Agostinho que já tenho citado noutras ocasiões. «Matai a guerra com as palavras das negociações, mas não mateis os homens pela espada.» Hoje ainda, eu reafirmo perante vós a minha confiança na força das negociações leais para se atingirem soluções justas e equitativas. Estas negociações exigem paciência e constância e devem nomeadamente visar uma redução de armamentos equilibrada, simultânea e internacionalmente controlada.»

Em Bruxelas, em 11 de Dezembro de 1987, após a assinatura do Tratado INF, dias antes efectuada na Cimeira de Washington, o Conselho do Atlântico Norte, reunido em Sessão Ministerial, declarava ⁽⁸⁵⁾:

«Congratulamo-nos pelo Tratado INF de Washington. Este Tratado é o resultado bem sucedido da solidariedade e resolução demonstradas pela Aliança como um todo. É absolutamente consistente com os requisitos de segurança da Aliança. Alcançou um importante e antigo objectivo da Aliança: a eliminação de uma classe de armas nucleares Soviéticas ameaçando os Aliados Europeus e outras regiões do mundo.

O tratado estabelece novos e significativos padrões nos processos de verificação e na obtenção de reduções assimétricas para a correcção do desequilíbrio actual. O processo de consultas intensivas e cooperação dentro da Aliança, no apoio a este esforço, tem demonstrado e reforçado os apertados laços e interesses comuns entre a Europa e a América do Norte que permanecem no coração da Aliança do Atlântico Norte. Consideramos que o Tratado INF terá cada vez mais significado na medida em que abre o caminho para o progresso noutras áreas do controlo de armamentos. Apoiamos em absoluto o Tratado INF e apelamos para a sua rápida entrada em vigor.»

Estes e outros apelos às negociações de controlo de armamentos, como contributo para a paz, estabilidade e cooperação entre as nações, tem encontrado resposta em múltiplos «fora» internacionais empenhados nesta problemática. E, se os resultados não têm aparecido com a velocidade e mesmo com a importância que todos desejariam, o certo é que um longo e profícuo caminho foi percorrido desde os tempos mais quentes da guerra fria; o final da década de 80 oferece perspectivas no campo do controlo de armamentos que seriam impensáveis alguns anos atrás.

⁽⁸⁵⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communique's — Dec. 1987».

B. *Negociações Bilaterais*

Estados Unidos e União Soviética são, hoje, os dois únicos países com potencial de projecção de poder à escala mundial; daí a importância para a paz e para a segurança das relações entre as duas Superpotências.

Um bom exemplo do interesse dessas relações é, não só a natureza dos acordos bilaterais já estabelecidos, mas também a importância das negociações actualmente em curso entre Estados Unidos e URSS.

Em período de pré-negociação encontra-se o problema da proibição completa dos testes de armas nucleares ⁽⁸⁶⁾. A União Soviética tem tomado uma posição a favor desta proibição contra a opinião dos Estados Unidos que não têm aceite a entrada em negociação bilateral de tal assunto. Aumentando a pressão sobre os Estados Unidos a URSS joga com o cada vez mais importante factor da opinião pública internacional, e interna dos EUA, e declara, em 6 de Agosto de 1985, uma moratória unilateral, convidando os EUA a fazerem o mesmo ⁽⁸⁷⁾. Esta moratória tem vindo a ser prorrogada anualmente, embora os EUA tenham continuado com os testes nucleares. Sobre este assunto a posição do Pacto de Varsóvia é ⁽⁸⁸⁾: «Em estrita conformidade com a vocação defensiva da sua doutrina militar, (os países do Pacto de Varsóvia) agem com perseverança para atingir os seus objectivos principais:

... Conseguir o mais rapidamente possível a interdição completa e geral dos ensaios nucleares como medida primordial em matéria de cessação do desenvolvimento, fabricação e aperfeiçoamento das armas nucleares, reduzi-las por etapas e eliminá-las completamente...»

⁽⁸⁶⁾ Este assunto tem sido discutido a nível multilateral na Conferência de Desarmamento. Aí foi constituído, em 1982, um Comité Ad-Hoc com um mandato limitado à consideração de aspectos relevantes de verificação. O âmbito deste mandato não tem satisfeito nem as nações do Pacto de Varsóvia nem o Grupo dos 21, que se têm esforçado por fazer aprovar o estabelecimento de um Comité Ad-Hoc com mandato para a discussão de uma convenção sobre a proibição de testes nucleares. A posição dos países da OTAN é contrária ao alargamento do âmbito do mandato embora considere a elaboração de uma convenção como um objectivo a longo prazo. Afirmam, no entanto, os aliados, que não se deve avançar para a negociação de uma convenção sem que primeiro estejam resolvidos os problemas de verificação a incluir em tal convenção.

⁽⁸⁷⁾ «Quem Ameaça a Paz», pág. 105.

⁽⁸⁸⁾ «Documents de la Conférence du Comité Politique Consultatif des États Membres du Traité de Varsovie», pág. 19.

Sobre este assunto, a opinião Americana é bem diferente⁽⁸⁹⁾: «As recentes propostas Soviéticas e algumas do Oeste para parar os testes de mísseis, cabeças nucleares, sistemas anti-satélites e defesas activas têm sido baseadas na premissa de que isso diminuiria a corrida qualitativa aos armamentos que se assume provocar a corrida quantitativa aos armamentos. No entanto essas restrições teriam frequentemente um efeito oposto ao pretendido; tornariam mais difícil a tarefa de aumentar a credibilidade da dissuasão ...»

Falhado que foi o Tratado SALT II pela sua não ratificação pelo Senado Americano, ficou-se à espera de um SALT III que pudesse ser aceite pelas partes e que tivesse um carácter mais restritivo.

Por outro lado, a introdução, na Europa, dos mísseis Soviéticos «SS-20» levou à famosa resposta da OTAN que ficou conhecida para a história como a «Dual-Track Decision»⁽⁹⁰⁾ e que, como o seu nome indica, segue duas vias simultâneas:

- Instalação, na Europa, de armas nucleares de teatro de longo raio de acção.
- Iniciação de conversações para a redução deste tipo de armas.

Como consequência da segunda via desta decisão, iniciaram-se conversações para a redução de Forças Nucleares Intermédias (INF), em Genebra, em Novembro de 1981. Mais tarde, a estas negociações juntaram-se as conversações para a redução de Forças Nucleares Estratégicas, START⁽⁹¹⁾, em Junho de 1982.

Quando em 1983 os Estados Unidos iniciaram a outra via da «Dual-Track Decision» — a instalação, na Europa, de 108 «Pershing II» e 464 «GLCM» — a União Soviética, como forma de protesto e meio de pressão, interrompeu as negociações INF e START em Genebra e também as negociações MBFR⁽⁹²⁾ em Viena, apresentando como pré-condição para o reinício das conversações a retirada da Europa daqueles sistemas de armas.

O anúncio da SDI e a necessidade que a URSS sentiu de iniciar conversações de controlo de armamentos sobre os sistemas espaciais, conjun-

⁽⁸⁹⁾ «Discriminate Deterrence», Report of the Commission on Integrated Long — Term Strategy, pág. 69.

⁽⁹⁰⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 87.

⁽⁹¹⁾ Strategic Arms Reduction Talks.

⁽⁹²⁾ Mutual and Balanced Force Reductions.

tamente com a coesão verificada na OTAN que, claramente, demonstrou não estar disposta a aceitar o quase monopólio Soviético em INF, levou a União Soviética a aceitar o reinício das negociações em todos aqueles «fora».

Assim, na Declaração Conjunta, de 8 de Janeiro de 1985⁽⁹³⁾, Estados Unidos e União Soviética definem os objectivos das negociações que se reiniciavam em Genebra:

- Conseguir acordos efectivos com a finalidade de limitar ou reduzir forças nucleares estratégicas e intermédias.
- Evitar uma corrida aos armamentos no espaço exterior e terminar com essa corrida na terra.
- Fortalecer a estabilidade estratégica. E, como objectivo a longo prazo,
- Conseguir a eliminação completa das armas nucleares.

Como foi largamente noticiado pelos meios de comunicação social em todo o mundo, as negociações INF terminaram, com o sucesso que todos reconhecem, pela assinatura dum Tratado assinado entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, em Washington, em Dezembro de 1987.

Em relação ao START, existem boas perspectivas para uma redução inicial de 50 por cento.

Quanto ao controlo de armamentos no espaço exterior, a situação está mais complicada, mas também é do conhecimento público alguns avanços importantes nas negociações, de que se destacam:

- O reconhecimento por parte da União Soviética de que tem o seu próprio programa de «guerra das estrelas». E,
- A desistência por parte da União Soviética de fazer depender as negociações sobre forças estratégicas dum acordo sobre o espaço exterior, desde que os Estados Unidos se comprometam a respeitar o Tratado ABM.

Sobre estas negociações a posição oficial da Aliança é a seguinte⁽⁹⁴⁾: «... O Tratado INF é um importante elemento num conceito coerente

⁽⁹³⁾ Cit. em «O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências», revista «Nação e Defesa» n.º 39, Sérgio Carrilho Pinto, pág. 151.

⁽⁹⁴⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communique's — Dec 1987».

e abrangente de controlo de armamentos, consistente com a doutrina da OTAN da resposta flexível, que deve incluir:

- 50 por cento de reduções nas armas nucleares estratégicas ofensivas dos Estados Unidos e União Soviética;
- eliminação global das armas químicas;
- estabelecimento de um nível seguro e estável de forças convencionais, pela eliminação de disparidades na totalidade da Europa;
- em conjunto com o estabelecimento dum equilíbrio convencional e da eliminação global das armas químicas, reduções significativas e verificáveis de mísseis nucleares baseados em terra, de curto raio de acção, Americanos e Soviéticos, que levem a tectos iguais».

C. MBFR

O conceito das conversações MBFR tem origem no Relatório Harmel, de 1967, que refere ⁽⁹⁵⁾: «Os Aliados estudam actualmente medidas de desarmamento e de controlo prático de armamentos, e nomeadamente a possibilidade de redução de forças equilibradas. Estes estudos serão intensificados. Estes esforços enérgicos reflectem a vontade dos Aliados de trabalhar para uma verdadeira detente com o Leste».

Embora pouco interessados nestas negociações, os Soviéticos aderiram a elas contra a aceitação, por parte dos países da Aliança Atlântica, da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

As negociações MBFR, consignadas para os territórios da RFA, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, RDA, Polónia e Checoslováquia, têm por finalidade reduzir o nível da confrontação militar na Europa Central pela redução das forças da OTAN e Pacto de Varsóvia, nesta região, para uma paridade aproximada. Esta finalidade geral seria concretizada através dos seguintes objectivos:

- estabelecimento de um tecto máximo de 900 000 homens com um subtecto para os efectivos das forças aéreas;
- reduções de armas; e,
- estabelecimento de medidas de confiança, aqui chamadas medidas associadas.

⁽⁹⁵⁾ «OTAN, Structure, Faits et Chiffres, 1981», pág. 316.

As negociações começaram em 30 de Outubro de 1973 e ainda não foi possível chegar a um acordo conclusivo. Durante 14 anos de conversações, Este e Oeste foram consolidando as suas posições negociais que se apresentam agora nos dois documentos base da discussão:

- A proposta Ocidental, de 5 de Dezembro de 1985.
- A minuta de acordo de Leste, de 20 de Fevereiro de 1986.

As posições da Aliança Atlântica e do Pacto de Varsóvia em cada um destes documentos são, resumidamente, as seguintes:

Proposta Ocidental:

- Primeira fase calendarizada, envolvendo reduções de forças dos Estados Unidos (5000) e União Soviética (11 500), seguidas de um período de proibição de aumento de efectivos de 3 anos.
- Adiamento da troca de informação detalhada sobre efectivos.
- A proibição de aumento de efectivos não abrange o direito de modernização e reestruturação das forças.
- Regime apertado de verificação.

Minuta de acordo do Leste:

- Reduções iniciais de forças dos Estados Unidos (6500) e União Soviética (11 500).
- Retirada de armamento e equipamento de combate.
- O período de proibição de aumento de efectivos deve ser estabelecido não só em termos colectivos mas também em termos nacionais ⁽⁹⁶⁾.
- Regime não apertado de verificação.

A partir destas duas posições diferenciadas verificam-se problemas no que respeita à troca detalhada de informações sobre efectivos, ao sistema de verificação, à inclusão de armamentos e às excepções aos tectos

⁽⁹⁶⁾ Isto é, a retirada de forças de um país não pode ser compensada por um aumento correspondente de forças de outro país, mesmo que se seja mantido o nível de efectivos em termos colectivos.

acordados ⁽⁹⁷⁾. Assim, os pontos de mais difícil consertação têm sido os seguintes:

- A relutância do Leste em trocar informação detalhada sobre efectivos.
- O desejo Ocidental de implementar um sistema apertado de verificação ⁽⁹⁸⁾.
- A recusa Ocidental de incluir armamentos na primeira fase das reduções ⁽⁹⁹⁾.
- O pedido Ocidental de excepções aos tectos acordados.

As dificuldades de entendimento não têm permitido avançar para a conclusão dum acordo. No entanto, vantagens não despreciadas têm sido conseguidas com estas negociações ⁽¹⁰⁰⁾:

- Constituem um «forum» para o diálogo Este Oeste, sobre assuntos de segurança e defesa, contribuindo para a diminuição do perigo de confrontação militar.
- Complementam, em base multilateral, as conversações Americano-Soviéticas de Genebra.
- Conseguiram o acordo quanto ao conceito de paridade como fundamento para o equilíbrio estável de forças entre o Ocidente e o Leste.
- Os membros da Aliança Atlântica mostraram-se solidários na sua prontidão de negociar controlo de armamentos e, ao mesmo tempo, manter as suas capacidades de defesa.

⁽⁹⁷⁾ Devido à disparidade geográfica, a OTAN tem necessidade de exercitar o reforço rápido da Europa através de manobras periódicas envolvendo grandes efectivos vindos da América do Norte. As excepções aos tectos acordados referem-se a esses períodos.

⁽⁹⁸⁾ Na perspectiva Ocidental é justificada por contribuir para:

- compensar a recusa de Leste de troca de informações detalhadas sobre efectivos,
- proporcionar, se necessário, aviso atempado de infracções,
- proporcionar factos para elucidação da opinião pública.

⁽⁹⁹⁾ Na perspectiva Ocidental é justificada por:

- complicar desnecessariamente um acordo,
- pôr em causa o plano de reforço do SACEUR,
- prejudicar a política de pré-posicionamento.

⁽¹⁰⁰⁾ «O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências», revista «Nação e Defesa» n.º 39, Sérgio Carrilho Pinto, pág. 157.

- Os Estados Unidos e o Canadá são participantes directos em negociações que envolvem a segurança da Europa.
- Foi evitada a redução unilateral de forças Ocidentais ⁽¹⁰¹⁾.

Mantendo o seu interesse por estas negociações os Aliados continuam a exortar a outra parte a uma atitude mais cooperativa ⁽¹⁰²⁾:

«... Aqueles de entre nós que participam nas negociações MBFR, reiteram o seu desejo de conseguir um rápido, substancial e verificável acordo e apelam aos participantes do Pacto de Varsóvia para adoptarem uma postura mais construtiva nas negociações».

D. CSCE/CDE

A Acta Final de Helsínquia assinada, em 1 de Agosto de 1975, pelos Chefes de Estado ou de Governo de todos os países da Europa (menos a Albânia) e ainda dos Estados Unidos e Canadá, apresenta, entre as suas provisões, um pacote de medidas relacionadas com aspectos militares de segurança, entre os quais, as medidas de confiança que introduzem, nomeadamente, a notificação de manobras.

As medidas de confiança estabelecidas em Helsínquia chamam-se correntemente CBM's (Confidence Building Measures). Sob o ponto de vista Ocidental, as CBM's apresentavam dois tipos de defeitos:

- Eram voluntárias, pelo que originaram um diferente comportamento entre os países Ocidentais e os países de Leste quanto à transparência das suas actividades militares. Por isso o seu real valor como forma de incrementar a confiança entre as nações era reduzido.
- Tinham uma área de aplicação que não cobria a totalidade do território da URSS. Aplicavam-se apenas, no seu limite Leste a uma faixa de 250 km no interior da União Soviética contada a partir da sua fronteira com os restantes países Europeus.

⁽¹⁰¹⁾ Nos fins dos anos 60, princípios dos anos 70, teve alguma popularidade no Congresso dos Estados Unidos a ideia da redução unilateral de forças Americanas estacionadas na Europa.

⁽¹⁰²⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communique's — Dec. 1987».

A Acta Final de Helsínquia estabelece também reuniões de prosseguimento para discutir a implementação das suas provisões, avaliar a possibilidade de desenvolver novas medidas de confiança e rever as acções dos Estados participantes no âmbito do processo CSCE. Após uma primeira reunião, sem sucesso, em Belgrado, em 1977 — 1978, os membros da CSCE conseguiram, em Madrid, em 1981 — 1982, chegar a acordo para uma Conferência sobre Medidas de Confiança e Desarmamento na Europa — seu nome oficial — ou Conferência sobre o Desarmamento na Europa (CDE) — como é mais referida dentro da Aliança.

Ficou estipulado que a CDE se realizasse em duas fases. Na primeira fase, em Estocolmo, em 1984 — 1986, tratou-se do desenvolvimento de novas medidas de confiança. Na segunda fase irá tratar-se do desarmamento convencional na Europa.

Assim, a reunião de Estocolmo não constituiu uma reunião de prosseguimento mas sim uma reunião onde, de acordo com o mandato de Madrid, se estabeleceram novas medidas agora chamadas de Confiança e Segurança — CSBM's (Confidence and Security Building Measures).

As CSBM's, ao contrário das CBM's que eram voluntárias, são politicamente mandatórias. Por outro lado, as novas medidas passaram a ser aplicadas à totalidade do território Europeu, desde o Atlântico aos Urais.

As CSBM's aprovadas em Estocolmo encontram-se definidas num documento em seis capítulos ⁽¹⁰³⁾:

— Primeiro Capítulo

Os participantes reafirmam o não uso da força e reconhecem o direito de defesa, de acordo com o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

— Segundo Capítulo

Determina a notificação de certas actividades militares:

- Exercícios a partir de 13 000 homens ou 300 tanques; ou 3 000 homens para forças anfíbias ou pára-quedistas.
- A notificação destes exercícios tem de ser feita com 42 dias de antecedência.

⁽¹⁰³⁾ «Document of the Stockholm Conference».

— Terceiro Capítulo

Estabelece a obrigatoriedade de convite a observadores para exercícios com mais de 17 000 homens, ou mais de 5 000 homens se se tratar de forças pára-quedistas ou anfíbias.

— Quarto Capítulo

Impõe a elaboração de calendários anuais dos exercícios, a divulgar até ao dia 15 de Novembro. Nestes calendários, incluem-se a informação e notificação das actividades militares, planeadas para o ano seguinte, que são abrangidas por este documento.

— Quinto Capítulo

Impõe uma medida restrictiva que é a de notificar os exercícios com efectivos superiores a 40 000 homens com dois anos de antecedência.

— Sexto Capítulo

Estabelece medidas de verificação. Os participantes concordaram em autorizar inspecções «in-loco» três vezes por ano. Mas nenhum Estado é obrigado a aceitar mais do que um pedido por ano feito por um mesmo Estado.

A vantagem destas medidas é evidente. A sua necessidade baseia-se na assunção de que, apesar do conflito Este-Oeste ser o resultado de uma real incompatibilidade de interesses, as ansiedades e receios serão muitas vezes exagerados. O nível extremamente elevado de forças em presença, na Europa, será desproporcionado em relação ao nível da tensão política na região. Removendo percepções de ameaça infundadas, as medidas de confiança e segurança não só contribuem directamente para a paz e estabilidade, como podem facilitar a redução de forças na Europa.

Em 18 de Abril de 1986, aproveitando um discurso no XI Congresso do Partido Socialista Unitário da RDA ⁽¹⁰⁴⁾, Gorbachev apresentou uma proposta de redução de forças na Europa desde o Atlântico aos Urais (a mesma área de aplicação das CSBM's): «A URSS propõe que um acordo

⁽¹⁰⁴⁾ «For a Nuclear-Free World», Mikhail Gorbachev, pág. 86.

seja alcançado sobre reduções substanciais em todos os componentes das forças terrestres e forças aéreas táticas dos Estados Europeus e correspondentes forças dos EUA e Canadá estacionadas na Europa. As formações e unidades a ser reduzidas devem ser dissolvidas e o seu armamento ou destruído ou armazenado em territórios nacionais. Geograficamente, as reduções devem obviamente cobrir toda a Europa desde o Atlântico até aos Urais. Armas nucleares podem ser reduzidas simultaneamente com as armas convencionais.».

Em resposta à iniciativa do líder Soviético, o Conselho do Atlântico Norte em Sessão Ministerial, reunido em Halifax, em 30 de Maio de 1986⁽¹⁰⁵⁾, decidiria:

- Novos «passos arrojados» (new bold steps) são necessários no campo do controlo de armamento convencional.
- O nosso objectivo é o fortalecimento da estabilidade e segurança no todo da Europa, através de uma maior abertura e de um equilíbrio de forças verificável, abrangente e estável a níveis mais baixos.
- Criar um grupo tarefa de alto nível (High Level Task Force — HLTF) para controlo de armamento convencional.

A partir do trabalho do HLTF, o Conselho do Atlântico Norte, na Sessão Ministerial de Bruxelas, de 11 de Dezembro de 1986, anunciou⁽¹⁰⁶⁾:

«Ao mesmo tempo que é mantida uma dissuasão efectiva envolvendo forças nucleares e forças convencionais, procuramos estabelecer uma relação estável de forças convencionais na Europa» ... «Estamos, assim, prontos a abrir negociações Este-Oeste com vista ao estabelecimento de um novo mandato para a negociação de controlo de armamento convencional cobrindo toda a Europa desde o Atlântico aos Urais» ... «Propomos duas negociações distintas:

- Para consolidar e expandir os resultados da Conferência de Estocolmo sobre Medidas de Confiança e Segurança (CSBM's);
- Para eliminar disparidades existentes, desde o Atlântico aos Urais, e estabelecer a estabilidade convencional a níveis mais baixos entre os países ... pertencentes à Aliança e ao Pacto de Varsóvia».

⁽¹⁰⁵⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communique's — May 1986».

⁽¹⁰⁶⁾ Ibid.

Na nova reunião de prosseguimento, a decorrer em Viena desde 4 de Novembro de 1986, trata-se, assim, na perspectiva Ocidental, para lá da revisão do processo CSCE nos termos da Acta Final de Helsínquia, de acordar dois mandatos, um sobre CSBM's e outro sobre a estabilidade convencional na Europa.

Em 18 de Julho de 1987 os Aliados apresentaram uma proposta ⁽¹⁰⁷⁾ estipulado dois conceitos:

- Reinício de negociações CSCE, com os 35 Estados, sob o inalterado mandato CDE de Madrid, para elaborar um novo conjunto de CSBM's que sejam militarmente significativas, politicamente mandatórias e aplicáveis à totalidade da Europa.
- Estabelecimento, no âmbito do processo CSCE, de uma nova negociação autónoma sobre a estabilidade convencional (Conventional Stability Talks — CST), do Atlântico aos Urais, entre os 23 membros do Pacto de Varsóvia e da Aliança Atlântica.

Segundo esta proposta Ocidental, os 23 encontrar-se-iam com os restantes 12 Estados membros da CSCE (os neutros e não alinhados — NNA's), no início de cada sessão, para trocar pontos de vista e informações.

Os países do Pacto de Varsóvia e os NNA's aceitaram, em princípio, esta proposta; no entanto, pretendem uma ligação muito mais estreita entre as duas negociações o que, na perspectiva Ocidental, constituiria uma obrigação de consulta aos NNA's prejudicial à autonomia da negociação a 23.

Um outro ponto de difícil concertação diz respeito ao âmbito da negociação sobre a estabilidade convencional. Os países do Pacto de Varsóvia pretendem discutir forças convencionais e forças nucleares tácticas, nomeadamente sistemas de capacidade dupla — convencional e nuclear; os países da Aliança Atlântica insistem em limitar o âmbito da CST às armas convencionais deixando as armas nucleares para as negociações bilaterais Estados Unidos — União Soviética.

No comunicado final da reunião Ministerial do Conselho do Atlântico Norte de 11 de Dezembro de 1987 esclarece-se a posição da Aliança ⁽¹⁰⁸⁾:

«... Reafirmamos o nosso empenhamento em duas futuras negociações de segurança, no âmbito do processo CSCE, sobre estabilidade convencional,

⁽¹⁰⁷⁾ «Conference Document W. T. 129», CSCE — Vienna Follow-up Conference.

⁽¹⁰⁸⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communiqué's — Dec. 1987».

com a finalidade de um equilíbrio abrangente, estável e verificável de forças convencionais a níveis mais baixos e novas medidas de confiança e segurança na Europa, desde o Atlântico aos Urais. Esperamos que possam ser atingidos acordos sobre mandatos para tais negociações de acordo com os nossos objectivos como parte de um resultado equilibrado da reunião de prosseguimento CSCE de Viena de forma que novas negociações possam começar em futuro próximo».

No seu comunicado de 29 de Maio de 1987, o Pacto de Varsóvia não entra nos pormenores dos mandatos mas define a sua posição quanto à estabilidade convencional⁽¹⁰⁹⁾: «Reduzir as forças armadas e os armamentos convencionais na Europa a um nível onde nenhuma das partes, assegurando a sua defesa, tenha os meios para atacar a outra parte de surpresa, nem de desenvolver na generalidade operações ofensivas».

E. Armas Químicas

A Convenção de Genebra de 1925 proíbe a utilização de armas químicas e bacteriológicas. As reservas estabelecidas por grande parte dos Estados signatários, no sentido de garantirem o uso destas armas em caso de resposta a ataques químicos ou bacteriológicos, transformaram a proibição, estabelecida na Convenção de Genebra de 1925, numa proibição do «uso em primeiro». De qualquer forma, esta convenção não proíbe nem a produção nem a armazenagem de armas químicas e bacteriológicas.

No período entre os dois conflitos mundiais, na Conferência de Desarmamento de 1932-1937, foi tentada, sem sucesso, a negociação de um acordo para a eliminação de tais armas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram produzidas grandes quantidades de armas químicas, muito mais eficazes do que as anteriores, que não chegaram a ser utilizadas, não obstante duas das potências mais importantes do conflito não serem parte da Convenção de Genebra de 1925 — os Estados Unidos e o Japão. Nessa altura, Roosevelt definiu publicamente a posição Americana⁽¹¹⁰⁾:

⁽¹⁰⁹⁾ «Documents de la Conférence du Comité Politique Consultatif des États Membres du Traité de Varsovie», pág. 20.

⁽¹¹⁰⁾ «Arms Control and Disarmament Agreements, Texts and Histories of Negotiations», pág. 120.

«O uso de tais armas foi colocado fora de lei pela opinião pública generalizada da civilização humana. Este país não as tem utilizado, e espero que nunca seremos obrigados a utilizá-las. Afirmando categoricamente que em nenhuma circunstância decidiremos o uso de tais armas a não ser que elas sejam primeiramente usadas pelos nossos inimigos».

Nas negociações do post-guerra sobre o desarmamento geral, as armas químicas e bacteriológicas foram normalmente consideradas em conjunto com as nucleares e convencionais. Nas sessões de 1962 do Comité das 18 Nações ⁽¹¹¹⁾ tanto Estados Unidos como a União Soviética apresentaram propostas para a eliminação das armas químicas e bacteriológicas que também não foram bem sucedidas.

Em 1969, o Reino Unido apresentou uma proposta de convenção para a eliminação apenas das armas bacteriológicas, com o fundamento de que seria mais fácil, em termos de estratégia de negociação, começar pelas armas cuja eliminação causasse menos problemas e deixar as armas químicas para uma negociação posterior. Esta iniciativa acabou por ser bem sucedida após alguns anos de discussão e deu origem, na Conferência do Comité do Desarmamento, à Convenção de Armas Bacteriológicas de 1972.

Ficou para resolver o problema das armas químicas o qual tem constado da Agenda da Conferência do Desarmamento (CD) em Genebra.

Pretende-se conseguir uma Convenção que proíba completamente não só o uso mas também a produção e armazenagem das armas químicas. Além disso a convenção deverá estabelecer a completa destruição dos arsenais químicos existente. Dada a importância destas armas sob o ponto de vista estratégico, o problema da verificação assume especial relevância.

Verificação tem sido um dos aspectos mais difíceis de negociar em Genebra. No entanto, a recente abertura da União Soviética às inspecções «in-loco», oferece boas perspectivas a uma solução satisfatória.

Numa tentativa de acelerar o processo da negociação, na cimeira de Novembro de 1985, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev acordaram em intensificar conversações bilaterais a nível de peritos.

⁽¹¹¹⁾ Comité das 18 Nações para o Desarmamento, criado em 1962. Este Comité passou a chamar-se Conferência do Comité do Desarmamento, tendo o número dos seus membros passado para 26, em 1969. Em 1979 a Conferência do Comité do Desarmamento alargou o número dos seus membros para 40 e passou a chamar-se Comité de Desarmamento. Em 1984 mudou a sua designação para a actual — Conferência de Desarmamento — mantendo o número de membros. Presentemente assiste-se ao esforço de vários países para aumentar este número.

A Aliança Atlântica não é membro da CD ⁽¹¹²⁾, no entanto mantém-se interessada no progresso das várias negociações aí conduzidas, trocando informações no âmbito de vários comités, nomeadamente no Comité Político em reunião semestral com peritos de controlo de armamentos idos das várias capitais.

Em 1980, foi estabelecido um Comité Ad-hoc, no âmbito da CD, com mandato para elaborar uma Convenção sobre Armas Químicas. O trabalho deste Comité Ad-hoc está a ser conduzido por três grupos:

- Definições e actividades permitidas.
- Declarações, armas e instalações.
- Âmbito e verificação.

Existe, já acordada, uma estrutura preliminar para a convenção, que contempla 16 capítulos ⁽¹¹³⁾:

Preâmbulo

- I — Disposições Gerais.
- II — Definições e Critérios.
- III — Declarações.
- IV — Armas Químicas.
- V — Instalações de Fabrico de Armas Químicas.
- VI — Actividades Não Interditas pela Convenção.
- VII — Medidas de Aplicação Nacional.
- VIII — Comité Consultativo.
- IX — Consultas, Cooperação e Estabelecimento de Factos.
- X — Assistência.
- XI — Desenvolvimento Económico e Tecnológico.
- XII — Relações com outros Acordos Internacionais.
- XIII — Emendas.
- XIV — Duração, Retirada.
- XV — Assinatura, Ratificação, Entrada em Vigor.
- XVI — Línguas.

⁽¹¹²⁾ São membros os 7 signatários do Pacto de Varsóvia e 8 países da Aliança Atlântica — Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Holanda, RFA e Reino Unido. Austrália e Japão alinham com os Estados Ocidentais; a Mongólia e a China com os países do Leste; os restantes 21 Estados NNA's constituem o aqui chamado Grupo dos 21.

⁽¹¹³⁾ «Rapport de la Conférence du Désarmement — 1987», pág. 46.

Anexos e outros Documentos.

Entre os assuntos ainda por resolver encontram-se:

- Âmbito pouco claro no que respeita a herbicidas.
- Serão destruídas todas as instalações de produção ou poderão os Estados conservar uma (ou mais)?
- Actividades não interditas pela convenção.
- Inspekções solicitadas de imediato.
- Desenvolvimento económico e tecnológico.
- Falta de acordo quanto à definição de armas químicas. Vários capítulos da estrutura preliminar dependem do acordo quanto à definição de armas químicas (e. g. VI Actividades Não Interditas pela Convenção).
- Alguns aspectos sobre a destruição dos «stocks» existentes não estão acordados. A União Soviética pretende que se comece pela destruição das armas binárias. A França propõe uma sequência de destruição começando, exclusivamente, com os Estados Unidos e União Soviética durante os primeiros cinco anos, seguidos então pelos outros Estados; e depois, a destruição dos «stocks» homogéneos de segurança, durante os dois últimos anos do período de dez anos acordado para a destruição da totalidade das existências.

Sobre a eliminação das armas químicas a posição da Aliança é ⁽¹¹⁴⁾:

«Esperamos que o recente reconhecimento Soviético da necessidade de uma verificação abrangente da proibição das armas químicas possa a breve prazo, ser traduzido em obrigações contractuais provendo verificação efectiva e que uma convenção sobre a eliminação global destas armas e a sua não produção futura possa ser rapidamente concluída».

F. *Acta de Contadora*

O conflito Este Oeste foi, na sua origem, consubstanciado nos problemas da partilha da Europa, na descolonização e no acesso ao petróleo. À «ameaça de cerco Ocidental» respondeu a União Soviética com o desenvolvimento da sua marinha de guerra, com o aumento da influência nas

⁽¹¹⁴⁾ «North Atlantic Council Ministerial Communique's — Dec. 1987».

costas da Ásia e da África e, sobretudo, com o apoio ao regime comunista Cubano e tentativa de subversão da América Latina, especialmente dos países mais próximos dos Estados Unidos.

Desde os anos 70's, a América Central — Guatemala, Salvador, Nicarágua e Costa Rica — têm permanecido numa crise contínua, caracterizada por guerras civis e conflitos armados entre Estados. Esta situação levou à interferência de potências de fora da área e a uma corrida aos armamentos sem precedentes.

Tentando contribuir para o apaziguamento deste foco de instabilidade, o Grupo Contadora — Colômbia, México, Panamá e Venezuela — têm feito os maiores esforços para fomentar a paz na região.

Uma das suas iniciativas mais interessantes foi a elaboração de um projecto de acta, semelhante à Acta Final de Helsínquia, porventura mesmo mais ambiciosa e avançada nos seus propósitos.

Segundo o chamado Projecto de Acta de Contadora, os países da América Central comprometer-se-iam a:

- restringir manobras militares;
- limitar forças e armamentos;
- acabar com bases militares estrangeiras e reduzir consideravelmente outros tipos de presença militar estrangeira;
- acabar com o tráfico ilegal de armas;
- combater o terrorismo, subversão e sabotagem; e,
- estabelecer comunicações directas entre os Estados signatários.

O Projecto de Acta de Contadora contém, ainda, medidas de verificação e cláusulas para a reconciliação nacional, direitos humanos, processo eleitoral democrático e medidas no campo social e económico.

Alguns dos aspectos de mais difícil acordo, para lá dos conflitos armados que grassam na região, têm sido:

- Por parte da Nicarágua, o desejo de se começar por proibir todos os exercícios militares internacionais na zona, os quais este país considera como potencial ameaça de invasão.
- Por parte dos Estados Unidos, o desejo de se começar por proibir a presença dos milhares de Cubanos, Soviéticos e outro pessoal do Leste Europeu, numa área considerada sensível para a segurança da América do Norte.

No entanto, o maior obstáculo à assinatura desde inovador acordo tem sido a situação na Nicarágua e a projecção, nesta zona do globo, do conflito Este-Oeste.

4. O FUTURO

O controlo de armamentos tem sido, nas últimas décadas, uma forma de resposta a uma situação de relação conflitual de raiz ideológica entre o Ocidente e o Leste, marcada de forma determinante pelo facto nuclear e tendo por arena privilegiada a Europa. No entanto, a dinâmica do processo histórico abre novos horizontes que importa reconhecer, estudar e tentar influenciar, por forma poder garantir a estabilidade relacional proporcionadora da segurança e cooperação entre os Estados.

A bipolarização que tem dominado a cena mundial a partir da Segunda Guerra Mundial pode vir a ser alterada para um sistema multipolar, de muito maior complexidade, com novas grandes potências, novos tipos de armamento e novos sistemas de alianças entre os Estados.

Muitas das possíveis alterações são já antevistas e algumas merecem destaque:

- O ressurgimento do Japão e da China.
- A afirmação da unidade política da Comunidade Económica Europeia.
- A expansão do fundamentalismo Islâmico.
- As dificuldades económicas Soviéticas.
- O acelerado desenvolvimento dos Estados da Bacia do Pacífico.
- As mudanças na tecnologia militar.
- A difusão pelo mundo de armas de tecnologia avançada.
- A emergência da ameaça comunista na fronteira Sul dos Estados Unidos.

O problema do futuro e a necessidade de revisão dos actuais conceitos estratégicos são dos principais aspectos do Relatório recentemente apresentado ao Secretário de Defesa dos Estados Unidos pela Comissão para a Estratégia Integrada a Longo Termo ⁽¹¹⁵⁾:

⁽¹¹⁵⁾ «Discriminate Deterrence», Reporte of the Commission on Integrated Long — Term Strategy, pág. 7.

«Um mundo com três ou quatro grandes potências militares confrontariam os estrategos Americanos com um ambiente muito mais complicado do que proporciona a familiar competição bipolar com a União Soviética. Num destes mundos multipolares, os Estados Unidos teriam que manter relações com vários e diferentes poderes globais e formar com eles coligações adequadas. Guerras podem ser desencadeadas entre poderosas nações não alinhadas com os Estados Unidos. As alianças podem mudar. Os próximos 20 anos serão um período de transição para este novo mundo de várias grandes potências».

A ser assim, necessário se torna dotar a humanidade de instrumentos que favoreçam a cooperação, a estabilidade, a segurança e a paz, para um futuro que não se afigura simples. Acordos de controlo de armamentos, militarmente significativos, verificáveis e tendo em conta os legítimos interesses de segurança de todas as partes serão um dos contributos que os Estados podem proporcionar para tal desiderato.

No que respeita a controlo de armamentos o referido relatório adianta ⁽¹¹⁶⁾:

«A nossa política de controlo de armamentos deve dar cada vez mais ênfase às reduções convencionais. Reduções cuidadosamente elaboradas, de armas nucleares, podem levar um a equilíbrio mais seguro de forças ofensivas e defensivas. A eliminação da larga vantagem Soviética em tanques, artilharia e outro equipamento pesado ajudaria a segurança da OTAN e a economia Soviética, e assim seria no interesse de ambos os lados...»

Apelando para as vantagens económicas que o controlo de armamentos pode proporcionar à União Soviética, a comissão americana aceita o desafio da Perestroika. Não se trata, nem para os Estados Unidos nem para a União Soviética, de desistir dos respectivos posicionamentos políticos de fundo. O conflito ideológico é o mesmo, os objectivos finais mantêm-se inalterados, mas a arena da competição pode passar da «corrida aos armamentos» para a «corrida ao desenvolvimento», de que a SDI e a Perestroika são já elementos visíveis.

⁽¹¹⁶⁾ Ibid pág. 3.

Para o futuro imediato, e em termos das relações Este-Oeste, as três grandes áreas cruciais do controlo de armamentos são o nuclear, a estabilidade convencional e as armas químicas.

Em relação às armas nucleares, é previsível para o curto prazo a redução de 50 por cento das armas ofensivas dos Estados Unidos e União Soviética. No entanto, não só os restantes 50 por cento continuam a deter a capacidade de destruir várias vezes o globo terrestre, como a proliferação horizontal continua a constituir uma ameaça não debelada. Para lá destes pontos resta para resolver o problema das forças nucleares de teatro de curto raio de acção Americanas e Soviéticas estacionadas na Eupora, bem assim como os arsenais nucleares das restantes potências que os possuem.

No campo da estabilidade convencional, oferece especial relevância o equilíbrio estratégico na Europa. Aqui, a Aliança Atlântica persegue uma política de via tripla:

- Continuar a pressionar para a obtenção de um resultado positivo nas conversações MBFR. Estas conversações, como único «forum» existente de controlo de armamento convencional, devem continuar, pelo menos, até que seja acordado um mandato para as conversações sobre a estabilidade convencional no âmbito da CSCE.
- Reiniciar negociações sobre CSBM's, de acordo com o mandato inalterado de Madrid, para adoptar um novo conjunto de medidas que sejam complementares das já existentes.
- Estabelecer negociações autónomas (embora no âmbito CSCE) entre os 23 membros da OTAN e Pacto de Varsóvia para a obtenção da estabilidade convencional desde o Atlântico aos Urais.

Quanto à convenção para a eliminação das armas químicas, as perspectivas são de alguma abertura. Ainda recentemente o convite Soviético ⁽¹¹⁷⁾ a 110 peritos de 45 países, incluindo os Estados Unidos para, durante

⁽¹¹⁷⁾ Esta abertura já se havia manifestado quando, em 11 de Agosto de 1987, Yuri Nzarkin, o representante Soviético nas negociações sobre armas químicas na CD em Genebra, anunciou que a URSS aceitaria que inspecções mandatárias solicitadas de imediato fossem incluídas na convenção para a eliminação das armas químicas. No entanto, embora a maioria dos peritos tivesse considerado esta visita como um primeiro passo para uma maior abertura na esfera militar Soviética, alguns deles mostraram-se desapontados pela recusa Soviética em responder a questões sobre a dimensão e a localização dos stocks de armas químicas. «Arms Control Today», Vol. 17, N.º 9, pág. 23.

dois dias, em 3 e 4 de Outubro de 1987, visitarem a fábrica de armas químicas em Shikhany na região central da Rússia, parece mostrar uma maior abertura Soviética quanto ao seu empenho na conclusão de uma convenção para a completa eliminação das armas químicas.

IV

CONCLUSÃO

A Segunda Guerra Mundial teve consequências profundas no sistema de relações internacionais. A divisão da Europa, o alargamento territorial da União Soviética e seu domínio sobre o Leste Europeu, a substituição das antigas potências coloniais do Velho Continente pelas duas novas Super Potências — inimigas mas irmãs na defesa dos seus interesses dentro das respectivas esferas de influência —, são alguns dos aspectos que, juntamente com o facto nuclear, têm moldado o conflito Este-Oeste.

É nesta conjuntura que aparece, com todas as suas potencialidades, o controlo de armamentos, muitas vezes confundido — erradamente — com o desarmamento.

A origem do conflito Este-Oeste não está na existência das armas; se elas existem em tal quantidade é exactamente por causa desse conflito. Por isso, o objectivo de desarmar para garantir a paz não parece muito consistente. O que se afigura exequível e efectivo é a criação e adopção de mecanismos que contribuam para fazer diminuir a probabilidade da guerra. Disso trata o controlo de armamentos.

O controlo de armamentos é, hoje em dia e cada vez mais, uma complexa actividade ao serviço da diplomacia com a finalidade de contribuir para fazer diminuir a probabilidade da guerra e limitar as suas consequências se esta eclodir. No entanto, não obstante o já elevado número de acordos de controlo de armamentos que entrou na panóplia do Direito Internacional Público e sem embargo de se reconhecer a sua importância global, a verdade é que ainda não existe um conjunto coerente e efectivo de acordos militarmente significativos e politicamente estabilizadores para intervir nas áreas potencialmente mais conflituais.

O Tratado INF aparece agora como que uma antecâmara de uma nova fase de contribuição efectiva para a paz e cooperação, onde se

encontram ainda por abrir as portas da redução das armas nucleares estratégicas, da estabilidade convencional ⁽¹¹⁸⁾ e da eliminação das armas químicas.

Do que foi exposto se compreende que não reside no controlo de armamentos, por si só, a capacidade de evitar os conflitos; ele é, apenas, uma das actividades que concorre com outras, também muitos complexas, de natureza política, económica e militar, com vista à manutenção da paz, estabilidade e cooperação entre os Estados. Não é, portanto, em si mesmo, uma alternativa à capacidade militar. A segurança dos países continua baseada na sua capacidade de dissuasão e defesa.

Também não é o controlo de armamentos que vai resolver o problema do conflito Este-Oeste. Como foi referido, para lá das causas geo-políticas — já detectadas na primeira metade do século XIX por Alexis de Tocqueville — ele assenta em razões de profunda divergência ideológica.

A história, porém, não é estática e o seu processo permite antever que a relativa estabilidade do sistema bipolar, herdado da Segunda Guerra Mundial e que tem permitido a não generalização do conflito, poderá vir a ser alterada para um muito mais complicado sistema de múltiplos centros de poder global. Seria extremamente perigoso que as actuais capacidades de destruição do planeta fossem alargadas a essa multiplicidade de centros de decisão.

⁽¹¹⁸⁾ O presente trabalho foi concluído em Maio de 1988 e a primeira parte publicada nesta revista, no seu número de Julho-Setembro. Entretanto, com a segunda parte já no prelo, foi encerrada a Reunião de Prosseguimento CSCE em Viena, em 17 de Janeiro de 1989. Aqui foram alcançadas importantes conclusões no domínio do controlo de armamentos.

- Acordo sobre medidas concretas no campo dos direitos humanos.
- Acordo sobre um mandato para uma Conferência sobre a estabilidade convencional na Europa, já chamada CAFE Negotiations (Conventional Armed Forces in Europe Negotiations), a realizar em Viena, a partir de Março próximo, entre os 23 membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia.
- Acordo para a realização de uma Conferência, com os 35 signatários da Acta Final de Helsínquia, também em Viena e a partir do mesmo mês de Março, para melhorar as CSBM's acordadas em Estocolmo.

As negociações CAFE incluem armas convencionais e equipamentos, mas não tratam de armas nucleares, armas químicas e forças navais. O objectivo inscrito no mandato é o de «aumentar a estabilidade e segurança através de um estável e seguro equilíbrio de forças armadas convencionais, que inclui armas e equipamento convencionais, a níveis mais baixos; a eliminação de disparidades prejudiciais à estabilidade e segurança; e a eliminação, como matéria prioritária, da capacidade de lançar ataque de surpresa e para iniciar acção ofensiva de larga escala.

Com a conferência para a melhoria dos CSBM's pretende-se criar uma maior transparência sobre a organização militar; aumentar a previsibilidade das actividades militares; e melhorar a comunicação entre os Estados participantes.

Com o acordo para as negociações CAFE foram encerradas as negociações MBFB.

Por isso aparece, como elemento tão relevante da política internacional da actualidade, a negociação de acordos de controlo de armamentos militarmente significativos e verificáveis que, além do mais, permitirão às Super Potências passar da «corrida aos armamentos» para a «corrida ao desenvolvimento». Essa seria uma contribuição efectiva para a diminuição da probabilidade da guerra. O desenvolvimento económico e consequente abertura do acesso generalizado às liberdades democráticas, características dos países mais desenvolvidos, parece proporcionar uma garantia bem mais sólida para a paz do que ideia, tão aliciante mas tão utópica, do «desarmamento das mãos sem olhar o desarmamento dos espíritos e do coração».

Lisboa, Maio de 1988

Sérgio Carrilho Pinto

BIBLIOGRAFIA

- «A Chronology of United States Arms Control and Reductions Initiatives — 1946/1987», Ed. United States Information Agency.
- «A Estratégia Americana», W. W. ROSTOW, Ed. Zahar Editores.
- «As Forças Armadas da União Soviética», A. A. GRETCHKO, Ed. Progresso Moscovo.
- «Arms Control and Disarmament Agreements, Texts and Histories of Negotiations», Ed. US Arms Control and Disarmament Agency.
- «Arms Control Today», Ed. Arms Control Association.
- «As Grandes Controvérsias do Tempo Presente», JACQUES DELMAS, Ed. Livraria Bertrand.
- «As Grandes Guerras da História», LIDDELL HART, Ed. Ibrasa.
- «A Verdadeira Guerra», RICHARD NIXON, Ed. Portugália.
- «Chrétiens devant la Guerre et la Paix», CHRISTIAN MELLON, Ed. Le Centurion.
- «Conference Document W. T. 129», CSCE Vienna Follow-up Conference.
- «Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas», Ed. Progresso Moscovo.
- «Da Coexistência Pacífica», VICTOR M. F. MARQUES DOS SANTOS, Separata de «Estudos Políticos e Sociais», VOL. XIII — n.º 3-4 — 1985, Ed. Castoliva.
- «Da Guerra», CLAUSEWITZ, Ed. Perspectivas e Realidades.
- «Destin de la Paix», JULES MOCH, Ed. Mercure de France.
- «Devant la Guerre», CORNELIUS CASTARIADIS, Ed. Fayard.

- «Discriminate Deterrence», Report of the Commission on Integrated Long-Term Strategy.
- Documents de la Conférence du Comité Politique Consultatif des États Membres du Traité de Varsovie», Ed. Agence de Press Novosti.
- «Document of the Stockholm Conference on Confidence and Security Building Measures and Disarmament in Europe Convened in Accordance with the Relevant Provisions of the Concluding Document of the Madrid Meeting of the Conference on Security and Co-operation in Europe».
- «Encore un Effort et nous Aurons Definitivement Perdu la Troisieme Guerre Mondiale», GENERAL ROBERT CLOSE, Ed. Pierre Belfond.
- «European Defence Cooperation», TREVOR TAYLOR, Ed. Routledge & Kegan Paul.
- «For a Nuclear-Free World», MIKHAIL GORBACHEV, Ed. Agence de Press Novosti.
- «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», Ed. Editorial Enciclopédia Lda.
- «História das Teorias Políticas e Sociais», ADRIANO MOREIRA, Ed. ISCCPU.
- «História Política da Bomba Atômica», CLAUDE DELMAS, Ed. Livros do Brasil.
- «History of the Second World War», LIDDELL HART, Ed. Pan. Book Lda.
- «International Law — The Conduct of Armed Conflict and Air Operations», Ed. Department of the Air Force.
- «La Crise de Confiance», ARTHUR M. SCHLESINGER JR., Ed. Denoel.
- «L'Alliance Atlantique, Structure, Faits e Chiffres, 1981», Ed. Service d'Information de l'OTAN.
- «L'Alternative Militaire, Deterrent ou Defense», LIDDELL HART, Ed. La Table Ronde.
- «La Guerra Moderna y la Organization Internacional», LUIS GARCIA ARIAS, Ed. Instituto de Estudios Políticos.
- «La Seconde Guerre Mondiale», HANS ADOLF JACHOBSON, Ed. Casterman.
- «La Stratégie de L'Absurde», PIERRE SUDREAU, Ed. Plon.
- «Le Désarmement», CLAUDE DELMAS, Ed. Presses Universitaires.
- «Le Vertige de la Force», ANTOINE SANGUINETTI, Ed. La Découvert.
- «Le Grand Frère», HELENE D'ENCAUSSE, Ed. Flammarion.
- «Memoires», LIDDELL HART, Ed. Fayard.
- «North Atlantic Council Ministerial Communiqué's — May 1986/Dec. 1986/Dec. 1987».
- «O Controlo de Armamentos e as Pequenas Potências», SÉRGIO CARRILHO PINTO, revista «Nação e Defesa» n.º 39.
- «O Exército e o Progresso Social», DMITRI VOLKOGONOV, Ed. Progresso.
- «Paix et Guerre entre les Nations», RAYMOND ARON, Ed. Calman-Levy.
- «Perestroika», MIKHAIL GORBACHEV, Ed. Europa América.
- «Quem Ameaça a Paz — 1987», Ed. Progresso Moscovo.
- «Rapport de la Conférence du Desarmement», Assemblée Générale, Documents Officiels: Quarante-Deuxième Session, Suplement n.º 27 (A/42/27) Nations Unies.
- «The Second World War», WINSTON S. CHURCHILL, Ed. The Riverside Press.

- «The Second World War and After», GEOFFREY BRUUN & DWIGHT E. LEE, Ed. Houghton Mifflin Company.
- «The Peacetime Strategy of the Soviet Union», Report of a Study Group of the Institute for the Study of the Conflict, London, September 1972-January 1973.
- «The United Nations Disarmament Yearbook, 1986», Ed. United Nations.
- «World Armament and Disarmament», SIPRI YEARBOOK 1986, Ed. Oxford University Press.
- «Yalta ou a Partilha do Mundo», ARTHUR CONTE, Ed. Biblioteca do Exército — Rio de Janeiro.
- «Years of Upheaval», HENRY KISSINGER, Ed. Weidenfeld and Nicholson.

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«SURVIVAL» (REINO UNIDO), de Setembro/Outubro de 1988

As negociações START, que têm lugar em Genebra com vista à redução das armas estratégicas, obtiveram já os seguintes resultados positivos na opinião de Robert Einhorn, membro do Departamento de Estado americano:

- um tecto comum de 1600 mísseis (ICBM, SLBM) e bombardeiros;
- um tecto comum de 6000 armas nucleares transportadas pelos ICBM, SLBM e bombardeiros;
- um subtecho comum de 4900 ogivas nucleares transportadas por mísseis balísticos;
- uma redução de 50 por cento do número de ICBM pesados soviéticos («SS-18»);
- uma redução de 50 por cento na capacidade de carga dos mísseis balísticos soviéticos;
- estabelecimento de regras sobre o número das ogivas nucleares transportadas por cada tipo de mísseis balísticos e de armas nucleares transportadas por aeronaves;
- o estabelecimento de um certo número de regras sobre as medidas de verificação.

Os pontos ainda em desacordo dizem respeito aos ICBM móveis, aos mísseis de cruzeiro transportados por avião (ALCM) ou por navios (SLCM), ao estabelecimento de um limite para as ogivas nucleares dos ICBM, aos pontos importantes dos métodos de verificação, em particular o número de ogivas dos mísseis balísticos, e, ainda, à ligação que deve existir entre as negociações START e o tratado ABM.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 15 de Outubro de 1988

A Espanha vai ter maior autonomia quanto aos seus novos aviões «F-18», relativamente aos EUA, em resultado da construção dum centro de integração de aviónica de armas para apoio àqueles caças-bombardeiros. Os Ministérios da Defesa e da Indústria investiram 2000 milhões de pesetas no empreendimento, que foi ganho pelas empresas CESELSA e ENTEL. Com o contrato em questão a Espanha poderá desenvolver, com meios próprios, os sistemas tecnológicos adequados à introdução nos ordenadores dos «F-18» das ordens ajustadas a cada missão militar, do tipo de voo a executar, do combustível necessário e do tipo de armas a transportar.

«DÉFENSE NATIONALE» (FRANÇA), de Novembro de 1988

O Alto Comando soviético está empenhado na luta pela «perestroika» militar.

No jornal «Pravda», de 8 de Fevereiro de 1988, o general Yazov, Ministro da Defesa, fazia o balanço das forças em presença, afirmando não existir nenhum desequilíbrio entre o Leste e o Oeste.

Em sua opinião, os efectivos da OTAN e do Pacto de Varsóvia na Europa são iguais (3 milhões); o número de divisões e de brigadas ocidentais ultrapassa em 50 por cento o do Pacto, embora este último possuía 20 000 carros de combate a mais, mas a OTAN tem mais 50 por cento de helicópteros, duas vezes mais mísseis anticarro e a mesma artilharia.

A superioridade da OTAN é manifesta no flanco Sul.

O general Yazov concluía o seu artigo pela necessidade de eliminar reciprocamente as assimetrias e os desequilíbrios existentes.



Após a Segunda Guerra Mundial, a política de defesa do Japão foi dominada por três grandes ideias directrizes: *o respeito pelo pacifismo*, inscrito na Constituição de 1947; uma confiança quase absoluta na *garantia americana*, materializa pela presença de cerca de 60 000 soldados no território japonês; a manutenção de uma *força de autodefesa* totalmente japonesa mas de objectivos limitados.

De 1945 a 1973 o Japão desenvolveu o seu poder económico ao abrigo do «guarda chuva» nuclear americano. Contudo, a partir de 1973, a primeira crise petrolífera põe em evidência a dependência energética do Japão e, também, a necessidade de assegurar a protecção das suas vias de reabastecimento, necessidade esta ainda reforçada pelo nítido crescimento do potencial militar soviético no Extremo-Oriente.

Em consequência, o Governo adopta diversas medidas para a modernização das forças armadas: criação de uma divisão blindada, modernização do sistema BADGE (Base Air Defense Ground Environment), aquisição de fabrico de materiais novos (carros de combate tipo 74, navios de escolta, submarinos, aviões «FS-X», mísseis, etc.)

Em 1987 o Primeiro-Ministro Nakasone ultrapassa oficialmente a barreira «psicológica» do 1 por cento do PNB fixado desde 1976.

Em 1987, e pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, o Japão decide adquirir uma arma que não é exclusivamente destinada à defesa do arquipélago.

Trata-se do sistema americano integrado e de radar trans-horizonte (OTH) que, com um alcance de 4000 km, se destina à detecção de bombardeiros de longo raio de acção, como são os «Backfire» soviéticos.

Esta unidade de radar faz parte de um conjunto que tem as outras estações no Alasca, nas Filipinas e nas ilhas Aleutas.

Como consequência lógica destas modificações, o Japão constituiu-se numa potência regional. Entre as missões atribuídas às forças de autodefesa, num quadro limitado mas em crescimento, figura a defesa de 1000 milhas marítimas, a qual serve para justificar o projecto mais controverso de todo o programa de 1991-1995: a aquisição de um modesto (?) porta-aviões.

Além disso, o esforço actual do armamento visa, tendo em linha de conta as ameaças dos mísseis soviéticos ar-solo de longo alcance, a defesa das rotas de aproximação nacionais e, em particular, os estreitos — esta missão, apesar do contido no Livro Branco de 1988 e nos acordos americano-soviéticos sobre desarmamento, que a contrariam.

*

* *

O programa decenal de infra-estruturas da OTAN, que termina em 1990, comporta a soma de 3,2 biliões de marcos para a construção de instalações protegidas para Postos de Comando importantes (PC). Actualmente está

em construção em Linnich, na Renânia, uma fortaleza subterrânea destinada ao PC de guerra conjunto NORTHAG-TWOATAF, no qual 200 ou 300 pessoas poderão trabalhar ficando durante meses isoladas do mundo exterior, mas dispondo de todos os meios indispensáveis de informação e de comando.

Também está a ser construída uma instalação análoga perto da cidade de Primazens destinada ao CENTAG e à FOURATAF e encontram-se em preparação mais duas instalações perto de Wurzburg e no Sarre. Estão ainda planeadas dezenas de instalações mais pequenas dispersas por toda a RFA.

«MILITARY TECHNOLOGY» (RFA), de Novembro de 1988

Os estaleiros espanhóis Bazan entregaram oficialmente à Marinha Real de Marrocos o primeiro dos seis navios-patrolhas da classe «B-200/D».

Estes navios são uma versão melhorada da classe «CORMORAN». Com uma deslocação de 125 t, são armados com um canhão «Bofors», de 70 mm, e com duas peças automáticas de 20 mm.

A Marinha Real de Marrocos vai utilizar os seis navios para missões de vigilância na ZEE (200 milhas), tanto na Costa Atlântica como no Mediterrâneo.

O contrato com a empresa Bazan compreende também o fornecimento das infra-estruturas e o treino, num valor total de cerca de 125 milhões de dólares.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Novembro de 1988

O director do Departamento Militar Federal seleccionou o novo avião para equipar a Força Aérea Suíça.

Na competição entravam o «F-16 Fighting Falcon» e o «F/A-18 Hornet», mas o escolhido foi o «F/A-18» porque, embora de custo mais elevado, representa uma solução mais adequada às necessidades militares helvéticas devido às suas melhores «performances» gerais.

A proposta de compra de 34 unidades será apresentada no Parlamento e incluída no orçamento para 1990, que abrange uma verba de três mil milhões de francos suíços para a aquisição dos «F-18», do equipamento EMC e do míssil ar-ar mais moderno, além de todo o apoio em manutenção e instrução e treino.

«L' EXPRESS» (FRANÇA), de 18 de Novembro de 1988

Já há alguns meses que as posições e relatórios alarmantes se sucedem sobre a falta de segurança das centrais nucleares militares dos Estados Unidos.

Em 14 de Outubro passado alguns responsáveis do Departamento da Energia (DOE) mantiveram que desde há 37 anos a fábrica militar para tratamento do urânio de Fernald expeliu para a atmosfera e depositou no subsolo de Ohio toneladas de resíduos radioactivados com conhecimento do Governo que não actuou para não enfraquecer o armamento nuclear americano.

Mas já anteriormente a este episódio outros factos ocorreram nos últimos meses; o primeiro deu-se em Agosto na central de Savannah River, construída nos anos 50 na Carolina do Norte, tendo sido necessário parar os reactores por razões de segurança. Em 11 de Outubro foi preciso fechar outro reactor de Rocky Flats que produzia o plutónio necessário ao arsenal nuclear.

A indústria nuclear militar que dispõe de 15 fábricas, repartidas por 12 Estados, está a envelhecer e já não respeita as normas de segurança impostas ao sector civil.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Dezembro de 1988

O Ministro francês da Defesa, Jean-Pierre Chevenement, informou que a brigada comum franco-alemã, mais conhecida pela Brigada do Reno, além dos seus elementos próprios de comando e de estado-maior compreenderá dois regimentos de cada um dos países, o que atingirá um efectivo de pouco mais de 4000 homens.

Os dois regimentos alemães ocidentais são cedidos pela 55.^a Brigada Territorial da Bundeswehr, que não depende da OTAN pois encontra-se sob o comando directo das autoridades militares alemãs.

Os dois regimentos franceses serão destacados da Força de Intervenção Rápida, sendo um regimento de carros de combate «AMX-WRC» e uma unidade de viaturas blindadas de transporte de pessoal. Deste modo, os efectivos franceses na RFA serão aumentados.

De acordo com a informação do ministro francês, o Posto de Comando da Brigada será instalado na cidade de Boblingen, onde já está estacionada uma unidade alemã.

As outras guarnições contempladas serão a de Stetten — sede actual do 3.º Regimento de Dragões francês — e a de Donaueschingen — onde se encontra o 11.º Regimento de Infantaria francês.

**«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÉS INTERNATIONAL»
(FRANÇA), de Dezembro de 1988**

Quando em 1991, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Barcelona, a Espanha lançar o seu primeiro satélite de Comunicações graças ao propulsor Ariane, o Ministro da Defesa poderá, no mínimo, dispor do seu próprio sistema de comunicações.

O satélite poderá estabelecer a ligação entre as várias estações fixas no terreno, entre os postos ligeiros móveis tácticos, navios e postos instalados em aviões.

O sistema militar de comunicações será protegido contra as interferências e contra a intrusão e, também, contra as tentativas de decifração dos seus códigos.

«L' EXPRESS» (FRANÇA), de 2/8 de Dezembro de 1988

Temendo que um futuro conflito se inicie por um rebentamento atómico a grande altitude, Israel já começou a proteger as suas instalações de telecomunicações, militares e governamentais, contra a impulsão electromagnética (IEM) que as poderá destruir ou anular.

«DEFENSE NEWS» (EUA), de 5 de Dezembro de 1988

Três grandes empresas europeias anunciaram ultimamente a formação de um grupo para estudar a possibilidade de um sistema de comando, controlo e comunicações e informações (C3I) com capacidade de dirigir as operações numa grande área da OTAN.

A General Electric, Ferranti e Aeritalia vão estudar um sistema que possa fornecer uma visão integrada da situação operacional ao longo de toda a fronteira entre a Aliança e o Pacto de Varsóvia, desde a Noruega até ao flanco Sul. Cada uma das três companhias constituiu já um grupo de trabalho totalizando cerca de 200 engenheiros para procederem ao estudo piloto.

De acordo com o que está previsto, o sistema, designado por Battlefield Integration Collection and Exploitation System (BICES), deverá, fundamentalmente, garantir um «guarda-chuva» sob a protecção do qual os sistemas C3I nacionais possam actuar conjugadamente.

Sistemas como o BICES têm três características principais: são complexos, necessitam de uma acção interdisciplinar e sofrem uma evolução muito rápida. Consequentemente, o BICES necessita de uma estreita cooperação entre os militares e a indústria.

O estudo-piloto deverá estar completo em 18 meses. O passo seguinte serão os testes para a adopção do sistema.

A operação inicial está programada para 1993 ou 1994, e o sistema só deverá estar completamente operacional depois do ano 2000.

«L' EXPRESS» (FRANÇA), de 9/15 de Dezembro de 1988

Mikhail Gorbachev anunciou solenemente nas Nações Unidas a redução unilateral de um efectivo de 500 000 homens até 1991.

O calendário do desarmamento convencional anunciado por Moscovo não tem precedentes: o meio milhão de homens é o equivalente aos efectivos da Bundeswehr e a cerca de 25 por cento dos 2,2 milhões de soldados russos estacionados na Europa.

Os 10 000 carros de combate que serão retirados representarão, igualmente, um quarto do parque soviético da Europa. No que diz respeito às 8500 bocas de fogo de artilharia é um quarto do arsenal do Exército Vermelho e, pelo seu lado, os 800 aviões de combate constituem 15 por cento do total da Força Aérea da URSS.

Até 1991 dez divisões blindadas abandonarão a República Democrática Alemã, a Checoslováquia e a Hungria.

Tudo isto prova, segundo Gorbachev, que a União Soviética optou por uma estratégia defensiva.

Esta extraordinária proposta é um novo dado estabelecido pela URSS nas relações entre as duas superpotências e constitui uma mensagem especial para o novo Presidente americano: os Estados Unidos, confrontados com um défice de 150 biliões de dólares — herança de oito anos «reaganianos» de armamento — deverão manter os seus 300 000 homens na Europa enquanto Moscovo desarma?

«L' EXPRESS» (FRANÇA), de 16/22 de Dezembro de 1988

Cinco anos após a primeira tentativa, François Mitterrand faz relançar o seu projecto de uma Conferência do Mediterrâneo Ocidental.

O seu emissário, Jacques Huntzinger, deverá efectuar nesse sentido uma missão discreta em Marrocos, na Argélia, na Tunísia e em Itália. O Eliseu já garantiu o acordo dos dois outros países interessados, ou seja, da Espanha e de Portugal.



Visto que Washington renunciou à modernização da Força Aérea da Formosa devido a pressões de Pequim, o regime nacionalista chinês fabricou, em colaboração com empresas americanas, o seu próprio avião de caça semelhante ao «F-18» e equipado com as tecnologias mais avançadas.

Capaz de estar em posição de combate 10 minutos depois do alerta, está equipado com mísseis ar-mar e ar-ar.

«DEFENSE NEWS» (EUA), de 19 de Dezembro de 1988

A União Soviética informou os Estados Unidos de que estava a proceder à destruição das instalações de radar de Gomel, que o Presidente Reagan acusou perante o Congresso ter violado o Tratado Anti-Mísseis Balísticos (ABM) de 1972.

Mas a instalação de Krasnoyarsk encontra-se ainda em disputa, mantendo-se a pretensão dos americanos para a sua destruição.

O porta-voz do Departamento de Estado declarou que o radar de Krasnoyarsk constituía uma significativa violação do tratado ABM, o que torna impossível para os Estados Unidos concluírem, no futuro, outros acordos sobre armamentos estratégicos.

Paul Nitze, principal conselheiro do Presidente em matéria de controlo de armamentos, declarou que o plano de Gorbachev para transformar Krasnoyarsk para missões de vigilância e controlo puramente civis não satisfaz as preocupações americanas.



O Secretariado do Grupo Europeu Independente dos Programas (IEPG) pode vir a ser instalado em Portugal, declarou o delegado de Espanha. Esta decisão teria sido tomada pelos ministros da Defesa da França, da Itália e da Espanha, porque na última reunião do IEPG, no Luxemburgo, foi deixada aos Ministros da Defesa a escolha do local para o Secretariado Permanente.

O Governo francês parece ter estado a favor da localização do Secretariado do IEPG em Itália, mas os italianos deram luz verde à proposta espanhola para a instalação em Lisboa, talvez por estarem interessados na nomeação do almirante Mário Porta para suceder ao general alemão Wolfgang Altemburg nas funções de «chairman» do Comité Militar da Aliança Atlântica.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 20 de Dezembro de 1988

O Ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Francisco Fernandez Ordoñez, expressou, perante os seus homólogos da OTAN, a «satisfação do Governo pelo consenso alcançado entre aliados que deram a aprovação» às directivas sobre a contribuição militar da Espanha à Aliança, as quais foram adoptadas pelo Comité Militar e pelo Comité dos Planos de Defesa (DPC).

Posteriormente, o chefe da diplomacia espanhola declarou à imprensa que nem nessas directivas nem nos ulteriores acordos de coordenação está previsto que a Força de Intervenção Rápida (FIR) venha a actuar fora do território espanhol.

Também a adesão espanhola à União da Europa Ocidental (UEO) não implicou qualquer compromisso para a actuação da FIR, mas o Ministro deu a entender que não se pode excluir completamente essa possibilidade.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 22 de Dezembro de 1988

O Japão e a URSS concordaram em iniciar negociações tendo em vista a conclusão de um tratado de paz que contribua para resolver os conflitos do passado, incluída a disputa sobre os territórios do Norte, que é como se designa o conjunto das quatro ilhas ocupadas por Moscovo desde o final da

Segunda Guerra Mundial, segundo consta de uma declaração conjunta resultante da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Eduard Shevardnadze.

Embora o comunicado não refira de forma específica o conflito territorial, os meios políticos japoneses consideram como um sucesso próprio que os soviéticos tenham aceite, pela primeira vez, incluir os problemas geográficos na próxima ronda das negociações.

O Japão condiciona o desenvolvimento das relações económicas, comerciais e políticas, à resolução da disputa sobre os territórios do Norte.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 22 de Dezembro de 1988

Um porta-voz do Governo brasileiro informou que os presidentes dos sete países da América Latina com maiores dívidas externas planeiam a realização de uma cimeira com o grupo dos sete países mais industrializados para ser abordado o problema da dívida mundial.

O Brasil será o coordenador do grupo da América Latina, o qual inclui a Argentina, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

Os Ministros da Economia e Finanças daqueles países, reunidos ultimamente no Rio de Janeiro, declararam ser urgente a redução da dívida global de 420 mil milhões de dólares porque a região atravessa uma grave crise económica sem esperança de um crescimento económico real enquanto os escassos recursos continuarem a ser transferidos para os países credores sob a forma de serviço de dívida.

Os países mais industrializados — Estados Unidos, Canadá, Japão, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e França — ainda não comentaram esta declaração, embora George Bush, Presidente americano eleito, tenha dito estar preparado para dar uma nova olhadela à questão da dívida.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 2 de Janeiro de 1989

Após intenso debate, o Departamento da Defesa dos EUA decidiu modificar o seu equipamento *laser* mais poderoso para que possa disparar

sobre satélites norte-americanos velhos e, deste modo, provar a eficácia dos seus ataques contra os satélites inimigos.

*

* *

O Exército espanhol terá que eliminar várias dezenas de carros de combate dos 838 que possui se se cumprirem as previsões da redução de armas convencionais na Europa, tanto por parte da OTAN como pelo Pacto de Varsóvia.

Actualmente existem na Europa cerca de 80 000 carros de combate e a Aliança Atlântica já propôs reduzir este total para 40 000, dos quais a maior parte pertenceriam ao Bloco de Leste.

A Conferência de Segurança e de Cooperação na Europa, que tem lugar em Viena, abrirá caminho para que os 23 membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia negociem entre si a redução equilibrada de armas convencionais. O objectivo último das negociações de Viena consiste em evitar a possibilidade de um ataque de surpresa por iniciativa de qualquer dos blocos. Por esta razão a Aliança Atlântica propõe uma percentagem máxima de armas que um determinado país possa possuir. Por exemplo, qualquer das duas Alemanhas apenas poderá ter 30 por cento do total de carros de combate existentes em território europeu por cada um dos blocos.

A OTAN tentará colocar nos seus membros mais próximos da fronteira com os países de Leste o máximo de armas e, em consequência, será difícil que o Exército espanhol faça prevalecer a necessidade hipotética de possuir um elevado número de carros de combate.

Deste modo os elementos partidários espanhóis poderão propor uma redução dos meios militares, concentrando-os na Força de Intervenção Rápida (FIR) que poderá constituir a principal aportação militar espanhola à OTAN.

Por outro lado os Comandos Militares fazem lembrar que só 20 por cento dos 838 carros de combate se encontram operacionais e que, por várias vezes, terão solicitado ao Ministério da Defesa a compra de algumas dezenas de carros novos até que se decida se a Espanha participa ou não no programa internacional de fabrico deste tipo de arma.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

